

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP)  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO (FAAC)

MICAELA NASCIMENTO LEPERA

**RELATÓRIO DE PESQUISA**  
**“VOZES QUE A DITADURA QUIS CALAR”**

BAURU

2011

MICAELA NASCIMENTO LEPERA

**VOZES QUE A DITADURA QUIS CALAR**

Relatório de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo apresentado à Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru.

Orientador: Célio José Losnak

BAURU

2011

Aos meus pais,  
pela compreensão e estímulo  
em todos os momentos.

## **Agradecimentos**

À minha tia Márcia, pelo incentivo e pelos contatos das fontes;  
À minha irmã Isabela, por me acompanhar em algumas etapas da composição do livro;

Ao Cacá, pela paciência, carinho e apoio;

À Cidinha, ao Vanderley, à Aurea e ao Patrice, por compartilharem suas memórias  
comigo;

Ao Losnak, que me guiou durante o trabalho;

Ao Bruno Biazotto, pela ilustração da capa e pelo preço camarada;

Aos meus amigos, que aguentaram minhas reclamações;

E à minha família, por confiar no meu potencial.

*“Ditadura é um discurso constante te ensinando que seus sentimentos, seus pensamentos, e desejos não têm a menor importância, e que você é um ninguém e deve viver comandado por outras pessoas que desejam e pensam por você.”*

Stephen Vizinczey

## Sumário

Introdução.....	07
Fundamentação teórica.....	08
Metodologia.....	10
Planejamento.....	13
Produto.....	14
Memorial descritivo.....	15
Recursos técnicos e materiais.....	17
Recursos humanos.....	18
Considerações finais.....	19
Referências bibliográficas.....	20
Fontes consultadas.....	21

## Introdução

O presente trabalho de conclusão de curso é um projeto experimental em forma de livro-reportagem, que tem por objetivo geral narrar o envolvimento de militantes de esquerda de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, na época da ditadura militar, e como objetivos específicos entender e descrever esse período na região.

Existem muitos livros sobre a ditadura militar no Brasil, mas a maioria deles trata o assunto de uma maneira geral, sob a visão do acontecimento no país todo, centrada nas grandes capitais, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Como não há muitos materiais sobre o tema abordando a ditadura na região de Ribeirão Preto, este trabalho tem como finalidade traçar um panorama do momento histórico nessa cidade paulista.

Outro motivo de elaboração deste trabalho é que é importante estudar a ditadura militar para entender a conjuntura política brasileira daquela ocasião e compreender as consequências do período para a contemporaneidade.

Também porque o tema tem sido bastante discutido recentemente: a presidente Dilma Rousseff sancionou em 18 de novembro deste ano, a lei de acesso à informação, que determina que nenhum documento poderá ficar mais de 50 anos com acesso restrito, e a lei da criação da Comissão da Verdade, incumbida de investigar e documentar as violações de direitos humanos ocorridas no País entre 1946 e 1988; no dia 12 de maio deste ano, o governador do Piauí, Wilson Martins (PSB), autorizou a abertura e tornou público os documentos do extinto Departamento da Ordem Política e Social (DOPS), das unidades de inteligência da Polícia Civil e Militar e das Assessorias de Informação relacionados ao regime militar; a ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, sugeriu a criação de um “museu da memória” no Rio Grande do Sul, em que estivessem disponíveis arquivos sobre o período militar no Estado; o Ministério Público Federal de São Paulo vai disponibilizar na internet um milhão de páginas de 707 documentos e processos abertos contra presos políticos no período da ditadura (1964-1984); e a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco) informou que os arquivos da ditadura brasileira foram aceitos como Registro Memória Mundo 2011.

## Fundamentação teórica

“O livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (LIMA, 1998).

Ele é fruto do *new journalism* (novo jornalismo), movimento norte-americano das décadas de 1960 e 70 em que o jornalismo era praticado com requintes literários. Seus principais expoentes foram Tom Wolfe, Gay Talese, Norman Mailer e Truman Capote.

Os jornalistas da época viviam integralmente, por dias e semanas, a vida dos personagens retratados. Isso permitia ao repórter moldar o texto e usar de um discurso subjetivo e literário na construção da narrativa, utilizando técnicas inspiradas no realismo social, que descrevia, analisava e até criticava a realidade.

O conteúdo de um livro-reportagem corresponde ao real, provido de veracidade e verossimilhança, mas não precisa ser atual. Assuntos factuais que não tiveram tanto espaço na mídia tradicional podem ser aprofundados numa grande reportagem.

A composição de um livro-reportagem deve obedecer aos procedimentos de qualquer produção jornalística: pauta, captação, redação e edição.

Sua pauta não precisa atender às diretrizes típicas da imprensa convencional, como periodicidade, atualidade e linha editorial.

A captação é realizada por meio de instrumentos consagrados no cotidiano jornalístico: pesquisa, documentação e entrevista. Porém, a entrevista é tida como um diálogo mais interativo, uma conversa entre o entrevistador e o entrevistado.

A linguagem deve ser jornalística, formada pelo equilíbrio entre o registro formal e o coloquial, absorvendo o estilo do autor e fazendo uso dos recursos literários que o escritor julgar conveniente para tornar a narrativa fluente e viva para o leitor.

O livro-reportagem também goza de autonomia de extensão e conteúdo, porque não precisa de espaço publicitário nem possui concorrentes diretos que interfiram na escolha de suas temáticas. Portanto, sua edição se torna mais maleável, feita basicamente de acordo com as vontades do autor.

A constituição de um livro-reportagem pode seguir os recursos técnicos do realismo social propostos pelo *new journalism*: recurso do ponto de vista (centralização da narrativa sob a perspectiva de alguém que participa, testemunha ou “vê” oniscientemente um acontecimento ou uma situação); do fluxo de consciência



(reprodução do pensamento do personagem); dos símbolos do status de vida (registrar gestos, hábitos, costumes, vestuário, decoração e tudo que sirva para o leitor situar, deduzir, inferir melhor o estado de ânimo dos personagens focalizados pela matéria, os cenários dos relatos, a época, a posição que ocupam na sociedade ou que gostariam de ocupar); e da construção cena-a-cena (a narração é organizada de modo a exibir o acontecimento de que trata a reportagem como algo presente).

Sendo um produto jornalístico, o livro-reportagem tem que estar de acordo com os princípios éticos do jornalismo, como veracidade dos fatos, proibição de colocar em risco a integridade das fontes, de valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais e de impedir a manifestação de opiniões divergentes ou o livre debate de idéias, entre outros fundamentos.

Por fim, o livro-reportagem não necessita ser fundamentalmente informativo. Além de orientar e explicar, pode apresentar as funções interpretativa, opinativa, investigativa e diversional.

## Metodologia

O instrumento de pesquisa usado para concretização do trabalho foram entrevistas realizadas na cidade de Ribeirão Preto.

A construção do livro deu-se da seguinte maneira:

Primeiramente, fiz uma revisão bibliográfica através de livros a respeito do período da ditadura e sobre técnicas de composição de um livro-reportagem para escrever sobre o assunto com conhecimento, estilo, eficiência, fluência e dentro dos moldes do projeto gráfico da obra.

Em seguida, coletei informações sobre os personagens dessa época na região de Ribeirão Preto.

Logo, elaborei as pautas das entrevistas para elas servirem de roteiro da produção da reportagem a fim de localizar, delimitar, identificar e tratar do conflito básico do livro-reportagem: a ditadura em Ribeirão Preto.

As pautas foram preparadas de maneira individual: cada entrevista teve uma abordagem, de acordo com o que se descobriu dos entrevistados ao se pesquisar sobre eles.

Posteriormente, executei as entrevistas.

Depois, as transcrevi e editei, idealizei o projeto gráfico-editorial do produto, o escrevi o livro e procurei fotos da época para ilustrar os depoimentos dos personagens.

Por último, enviei o livro à gráfica.

O número de capítulos foi determinado no decorrer da pesquisa. Além da introdução, que explica os motivos da composição do trabalho, e da conclusão (“Para não esquecer jamais”), que faz uma consideração final sobre os acontecimentos, há 12 capítulos divididos em cinco partes.

A primeira parte, chamada “Antes do cerco se fechar”, possui dois capítulos, sendo eles “1964, o ano ‘divisor de águas’” e “Ribeirão Preto e a ditadura militar”. Nesta parte, contextualiza-se o período da ditadura para que o leitor se situe na história e entenda quem foram os protagonistas desse período e o que eles fizeram. Também se mostra a militância contra a ditadura em Ribeirão Preto.

A segunda parte, intitulada de “Estudantes”, conta com os capítulos “Maria Aparecida dos Santos”, “Vanderley Caixe” e “Áurea Moretti Pires”. Neles, narra-se o envolvimento dos personagens na ditadura.

A terceira parte, denominada “Histórias que se cruzam”, é composta pelos capítulos “Militância compartilhada: Visita de Lincoln Gordon” e “Uma história em comum entre Áurea e Vanderley: FALN”. Aqui se tem momentos de intersecção entre as ações dos participantes da trama, os quais eram estudantes na ocasião do Golpe de 64.

Já a quarta parte, cujo nome é “Bastidores da tortura”, é formada por “Um outro Vanderley Caixe”, “Uma outra Áures Moretti Pires” e “Uma outra Maria Aparecida dos Santos”. Este item descreve como foram as prisões e torturas dos personagens. O termo “um(a) outro(a)” indica que eles mudaram após serem violentados.

Por fim, a quinta parte designada “Quem não foi torturado também sofreu” apresenta “Francisco Luciano Lepera” e “Um outro Francisco Luciano Lepera” a fim de mostrar que, mesmo quem não foi torturado, também foi prejudicado com a repressão e a tortura psicológica.

O título da obra “Vozes que a ditadura quis calar” diz respeito à repressão na ditadura, à coibição dos direitos humanos e à falta de liberdade dos grupos de esquerda, que eram massacrados pelos militares.

#### Algumas perguntas realizadas aos entrevistados:

1. Quantos anos você tinha na época do Golpe de 64?
2. Qual era a sua profissão?
3. Você era filiado a algum partido político ou era membro de algum sindicato ou centro acadêmico estudantil? Se sim, qual?
4. Os estudantes ribeirãopretanos estavam mobilizados contra a ditadura?
5. Quem eram os líderes locais?
6. A população da cidade tinha consciência do que acontecia na época?
7. Como era o ambiente na cidade (vida social, repressão, medo, censura nos jornais) durante esse período?
8. O que uma pessoa precisava fazer para ser taxada de comunista?
9. Você presenciou alguém sendo preso ou teve amigos que desapareceram?
10. Você se lembra de algum episódio específico dessa época que ficou marcado na sua memória?
11. Você contribuiu com o jornal “O Berro”? Se sim, como?

12. Você fez parte das FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional)? Se sim, como elas surgiram? (se não, pular para a pergunta 18)
13. Qual era o objetivo da organização?
14. Como e onde vocês se reuniam?
15. Como a guerrilha pretendia agir?
16. De onde vinham as armas a serem usadas nas ações armadas?
17. Como o grupo foi descoberto?
18. Você acredita que Ribeirão Preto poderia fazer diferença no processo de luta contra a ditadura?
19. Você foi preso? Se sim, o que aconteceu durante sua prisão? (se não, pular para a pergunta 25)
20. Você chegou a ser julgado? Se sim, sob qual acusação?
21. De que maneira se davam as torturas?
22. Como os crimes contra os “subversivos” eram encobertos?
23. Como foi a sua recuperação psicológica depois de tudo o que você passou?
24. Você foi indenizado (a)?
25. Em sua opinião, teria sido possível evitar a ditadura no Brasil?
26. Você acredita que hoje temos uma democracia?

## Planejamento

	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Jul</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Nov</b>	<b>Dez</b>
<b>Definição de tema e do formato</b>	X							
<b>Definição do orientador</b>	X							
<b>Leituras de apoio</b>	X	X						
<b>Composição do pré-projeto</b>		X						
<b>Protocolamento do pré-projeto</b>		X						
<b>Definição de pautas das entrevistas</b>		X						
<b>Contato com as fontes</b>		X						
<b>Entrevistas</b>			X					
<b>Pesquisa iconográfica</b>			X					
<b>Transcrição das entrevistas</b>				X				
<b>Edição das entrevistas</b>				X				
<b>Elaboração do projeto gráfico-editorial do livro</b>				X				
<b>Composição do livro-reportagem</b>				X	X	X		
<b>Definição da ilustração da capa do livro</b>						X		
<b>Execução gráfica do livro</b>						X		
<b>Escolha da banca examinadora</b>							X	
<b>Protocolamento do TCC</b>							X	
<b>Apresentação</b>								X
<b>Entrega da versão digital na biblioteca</b>								X

## Produto

Este trabalho de conclusão de curso é um produto impresso em formato de livro-reportagem de única edição que pretende relatar as experiências de vida de ribeirãopretanos que atuaram politicamente no período da ditadura militar.

Seu público-alvo são pessoas interessadas em conhecer a trajetória de indivíduos que lutaram contra a ditadura militar em Ribeirão Preto, interior de São Paulo.

O livro apresenta tamanho 14,8 cm x 21 cm (A5), papel offset e imagens em preto e branco.

Sua linguagem é eminentemente jornalística, formada pelo equilíbrio entre a comunicação eficiente (registro formal) e a aceitação social (registro coloquial), mas com maior maleabilidade do que se vê em veículos periódicos, pela possibilidade mais clara da exposição de marcas autorais. (PESSA, Bruno Ravanelli. **Livro-reportagem: origens, conceitos e aplicações**. Disponível em <[http://www2.metodista.br/unesco/1\\_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20%C3%A9\\_%20para%20qu%C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20%C3%A9_%20para%20qu%C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2011, 21:00)

O livro poderá ser usado como fonte de pesquisa, uma espécie de “memória da época” dos cidadãos ribeirãopretanos, e disponibilizará ao grande público informações e dramas humanos de pessoas que hoje estão anônimas.

## Memorial descritivo

Escolher um único tema dentre tantos assuntos que eu poderia abordar foi difícil. Decidi escrever sobre a ditadura militar em Ribeirão Preto, porque meu tio-avô, Francisco Luciano Lepera, jornalista, vereador de Ribeirão Preto e deputado estadual, teve seu mandato cassado antes mesmo do golpe de 1964. Eu tinha interesse em contar sua vida e explicar o que aconteceu com ele no período da ditadura.

Também achava que o tema era original, mas depois descobri que já havia outros trabalhos abordando a ditadura em Ribeirão.

No começo, eu pretendia fazer do meu tio-avô o protagonista do livro. Como ele já havia morrido, eu entrevistaria pessoas com quem ele convivera para narrar sua história. Entretanto, ao entrevistar outras pessoas que militaram na ditadura, percebi que seus relatos eram tão intrigantes que elas não poderiam ser coadjuvantes. Assim, optei por fazer um capítulo sobre cada uma. Todos teriam igual importância.

Uma dificuldade que encontrei para realizar o trabalho foi encontrar fontes. Alguns militantes da época haviam morrido, outros já estavam muito debilitados (física e mentalmente) e determinadas pessoas não quiseram me conceder entrevista.

Cheguei à conclusão de que um jornalista que não trabalha para um veículo de prestígio parece que está pedindo um imenso favor ao solicitar uma entrevista. Ainda mais quando esta não será publicada na mídia.

Por sorte, o fato de ser sobrinha-neta do Luciano Lepera abriu-me portas. Minha tia conseguiu alguns contatos para mim e as pessoas que entrevistei foram dando-me dicas de onde conseguir mais informações.

Outra adversidade foi estar em Ribeirão Preto para realizar todas as entrevistas. Por estudar em Bauru, tive que pedir demissão do estágio para ficar em Ribeirão nas férias de julho, que era o único momento que teria para falar com as fontes.

Achar ilustrações para o livro também foi uma tarefa árdua, uma vez que os jornais da época sofriam censura e, por isso, não abordavam muito o tema “ditadura”. Além disso, o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto não possui todas as edições dos periódicos que veiculavam no período de 1964 a 1985. Se não fossem os documentos e fotos cedidos pelos próprios entrevistados, o livro ficaria precário de imagens.

Igualmente complicado foi providenciar uma ilustração para a capa do livro. Usar alguma imagem da internet implicaria em pagar direitos autorais ao autor da

gravura. No entanto, solicitar que algum ilustrador criasse um desenho exclusivo para o livro acarretaria em pagar pelo serviço. Os orçamentos circulavam em torno de R\$200,00. Optei por contratar o serviço de um *designer* para que a obra ficasse mais chamativa e original. Negocie o valor e consegui um preço mais barato.

Ainda tive dificuldade em escrever de uma maneira mais literária. Após quatro anos sendo treinada para escrever objetivamente, achei muito difícil inserir descrições de situações pelas quais não passei e acrescentar detalhes baseando-me nas narrativas dos entrevistados e imaginando as vivências dos personagens.

O alto custo de impressão e encadernação de livros em pequena quantidade também foi um problema.

Por fim, o tempo foi mais um dos empecilhos. Escrever um livro-reportagem em um semestre é um trabalho, no mínimo, desafiador. Houve horas em que achei que não fosse conseguir lutar contra o relógio.

Tirando todas as barreiras enfrentadas, senti prazer em fazer esse trabalho. Foi uma experiência de descobertas e crescimento, tanto profissional quanto pessoal. Exerci a atividade de repórter, aprimorei minha capacidade de fazer perguntas, tive a oportunidade de produzir algo diferente de matérias jornalísticas e me sensibilizei com o sofrimento daqueles que foram presos e torturados por combater os ditadores.



## **Recursos técnicos e materiais**

- Manutenção de veículo para transporte
- Gastos com combustível
- Compra de livros
- Ligações telefônicas
- Pagamento da ilustração de capa
- Serviço de impressão e encadernação

## **Recursos humanos**

Colaboradores: Márcia Sueli Fonseca Lepera, Francisco Antônio De Laurentiis Neto, Divo Marino, Silvia Regina Moraes Nascimento Lepera, Marcos Pascoal Lepera e Bruno Biazotto.

Entrevistados: Vanderley Caixe, Áurea Moretti Pires, Maria Aparecida dos Santos e Luciano Patrice Garcia Lepera.

## Considerações finais

Os relatos de vida de quatro ativistas opositores à ditadura militar não caberiam numa simples reportagem. A quantidade de eventos ocorridos, os detalhes dos acontecimentos e a abordagem do contexto, das causas e das consequências do tema deste trabalho exigiam mais espaço e aprofundamento do assunto.

O produto experimental “Vozes que a ditadura quis calar” atende aos requisitos de um livro-reportagem: aborda um fato de interesse público e de potencial investigativo, seu conteúdo corresponde ao factual, apresenta linguagem desprendida do *lead* e não depende necessariamente do imediatismo.

E além dos quesitos estruturais do trabalho, há também a necessidade de se desenvolver o tema por este ter sido um marco no país, um acontecimento que devemos estudar para não deixarmos que se repita episódio semelhante.

Ao mostrar as tramas paralelas – o cenário da ditadura no interior paulista, as atuações dos militantes do período e a ligação entre tais figuras –, o livro-reportagem expõe a realidade das ocorrências da ocasião e aborda a espessura psicológica dos personagens, contribuindo com o registro da história de Ribeirão Preto através das biografias de alguns de seus cidadãos.

## Referências bibliográficas

BARCELLOS, Caco. **Abusado: O Dono Do Morro Dona Marta**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BARCELLOS, Caco. **Rota 66: A história da polícia que mata**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto - Uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LIMA, Edvaldo Pereira. **O que é livro-reportagem**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARINO, Divo. **Orquídeas para Lincoln Gordon, depoimento sobre o golpe de 1964**. Ribeirão Preto: Legis Summa Ltda, 1998.

OYAMA, Taís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2008.

PINHEIRO, Ana Paula Araújo; TOMICIOLI, Anna Regina Bula. **O preço da luta: A Igreja Católica como ponto de partida**. Bauru: [s.n.], 1999.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

## Fontes consultadas

Acervo Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Arquivos pessoais dos entrevistados

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Memórias da luta: a participação feminina nas organizações armadas de esquerda no pós-64**. Unesp – FCLAs – CEDAP, 2008.

Disponível em:

<[http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimonio\\_e\\_memoria\\_v4.n1/Artigos/memorias\\_luta.pdf](http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n1/Artigos/memorias_luta.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2011, 16:22.

BAGATIM, Alessandra. **Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirão-pretana: História de uma organização armada revolucionária**. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.

CINE CLUBE CAUIM. **Luciano Lepera**. Disponível em

<<http://www.cineclubecaum.org/REVISTA%20BERRO/Anteriores/12/Html/Entrevista.html>>. Acesso em: 29 set. 2011, 10:05.

DO VERBO. **Os meus amigos - Vanderley Caixe**. Disponível em <<http://do-verbo.blogspot.com/2009/11/10-os-meus-amigos-vanderley-caixe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2011, 21:12.

ELIEZER GOMES. **Entrevista Vanderley Caixe - por Vânia Moreira Diniz**.

Disponível em

<[http://www.eliezergomes.com/noticia/135/entrevista\\_vanderley\\_caixe\\_\\_por\\_vania\\_moreira\\_diniz/](http://www.eliezergomes.com/noticia/135/entrevista_vanderley_caixe__por_vania_moreira_diniz/)>. Acesso em: 20 ago. 2011, 17:13.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missão e Visão de Futuro**. Disponível em

<<http://www.exercito.gov.br/web/guest/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em: 17 out. 2011, 11:32.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desbaratado grupo terrorista que planejava um levante armado.** Folha de São Paulo. São Paulo, 14-11-1969, p.6.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2008.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 8 set. 2011, 15:25.

MEMÓRIA SOCIAL. **Maria Aparecida dos Santos (Cidinha).** Disponível em <<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentomariaaparecidadossantos.htm>>. Acesso em: 17 set. 2011, 15:37.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Breve histórico do PCB.** Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2011, 16:45.

PESSA, Bruno Ravanelli. **Livro-reportagem: origens, conceitos e aplicações.** Disponível em <[http://www2.metodista.br/unesco/1\\_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20%C3%A9\\_%20para%20qu%C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf](http://www2.metodista.br/unesco/1_Regiocom%202009/arquivos/trabalhos/REGIOCOM%2034%20-%20Livro%20Reportagem%20O%20que%20%C3%A9_%20para%20qu%C3%AA%20-%20Bruno%20Ravanelli%20Pessa.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2011, 21:00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Transcrição de entrevista.** Disponível em <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/mis/aurea/i14transcricao.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011, 23:05.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2011, 09:23.

RECANTO DAS LETRAS. **Saudação de Rosa Maria de Britto Cosenza para receber um novo membro, Vanderley Caixe, poeta insigne.** Disponível em <<http://www.recantodasletras.com.br/homenagens/306810>>. Acesso em: 12 set. 2011, 20:52.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947).** 1997. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.

VIVO E DESNUDO. **Jornal de Parede - Francisco Luciano Lepera**. Disponível em <<http://vivoedesnudo.blogspot.com/2010/07/10-jornal-de-parede-francisco-luciano.html>>. Acesso em: 29 set. 2011, 14:10.

Fontes orais: Entrevistas realizadas pela autora

Áurea Moretti Pires – ex-militante das FALN

Maria Aparecida dos Santos – ex-militante da ALN

Luciano Patrice Garcia Lepera – filho do comunista Francisco Luciano Lepera

Vanderley Caixe – ex-líder das FALN



# **VOZES QUE A DITADURA QUIS CALAR**

**MICAELA  
NASCIMENTO  
LEPERA**





Micaela Nascimento Lepera

**Vozes que a  
ditadura quis calar**



Aos meus pais,  
pela compreensão e estímulo  
em todos os momentos.



## **Agradecimentos**

À minha tia Márcia, pelo incentivo e pelos contatos  
das fontes;

À minha irmã Isabela, por me acompanhar em  
algumas etapas da composição do livro;

Ao Cacá, pela paciência, carinho e apoio;

À Cidinha, ao Vanderley, à Aurea e ao Patrice, por  
compartilharem suas memórias comigo;

Ao Losnak, que me guiou durante o trabalho;

Ao Bruno Biazotto, pela ilustração da capa e pelo  
preço camarada;

Aos meus amigos, que aguentaram minhas  
reclamações;

E à minha família, por confiar no meu potencial.



“Ditadura é um discurso constante te ensinando que seus sentimentos, seus pensamentos, e desejos não têm a menor importância, e que você é um ninguém e deve viver comandado por outras pessoas que desejam e pensam por você.”

Stephen Vizinczey





## Sumário

Introdução.....11

### **PARTE I: ANTES DO CERCO SE FECHAR**

1964, o ano “divisor de águas”.....17

Ribeirão Preto e a ditadura militar.....31

### **PARTE II: ESTUDANTES**

Maria Aparecida dos Santos.....43

Vanderley Caixe.....52

Áurea Moretti Pires.....68

### **PARTE III: HISTÓRIAS QUE SE CRUZAM**

Militância compartilhada: Visita de Lincoln

Gordon.....85

Uma história em comum entre Áurea e Vanderley:

FALN.....91

### **PARTE IV: BASTIDORES DA TORTURA**

Um outro Vanderley Caixe.....105

Uma outra Áurea Moretti Pires.....121

Uma outra Maria Aparecida dos Santos.....133

### **PARTE V: QUEM NÃO FOI TORTURADO TAMBÉM SOFREU**

Francisco Luciano Lepera.....145

Um outro Francisco Luciano Lepera.....154

Para não esquecer jamais.....164

Referências bibliográficas.....169

Fontes consultadas.....171

Anexos.....175



## **Introdução**

Há 26 anos, em 1985, o Colégio Eleitoral escolheu Tancredo Neves como presidente da República. Era o fim da ditadura militar.

Vinte e seis anos é pouco tempo para a História, porém muitos acontecimentos podem ocorrer no período. Esse é o paradoxo deste livro. A ditadura militar ainda é um evento recente, mas distante para a atual juventude brasileira.

Muitos jovens da contemporaneidade nasceram com o sistema democrático instituído pela Constituição de 1988 e não sabem o que é ser proibido de escutar uma música, porque ela faz apologia à oposição; ver parentes, amigos e conhecidos simplesmente desaparecem; não ter liberdade de imprensa; ter seus direitos políticos suspensos; sofrer censura etc.

Essa temática ressurge neste trabalho a fim de mostrar as dificuldades desse período àqueles que não o vivenciaram e fazer com que essas pessoas dêem valor à democracia, além de

possibilitar que os que participaram do período vejam-no não mais como um tempo de tristeza, frustração e perdas, mas como um exemplo às novas gerações de luta pelos direitos do cidadão.

Assim, o presente livro-reportagem tem por objetivo geral narrar o envolvimento de militantes de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, na época da ditadura militar, e como objetivos específicos entender e registrar essa fase na região.

Ao tratar das experiências de vida de ribeirãopretanos que atuam politicamente nos grupos de esquerda, a pesquisa valoriza esses municípios como personagens importantes não só para a cidade, mas para a nação.

Além disso, existem muitas obras sobre a ditadura militar no Brasil, mas a maioria deles trata o assunto de uma maneira geral, sob a visão do acontecimento no país todo, centrada nas grandes capitais, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro.

Dessa maneira, como não há materiais em abundância sobre o tema abordando a ditadura na região de Ribeirão Preto, este trabalho permite que

se trace um panorama desse momento histórico nesse município paulista.

O livro poderá ser usado como fonte de pesquisa, uma espécie de “memória da época” dos cidadãos ribeirãopretanos, e disponibilizará ao público informações e dramas humanos sobre a trajetória de pessoas anônimas para a grande mídia.

Ainda, é importante estudar a ditadura militar para compreender a conjuntura política brasileira daquela ocasião e compreender as consequências da época para a atualidade.



# **Parte I**

**Antes do cerco se fechar**





## **1964, o ano “divisor de águas”**

Golpe de Estado consiste no derrube ilegal de um governo constitucionalmente legítimo, ocasionando uma ditadura. No Brasil, ocorreram dois Golpes, o de 1937, que implantou o Estado Novo de Getúlio Vargas, e o de 1964, que deu poder aos militares. Este livro pretende relatar experiências de vida de pessoas que militaram contra a autoridade absoluta dos militares neste último Golpe.

Antes do ano “divisor de águas” é preciso entender o que se passou no governo de Jânio Quadros, que durou apenas sete meses (31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961), e no de João Goulart (1961-1964).

Jânio defendeu com vigor o direito de autodeterminação de Cuba, reatou relações diplomáticas com os países do Leste Europeu, apoiou o ingresso da China Popular na Organização das Nações Unidas (ONU), tentou formar uma frente para resistir à ingerência dos Estados Unidos

na política dos países sul-americanos, convidou o getulista Leonel Brizola para integrar a missão brasileira na Conferência de Punta del Este, defendeu a libertação dos povos africanos, condecorou o astronauta soviético Iúri Gagárin e o símbolo da Revolução Cubana, Che Guevara. Ou seja, tomou algumas medidas que incomodaram certos setores e, por isso, perdeu apoio político.

A direita brasileira ficou desgostosa com essas medidas. Carlos Lacerda, da oposição ao governo, liderou uma campanha contra Jânio Quadros que o levou à renúncia.

No dia seguinte à renúncia, ministros militares vetaram a posse do vice-presidente João Goulart, que estava em missão oficial na China Popular. O plano militar previa uma eleição indireta, com a finalidade de levar um general ao poder.

Uma emenda constitucional foi levada ao Senado propondo eleições indiretas e impedindo a posse de Jango. A Câmara dos Deputados se negou a receber a emenda.

Os militares ameaçaram fechar o Congresso caso os políticos não encontrassem uma saída “legal” para impedir a posse de João Goulart.

Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, mobilizou a população a favor da posse. Cerca de 500 voluntários gaúchos se apresentaram para defender Jango.

Para solucionar a crise, propôs-se um regime parlamentarista, assim, João Goulart tomaria posse, mas teria os seus poderes vigiados pelos parlamentares – o Parlamentarismo durou até 6 de janeiro de 1963, quando foi realizado um plebiscito, em que a maioria dos eleitores optou pela volta do regime presidencialista.

O governo de João Goulart tinha a intenção de reformar as instituições, melhorar a vida de certas camadas da população e viabilizar alguns processos de emancipação da economia brasileira.

O presidente queria implantar as Reformas de Base, com as quais cogitava promover o desenvolvimento do país em bases nacionalistas.

As Reformas de Base consistiam, entre outras, em: Reforma Urbana, que propunha a desapropriação dos imóveis excedentes desocupados; Reforma Bancária, a qual previa a nacionalização de todos os bancos estrangeiros e a participação dos bancários na sua direção; Reforma Agrária, que considerava passível de expropriação as propriedades rurais improdutivas com mais de 500 hectares localizadas a até dez quilômetros das margens das rodovias e ferrovias, e propriedades de 30 hectares situadas num raio de dez quilômetros a partir das represas federais; e Reforma Eleitoral, a qual concedia direito de voto aos analfabetos e aos soldados.

As elites sociais, acostumadas a jamais perder privilégios, responderam violentamente ao lado da classe média que, condicionada pelos preconceitos das elites, se considerava superior ao operariado que despontava no cenário político nacional. E os oficiais e os suboficiais se sentiam ameaçados hierarquicamente nas suas carreiras

pelo desejo de ascensão política de sargentos, cabos e soldados.

Desse modo, desencadeou-se uma campanha alarmista que tachava o governo de demagógico, ditatorial, sindicalista ou comunizante.

O comício na Central do Brasil do dia 13 de março de 1964 intensificou a insurgência das oligarquias. Nele, Jango assinou os projetos da Reforma Agrária e da nacionalização de refinarias de petróleo estrangeiras, pediu a Reforma da Constituição e sugeriu a convocação de um novo Congresso formado por “camponeses, operários, sargentos e oficiais nacionalistas”. Também propôs um plebiscito urgente caso as Reformas de Base não fossem aprovadas pelos políticos da Câmara Federal e do Senado.

Outros fatores enfraqueciam o governo de João Goulart, como a alta inflação, o desemprego e a recessão da época. A Igreja e as classes dominantes se aproveitaram da situação. A Igreja associava os males do mundo aos políticos ateus

que queriam mudar a ordem natural das coisas. Os conservadores utilizaram a televisão e os jornais para difundir material anticomunista.

No dia 19 de março de 1964, 500 mil pessoas saíram às ruas de São Paulo na Marcha da Família com Deus pela Liberdade protestando contra o governo.

O Golpe teve início na madrugada de 31 de março de 1964. O general Mourão Filho justificou o movimento alegando que o presidente tinha abusado do poder e devia ser afastado.

As tropas do Exército tomaram as ruas e João Goulart se exilou no Uruguai.

Humberto de Alencar Castelo Branco foi o primeiro militar eleito presidente da República pelo Congresso Nacional. Em seu governo, foram decretados os Atos Institucionais Número 1 (AI-1), Número 2 (AI-2), Número 3 (AI-3) e Número 4 (AI-4).

O AI-1 cassou mandatos políticos de opositores ao regime militar, fez com que o Congresso funcionasse apenas para legalizar as

decisões do Executivo, demitiu funcionários públicos afastou cientistas e professores das faculdades.

O AI-2 extinguiu todos os partidos políticos e deu poder ao Executivo para fechar o Congresso quando julgasse necessário. Foi estabelecido o bipartidarismo. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB) era da oposição e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) representava os militares.

O AI-3 ampliou o controle político do governo e restringiu ainda mais o direito ao voto popular. Já o AI-4 criou uma nova Constituição para o país, que institucionalizava o regime militar e suas formas de atuação.

Castelo Branco também instituiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) para controlar a sociedade.

Em 1967, o general Arthur da Costa e Silva assumiu a presidência. Ele colocou em vigor a Lei de Imprensa, que tornou ilegais as denúncias contra o presidente, e promulgou a Lei de Segurança



Nacional (LSN), que permitiu que o governo matasse os subversivos ou os mandasse para o exílio, além de vigiar seus familiares e se apropriar de seus bens.

No dia 13 de dezembro de 1968, o militar editou o AI-5. A medida autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do *habeas corpus*<sup>1</sup>.

Vítima de um derrame cerebral, Costa e Silva foi substituído por uma Junta Militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica).

---

<sup>1</sup> Ação constitucional que visa evitar ou cessar violência ou ainda ameaça na liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

O general Emílio Garrastazu Médici foi escolhido pela Junta Militar para governar o país. A censura se intensificou e a tortura passou a ser frequente.

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) atuavam como órgãos responsáveis por controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder.

No entanto, a euforia pela conquista do tricampeonato brasileiro na Copa do Mundo de Futebol e o “milagre econômico” do período mascaravam as torturas.

O chamado “milagre econômico” foi marcado pela realização de grandes obras, como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Parecia que o país se modernizava a passos largos. Entretanto, esse desenvolvimento era custeado por meio de enormes quantidades de dinheiro obtidas por meio de

empréstimos, deixando a economia brasileira submissa ao sistema financeiro internacional.

Em 1974, assumiu a presidência o general Ernesto Geisel, o qual anunciou a abertura política lenta, gradual e segura.

A insatisfação popular com o governo já era grande e a oposição política começou a ganhar espaço. No ano de 1978, Geisel acabou com o AI-5 e abriu caminho para a volta da democracia no Brasil.

O general João Baptista Figueiredo se tornou presidente em 1979 e decretou a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos.

Ele ainda aprovou uma lei que restabeleceu o pluripartidarismo no país.

1984 foi o ano das Diretas Já, movimento favorável à aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que garantiria eleições diretas para presidente.

A emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados, mas em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral escolheu o deputado Tancredo Neves como novo presidente da República.

Era o fim do regime militar. Porém, Tancredo Neves ficou doente antes de assumir e faleceu. O vice-presidente José Sarney assumiu o governo.

Em 1988 foi aprovada uma nova Constituição, que instituiu “um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2011, 09:23.



ANO 56  
Nº 193

26/Agosto/1961  
Sábado

**MANCHETE**

Jânio renunciou  
ontem à  
presidência da  
República

## Renúncia de Jânio traumatiza cidade e país

A manchete explícita: "Jânio, alegando pressão de poderosas forças, renunciou ontem à presidência da República; às primeiras horas de ontem (25 de agosto de 61) Jânio já estava disposto a renunciar".

A Cidade noticia a chegada do vice Jango à capital: ele estava na China.

Edição do dia 26 de agosto de 1961 do jornal *A Cidade*, de  
Ribeirão Preto.



## Os militares endurecem contra a liberdade

No dia 13 de dezembro de 1968, sexta-feira, o governo militar baixou o Ato Institucional número 5, que provocou o fechamento do Congresso Nacional e deu início à pior fase dos “anos de chumbo” no País.

Edição do dia 14 de dezembro de 1968 do jornal *A Cidade*, de Ribeirão Preto.



O povo vai às ruas pela democracia no país  
 Depois de 20 anos no poder, os militares enfrentaram a pressão popular pelas "Diretas Já". Comício em São Paulo resulta 1,6 milhão de pessoas pedindo a antecipação das eleições marcadas para o ano de 1988.



Após 20 anos, Brasil tem presidente civil  
 O Brasil amanheceu com um novo presidente. Com o voto do deputado ribeirão-pretano João Cunha, Anacleto Neves obteve maioria sobre Paulo Maluf na eleição indireta realizada no Congresso Nacional.

Da esquerda para a direita: edições dos dias 17 de abril de 1984 e 16 de janeiro de 1985 do jornal *A Cidade*, de Ribeirão Preto.

## Ribeirão Preto e a ditadura militar

Foto: Tony Miyasaka



Vista aérea do centro. Data: 1967.

Ribeirão Preto, interior de São Paulo, foi fundada em 19 de junho de 1856. O município se destacou na produção cafeeira e, após a Crise de 1929, se sobressaiu na produção de cana-de-açúcar.

Atualmente, a cidade possui 604.682 habitantes e é chamada de “Capital Nacional do Agronegócio” e “Califórnia brasileira”. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e



Estatística (IBGE) divulgados em dezembro de 2010 referentes a 2008, o município possui o 28º maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo de 0,46% do total do PIB da nação, contabilizando R\$13.896.533 mil<sup>3</sup>.

Nos anos 60, época do Golpe Militar, Ribeirão Preto já era uma das maiores e mais importantes cidades do estado de São Paulo.

A possibilidade de uma “revolução proletária” postulada por Karl Marx e associada às reformas de base de João Goulart assustava a elite ribeirãopretana.

Conforme afirma o professor e jornalista Divo Marino (1998), um influente setor da população ribeirãopretana organizava uma “revolução municipal” atrelada aos golpistas metropolitanos nas antevésperas de 31 de março de 1964.

---

<sup>3</sup> IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2008**.

Disponível em

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.

Acesso em: 8 set. 2011, 15:25.

# AO POVO

**CIDADÃO BRASILEIRO PATRIOTA**, reaja ativamente contra a infiltração **comunista** que está sufocando o Brasil.

O **comodismo** é convite ao **comunismo**.

Reaja ativamente contra esta minoria atuante e barulhenta que deseja a destruição da família, da religião e da liberdade.

Você sabia que Pernambuco sob o governo **tríplice-comunista** de Arrais está com uma média de duas greves por dia?

Você sabia que seus capangas armados transitam livremente dentro dos quartéis da polícia pernambucana?

Você sabia que já invadiram terras, assassinando os proprietários e famílias naquele Estado?

Você sabia que há uma distribuição grátis pelo governo pernambucano de cartilhas **comunistas** editadas na China em português?

Você sabia enfim, que Pernambuco vive num clima intenso de ódio, agitação e insegurança?

Você quer isto para São Paulo?

Pois bem, esta situação virá e, brevemente, se você não agir, se não sair do seu **comodismo** e enfrentar esta ameaça e desafio dos **comunistas**.

Não é com apasiguamentos, conformismos, achando que são pessoas mal orientadas e bem intencionadas que pregam intensamente subversão, que vamos continuar na **democracia**.

O Brasil atualmente é o país dos contrastes onde os Senadores trocam tiros, os Generais fazem discursos, o Governo prega a subversão e a oposição defende a legalidade.

Você sabia que o partido **comunista** de todos os países do mundo não tem presidente e sim secretários, porque o Presidente está na Rússia? Carlos Prestes é o secretário de um partido estrangeiro cujo fim é dominar o Brasil. É um traidor autêntico.

Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não anunciar em jornais **comunistas**, ou jornais que fazem o jogo dos **comunistas**, ou jornais Brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confusionistas que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo.

Anunciar e apoiar estes pasquins é o mesmo que dar corda para se enforcar, é incentivar a propaganda **comunista** desagregadora.

MAD não é contra homens e sim contra idéias exóticas que desejam nos destruir; assim sendo se estes jornais mudarem de orientação terão imediatamente nosso apoio.

Não temos cor partidária, mas interesse na defesa dos princípios democráticos.

Vamos apoiar MAD, vamos reagir, vamos lutar pela **democracia** que é o único regime do homem, para o homem e pelo homem.

**M. A. D.**

**MOVIMENTO ATIVO DEMOCRATICO**

**PELA RELIGIÃO, PELA DEMOCRACIA E CONTRA O COMUNISMO**

O panfleto do Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo (M.A.D.), divulgado pelo jornal “A Cidade”, retratou o pensamento político-social vigente por essa camada conservadora do município.

No entanto, a cidade também contava com uma parcela da população de orientação política de esquerda. De acordo com a historiadora Alessandra Bagatim (2006), o primeiro grupo de simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Ribeirão Preto formou-se ainda no ano de 1923.

A sede do PCB na cidade era a União Geral dos Trabalhadores. Lá ocorriam as reuniões e os cursos de formação dos novos membros do partido.

Como a economia da cidade era basicamente agrícola nas décadas de 50 e 60, a atuação do PCB de Ribeirão Preto se deu, inicialmente, através da luta pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Mas com o passar do tempo, os dirigentes do PCB viram nos jornalistas, trabalhadores e

estudantes uma possibilidade de difusão de suas ideias. Estas pessoas se sensibilizavam com a exploração do trabalhador rural e se posicionavam a favor da melhoria de salário e da reforma agrária.

Assim, nos primeiros anos da década de 60, o PCB de Ribeirão Preto conseguiu manter uma frente no meio rural e outra na cidade. Nesta, o sindicalismo rural ia se popularizando e, aos poucos, o PCB foi conquistando novos adeptos.

Os acontecimentos da época (Guerra Fria, Guerra do Vietnã, movimento hippie, formação do Teatro de Arena, Revolução Cubana, Ligas Camponesas etc.) também intensificaram a participação dos estratos urbanos no partido. Os movimentos sociais começaram a se fortalecer e um rico debate teórico ideológico se tornava mais presente em todo o país.

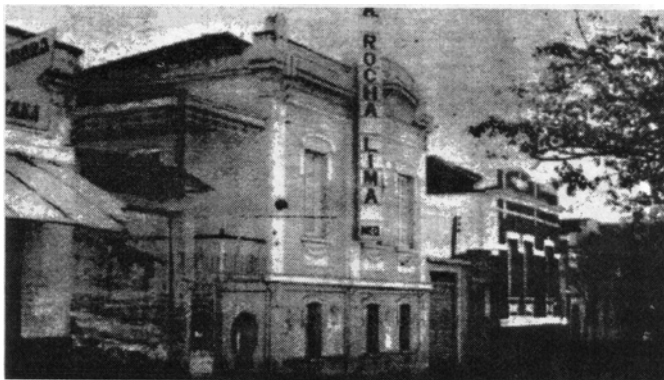
Os simpatizantes do “Partidão”, como era chamado o PCB, passaram a levar em consideração outras questões além das reivindicações do campo.

Em 25 de agosto de 1961, por exemplo, quando Jânio Quadros renunciou a presidência da

República, o PCB organizou um grande comício no centro da cidade, em favor da posse de Jango.

Os estudantes não ficaram de fora. O Centro Acadêmico Rocha e Lima, dos estudantes de medicina, realizou uma passeata em protesto ao ato autoritário. Além disso, eles elaboraram um documento que foi publicado no dia 28 de agosto de 1961 no semanário local “A Palavra” que dizia “repudiar veementemente os interesses escusos e inconfessáveis do grupo reacionário de falsos brasileiros que tentam vilipendiar e solapar a vigência de nosso regime democrático”.

Foto: PINHEIRO, TOMICIOLI (1999)



Centro Acadêmico Rocha Lima, da Faculdade de Medicina

O Centro Nacionalista Olavo Bilac, do colégio Otoniel Mota, também fez seu protesto em defesa da posse de João Goulart, publicando um manifesto no jornal local “Diário de Notícias”.

Os estudantes estavam se envolvendo em movimentos que iam desde a criação de Centros Acadêmicos ou a organização de protesto contra diretores com postura autoritária, até a criação de jornais estudantis, a participação em discussões referentes às reformas de base ou o envolvimento com a União Estadual dos Estudantes (UEE).

O engajamento político dos estudantes levou os agentes do DOPS a realizarem um levantamento, entre os dias 20 e 23 de maio de 1964, para saber quais tinham sido as implicações do Golpe nos meios universitários.

Segundo consta no relatório, entre as cidades de São Carlos, Araraquara e Ribeirão

Preto, esta última apresentou acontecimentos que se destacaram em relação às outras<sup>4</sup>.

Os inquéritos policiais da ditadura militar também demonstram a participação intensa dos ribeirãopretanos no combate à tirania. Nos arquivos encontrados no Poder Judiciário, nas Auditorias Militares, no DOPS, nos Fóruns e nos jornais da época é possível observar a gama de cidadãos presos e/ou convocados para depoimentos a fim de esclarecerem seus posicionamentos políticos.

---

<sup>4</sup> Dossiê 50 – Z. Pasta 298 – 8. Documento 1299. Acervo Deops. Arquivo Público do Estado de São Paulo. In: BAGATIM, Alessandra. **Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

CLARO DA MANHÃ

# Polícia de Ribeirão Preto interrogou mais de 150 suspeitos: terrorismo

### AVISO

Se houver qualquer alteração de preço, o consumidor deverá avisar imediatamente a loja onde adquiriu o produto, para que possa ser substituído pelo preço correto.

**REGRAS DE VENDA EM CASA DE VENDA**

1. O consumidor deve apresentar o produto comprado em qualquer loja de venda a varejo, para que seja substituído pelo preço correto.

2. O consumidor deve apresentar o produto comprado em qualquer loja de venda a varejo, para que seja substituído pelo preço correto.

3. O consumidor deve apresentar o produto comprado em qualquer loja de venda a varejo, para que seja substituído pelo preço correto.

...interrogou mais de 150 suspeitos...

...terrorismo...

...polícia de Ribeirão Preto...

...interrogou mais de 150 suspeitos...

...terrorismo...

...polícia de Ribeirão Preto...

### PREÇOS IGUAIS EM CASA MAIS

Arroz 1º qualidade	1,20
Arroz 2º qualidade	1,10
Macarrão nº 1	1,00
Macarrão nº 2	0,90
Macarrão nº 3	0,80
Macarrão nº 4	0,70
Macarrão nº 5	0,60
Macarrão nº 6	0,50
Macarrão nº 7	0,40
Macarrão nº 8	0,30
Macarrão nº 9	0,20
Macarrão nº 10	0,10

**Casa Midronat**  
RUA ANTONIO MARQUES, 85  
DAMP 1.110

...interrogou mais de 150 suspeitos...

...terrorismo...

...polícia de Ribeirão Preto...

### CHEFES ADMINISTRATIVOS DAS DIVISÕES REGIONAIS DE INUIÇÃO: A SITUAÇÃO

...interrogou mais de 150 suspeitos...

...terrorismo...

...polícia de Ribeirão Preto...

### Quem ama sua Ford não se importa com o dinheiro (e vice-versa)

**FORD**

...interrogou mais de 150 suspeitos...

...terrorismo...

...polícia de Ribeirão Preto...

### ÚLTIMOS DIAS DA LIVRAÇÃO DE A cinderela

TUDO INDA PELO CÉU

SAPATOS E BRANDELA A PREÇO DE PAPEL

Em Contas Restas 170

1 RUA CARLOS DAS TABATARIAS

### SERVIÇOS VIA FARELA, DOMICÍLIOS E INDUSTRIAIS

Uma equipe técnica sob o comando especializado pelo SUPERNO SMO GERALDO S.A.

Rua de Amato 4 - Ribeirão Preto - Goiás

Rua de Amato 4 - Ribeirão Preto - em 2º andar

## Super - Mercado A'urea

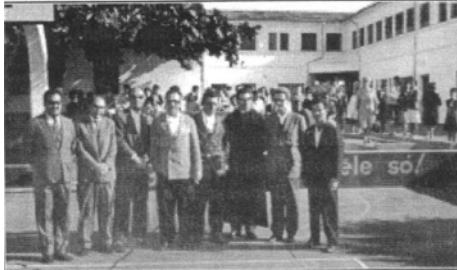
o SUPER MERCADO AUREA está à sua espera.

Polos de compra e venda. Uma organização SÓTI HEITO

SUPER MERCADO AUREA - Avenida Francisco Junqueira - 862



Acervo Pessoal Divo Marino



Presos políticos no quartel do 3º Batalhão Policial: José Adolfo Grawville Ponce, Luiz Carlos Raya, Geraldo Castilho Freire, Divo Marino, Rubens Pires Rebelo, Padre Celso Ibson de Silos, Said Ine Hallak, José Núncio Arsêncio, Clarimundo Alves de Souza Filho e Newton Mendes Garcia.

**Parte II**  
**Estudiantes**



## Maria Aparecida dos Santos

Foto: Matheus Urenha



Maria Aparecida dos Santos estava para completar 17 anos na data do Golpe de 64. Influenciada por seu pai, Patrocínio Henrique dos Santos, membro do PCB, ela entrou para a base estudantil do partido.

Cidinha, como é conhecida, estudava no Colégio Estadual Santos Dumont, mas achava que a escola não se preocupava em contar a verdade, assim, aprendia História dentro do partido. Os integrantes da célula recomendavam-na leituras que

os professores ignoravam e que a ensinavam a entender os acontecimentos de forma mais crítica.

Foi através das doutrinas do PCB que Cidinha aprendeu sobre o governo de Getúlio Vargas, a Revolução Cubana, a Guerra Fria, o trabalho da União Nacional dos Estudantes (UNE), a reforma agrária etc.

Por morar na periferia de Ribeirão Preto, Cidinha vivenciava os problemas sociais do município. A vontade de “mudar o mundo” aumentava com as discussões com os companheiros sobre as mazelas do país.

Família de militante acaba militando mesmo sem querer. Mas Cidinha queria ajudar o movimento. Ela e os estudantes secundaristas distribuía panfletos pela cidade com as ideias do PCB.

O Golpe de 64 chegou e mudou tudo.

Nada de escutar “músicas de protesto”, ir ao teatro sem temer ser preso, passear pelas ruas sem a presença da polícia...

Os jornais estampavam receitas de bolo onde normalmente havia artigos de opinião. Os pais aconselhavam aos filhos a não falarem nada em público que pudesse ser associado ao comunismo. Cartazes de militantes procurados pelos órgãos de repressão eram pregados nos bancos, faculdades, estabelecimentos comerciais, postes, pontos de ônibus etc.

Fotos: Divulgação / Montagem: Micaela Lepera



Muitos pecebistas foram presos e outros começaram a viver na clandestinidade. O partido teve que ser reorganizado.

Patrocínio tirou algumas pessoas da cadeia. Ele era um dos poucos que sabia do paradeiro daqueles que viviam clandestinamente, assim, levava roupas e remédios para os companheiros.

Cidinha ajudava o pai. Verificava se não havia polícia perto das casas que eles iam, mandava recados em nome dos dirigentes do Partidão. Ninguém desconfiava de uma adolescente.

A articulação do partido teve que ser refeita. Era preciso achar pessoas que cedessem suas casas para a produção dos panfletos informativos do PCB.

Passar despercebido pela polícia com estêncil e mimeógrafo não era fácil. A logística era perigosa. Se não fosse bem elaborada, poderia levar as pessoas à cadeia.

Para não levantar suspeitas, as reuniões do partido passaram a ser na casa de Cidinha.

Em janeiro de 1966 foi realizada a Conferência Tricontinental em Havana (Cuba). Nessa ocasião, delegados do Partidão enviados ao evento voltaram ao Brasil sob forte influência da ideia de formação de guerrilha, já que os cubanos e os vietnamitas conquistaram suas revolução e guerra, respectivamente, através desse artifício.

Contemporaneamente à conferência, formou-se a Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) com sede na capital de Cuba. O objetivo da entidade era o de organizar pequenos grupos armados com instrução de guerrilha e apoiá-los logisticamente para libertar o continente de qualquer tipo de regime opressor ou desfavorável à população na América Latina.

No final do ano seguinte (1967), era realizado o VI Congresso do Partido Comunista. Nesse encontro, foi discutido se valia a pena recorrer às armas para vencer a ditadura.

A direção nacional do partido “definiu uma linha de ação antiditatorial centrada na recusa de quaisquer propostas que não envolvessem ações políticas de massas”<sup>5</sup>.

Ou todos concordavam com essa forma de combate ou o partido não aderiria à proposição.

---

<sup>5</sup> Partido Comunista Brasileiro. **Breve histórico do PCB.** Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2011, 16:45.



Após esses acontecimentos, muitos membros do PCB resolveram sair do partido e formar suas próprias organizações armadas. Foi o caso de Carlos Marighella, fundador da Aliança Nacional Brasileira (ALN), e de Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Cidinha e muitos de seus companheiros também se retiraram do Partidão. Decidiram entrar para o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC/SP), denominação anterior a ALN. O foco era formar uma guerrilha rural, mas para isso, era preciso o amparo da cidade. Desse modo, a população urbana que tinha interesse em derrotar a ditadura, seguiu confeccionando panfletos para aumentar o número de pessoas que a apoiasse.

No ano de 1968, Cidinha começou a ser treinada: aprendeu a atirar, a fazer bombas caseiras e a dirigir. Se fosse necessário, ela estaria pronta para enfrentar os militares.

Ribeirão Preto era um local de logística, de preparo dos agentes da arregimentação. Não havia como formar uma guerrilha rural numa cidade onde

a área campestre era composta por cana-de-açúcar, pois guerrilha rural denota uma guerra que se caracteriza por armação de emboscadas em selvas para impedir as ofensivas dos inimigos.

As ações da ALN em Ribeirão Preto também visavam o arrecadamento de dinheiro para tirar do país companheiros procurados pela polícia. Com o dinheiro adquirido através de assaltos a bancos seria possível providenciar passagens e documentos falsos para enviar os “foragidos” ao exterior, além de ajudar financeiramente suas famílias.

O trabalho dos militantes também consistia em levantamento de estradas e caminhos de fuga. O estudo de mapas da região era enviado à central da coligação, em São Paulo.

Enviada à capital do Estado para integrar o Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, Cidinha se hospedou na casa de pessoas consideradas confiáveis pela aliança.

Ela deveria participar de pichações, roubo de armas em quartéis e furto de remédios. A

conscientização do povo e a arrecadação de mantimentos eram imprescindíveis para a formação e manutenção de um exército popular que se pretendia criar.

Além disso, Cidinha e os demais militantes também liam vários jornais a fim de saber o que se passava na cidade e no Brasil a respeito da ditadura e observavam o movimento da cidade. Eles tinham que descobrir lugares ermos para se encontrarem e saber quais vias eram mais recomendadas para fugir com pessoas “queimadas” (sondadas pela polícia).

E para se sustentar em São Paulo e conseguir um dinheiro extra para as ações da ALN, os ativistas faziam “bicos” que consistiam, por exemplo, em trabalhos de datilografia.

Qualquer um envolvido com a luta contra o governo vigente corria sérios riscos de ser descoberto, preso, torturado e, talvez, até morto. Ainda mais na capital, onde eram sediados o DOPS e a Oban.

Temendo que isso acontecesse, Cidinha tirou passaporte para sair do país, caso necessário. Mas ela não chegou a usá-lo.

## Vanderley Caixe

Foto: Divulgação



Filho de Farait Caixe, professor universitário e comerciante, e de Rina Martinelli Caixe, intelectual autodidata e assistente do marido, Vanderley nasceu em 6 de outubro de 1944, em Ribeirão Preto, onde realizou seus estudos, começando no 2º Grupo Escolar, passando pela

Associação de Ensino, pelo Colégio São Sebastião e pelo Colégio Amaro Cavalcanti.

Começou sua vida política fundando, em 1963, o Centro Acadêmico Visconde Cairú, da Faculdade de Ciências Econômicas do Centro Universitário Moura Lacerda, desobedecendo as ordens do diretor da universidade, Dr. Oscar de Moura Lacerda, que era contra a formação do órgão estudantil.

Foto: Acervo Pessoal Vanderley Caixe



Por desacatar o dirigente da entidade, Caixe e mais 17 alunos pertencentes ao diretório foram

expulsos da instituição de ensino. Em protesto à expulsão, os estudantes fizeram greve e organizaram piquetes. Também recorreram à União Estadual dos Estudantes (UEE), que junto à UNE, relataram o ocorrido para o então ministro da Educação, Paulo de Tarso. O político mandou readmitir os estudantes.

Quando os militares deram o Golpe de Estado, em 1964, Caixe tinha 20 anos, estava no segundo ano da faculdade e era presidente do diretório acadêmico.

Um diretório acadêmico tem como uma de suas finalidades encaminhar, mobilizar e organizar reivindicações e ações políticas dos estudantes. Desse modo, Caixe sentia obrigação de lutar contra a deposição de João Goulart.

Foi assim que os centros acadêmicos das faculdades de Medicina, Odontologia, Direito e Ciências Econômicas resolveram se unir para concentrar forças em caso de uma resistência popular ao Golpe.

Os membros dessas entidades estudantis estocaram garrafas com gasolina na loja dos Campos Elíseos do pai de Caixe para a produção de coquetéis Molotov<sup>6</sup>. Se a população brasileira optasse por um levante, os estudantes ribeirãopretanos adeririam à decisão afrontando os militares.

As armas contra os policiais eram poucas, mas era preciso tentar. Um mimeógrafo foi levado à loja para a realização de panfletos informativos contra o Golpe.

As mulheres não ficavam de fora. Elas saíam pelo centro da cidade distribuindo os panfletos de protesto.

Foram quatro dias de mobilização. Não houve resistência. O povo tinha medo de enfrentar a polícia. O temor de ser preso falava mais alto que a gana de defender os direitos civis.

Os estudantes estavam frustrados, mas pretendiam continuar combatendo a ditadura. Caixe

---

<sup>6</sup> Bomba incendiária de fabricação caseira: uma garrafa cheia de combustível com um pavio no gargalo.



principalmente. Como presidente do diretório acadêmico, ele deveria dar o exemplo e insistir na batalha contra o autoritarismo. No entanto, ele ficara marcado pela polícia. A rebeldia do estudante de classe média fora observada pelos militares.

Seus amigos aconselharam-no a não voltar à universidade, senão poderia ser preso. Ele ouviu o conselho e não foi à faculdade. No dia seguinte, recebeu uma intimação para comparecer à delegacia para prestar esclarecimentos à polícia.

Na delegacia, foi interrogado. Não houve violência física. Pressionaram para que ele contasse detalhes do plano da insurreição, perguntaram sobre as intenções do ocorrido, sobre suas idéias políticas e se havia outros companheiros envolvidos. Mostraram autoridade, ameaçaram, mas constataram que ele não representava perigo. Não havia sinais de que existisse um Carlos Marighella ou Carlos Lamarca por trás de tudo aquilo. Foi liberado.

Ao voltar para a faculdade, recebeu uma nota expulsando-o do Moura Lacerda. O centro universitário não queria confusão com as autoridades militares.

Caixe sentiu mais raiva ainda do regime vigente. A ditadura estava lesando seu país e agora prejudicava seus estudos.

Além disso, o ambiente universitário era uma ferramenta de luta contra o sistema ditatorial. A juventude queria derrubar a ditadura e reaver a democracia. Dentro da universidade, Caixe poderia disseminar suas ideias e fazer com que os estudantes contestassem os golpistas.

Assim, em 1965, prestou vestibular novamente e foi aprovado na Faculdade de Direito Laudo de Camargo, da Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp). Ali entrou em contato com a base do PCB e decidiu criar um jornal dos estudantes que desse voz à esquerda em meio ao conservadorismo que costuma prevalecer nas faculdades de Direito.

Teve origem o jornal “O Berro”, pela democracia e contra a ditadura.

Segundo o historiador Marcelo Botosso (2001), “O Berro” foi fundado em 1966 e se autodenominou em seu primeiro número, “Órgão independente e de vanguarda dos acadêmicos de Direito de Ribeirão Preto”. Após um curto período, o periódico já era o porta-voz do movimento estudantil no próprio município e em algumas cidades vizinhas.

Em 1967, Caixe era assessor das bases estudantis do “Partidão” e ajudava um dos dirigentes do PCB, Irineu de Moraes – mais conhecido como Índio – a organizar sindicatos no campo. Um dia reunido com Índio, o jovem estudante se deu conta de que era necessário partir para a luta armada. Assim como Carlos Lamarca, Caixe acreditava que a luta pacífica contra a ditadura não ia resultar em nada.

O jornalista Júlio José Chiavenato (1994) alega que os erros teóricos acumulados pelo PCB levaram muitos grupos à clandestinidade política.

O autor ainda diz que foi em decorrência dos anos de passividade revolucionária do PCB que as dissidências assumiram a luta armada contra a ditadura.

Determinado a ajudar na luta armada, Caixe marcou um encontro com Marighella nas imediações do Parque Trianon, em São Paulo. Ele se perguntava como iria se encontrar com um dos homens mais procurados da época pela polícia numa região tão movimentada quando aquela. Mas era justamente pelo movimento que Marighella sugeriu aquele lugar como ponto de encontro. Ali passava muita gente e ninguém prestava atenção em ninguém.

O guerrilheiro apareceu disfarçado. Era uma emoção para Caixe estar na companhia de um de seus ídolos políticos.

Marighella e ele conversaram por um tempo sobre a situação do partido, as divergências internas, as perseguições e prisões de militantes.

O estudante saiu da capital satisfeito com o rumo da conversa. Ele concordava com as ideias de Marighella e o tomava como modelo a ser seguido.

O “mestre” havia aconselhado-o a não sair do partido e tentar convencer os demais a pegar em armas para combater a ditadura.

Chegando em Ribeirão Preto, o ativista ficou sabendo que Irineu comunicara ao partido que ele havia se encontrado com Marighella. Os dirigentes do partido já imaginavam que Caixe tentaria persuadi-los a aderir à luta armada.

O militante foi convocado para uma reunião. Ele sabia que seria repreendido por viajar para tratar de assuntos que diziam respeito ao partido sem avisar ninguém, mas estava otimista com seus argumentos a favor da luta armada.

Nessa reunião, o Comitê Municipal do partido determinou a expulsão de Caixe do PCB. Decepcionado, ele reuniu vários estudantes na casa de seu falecido avô para relatar o ocorrido e sugerir a formação de grupo de reação armada.

Dentre as aproximadamente 80 pessoas reunidas, somente duas não concordaram com a proposta: Leopoldo Paulino e Carlos Russo.

Assim nasceu a Frente de Libertação Nacional de Ribeirão Preto, posteriormente chamada Frente Armada de Libertação Nacional ou Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).

Marcelo Botosso (2001) comenta que as FALN se estruturaram em torno de “O Berro”. Através das atividades desempenhadas a partir do jornal, os membros da guerrilha procurariam aglutinar os favoráveis à luta contra o regime autoritário, tais como padres progressistas, professores universitários e sindicalistas.

Caixe concluiu que, para concretizar a arregimentação guerrilheira, era preciso concentrar, além de elementos influentes na sociedade urbana que se destacavam em lutas sociais e trabalhistas, as forças camponesas. Desse modo, partiu para Sertãozinho em busca de pessoas do campo que se unissem ao grupo. Lá encontrou Mário Bugliani, que concordou em participar do movimento.

Chegou-se a 40 municípios com núcleos camponeses pró-FALN.

De acordo com o autor Marcelo Ridenti (1993), apesar da expressão meramente local, as FALN são uma boa referência do que os revolucionários esperavam que acontecesse por todas as partes do Brasil: o surgimento mais ou menos espontâneo de um número incontável de grupos revolucionários autônomos. Ou seja, o objetivo era angariar discípulos antitadura por todos os lados do país para, quando fosse preciso, estar preparado para uma guerra civil.

Dessa maneira, as FALN foram se estruturando e se sentiu necessidade de agir.



Capa do primeiro exemplar de "O Berro"



Foto: Acervo Pessoal Vanderley Caixe



Foto: Acervo Pessoal Vanderley Caixe





RIO GRANDE DO SUL  
GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO  
Porto Alegre, 7 de dezembro de 1961

Ilmo. Sr.  
Divo Marino  
Rua São Sebastião, 646  
Caixa Postal 355  
RIBEIRÃO PRETO - SP

*Ao ilustre patricio e a todos os signatários da mensagem que me foi dirigida convidando me a assistir a instalação do núcleo da Frente de Libertação Nacional de Ribeirão Preto transmito os meus mais profundos agradecimentos ao mesmo tempo em que peço escusas pelo fato de, em decorrência de compromissos inadiáveis, não me ser possível ir a Ribeirão Preto, neste momento. Mas tal importância confiro ao encontro entre nós que me permite solicitar aos meus generosos amigos fixem uma nova data, comunicando-me a sua escolha com antecedência que me permita cumprir o compromisso que agora assumo de visitar Ribeirão Preto.*

*A Frente de Libertação Nacional ganha com a fundação do núcleo de Ribeirão Preto uma grun de trincheira e às suas fileiras incorporam-se valerosos e intrépidos combatentes. São eles os paulistas e brasileiros de Ribeirão Preto. Não lutamos e não lutaremos senão pela satisfação das aspirações mais sentidas de progresso e justiça social do povo brasileiro. É uma luta árdua, bem o sabe-*

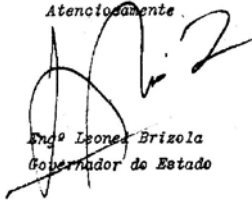
.....

.....

*nos, mas sabemos-la vitoriosa desde o momento em que temos ao nosso lado os companheiros paulistas de Ribeirão Preto.*

*Aguardando vossa amável resposta peço sejam transmitidas aos signatários da mensagem, aos ajudantes, operários, bancários, comerciários, sindicatos e entidades de classes arrematadas na Frente as expressões da minha solidariedade e simpatia cívica.*

Atenciosamente



Engº Leonel Brizola  
Governador do Estado

Carta do governador Leonel Brizola endereçada a Divo Marino respondendo ao convite de instalação do núcleo da Frente de Libertação Nacional de Ribeirão Preto.

## Áurea Moretti Pires

Foto: Divulgação



19 anos. Toda a coragem e disposição características da idade levaram Áurea Moretti Pires a se filiar ao PCB em seguida ao Golpe Militar de 1964.

Nascida em 12 de novembro de 1944, no município de São Joaquim da Barra, Áurea morou na Fazenda Perobas até 1960, quando ela e sua família se mudaram para Ribeirão Preto.

Áurea estudava à noite no colégio Otoniel Mota e trabalhava durante o dia nas recém inauguradas Lojas Americanas para ajudar financeiramente a família.

Em meados de 1964, o Padre Celso Ibson de Sylos fez uma palestra sobre a reforma agrária na escola. Irineu de Moraes e ele estavam formando sindicatos rurais, ligas camponesas. A partir daí, Áurea começou a ler Jorge Amado e a refletir sobre a divisão de classes e a exploração do trabalhador, temáticas recorrentes nos livros do autor.

Logo em 1965, Áurea passou no vestibular e entrou na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e formou com outros companheiros o Centro Acadêmico da Filosofia (CAFi), diretório acadêmico da instituição.

A conjuntura política brasileira da época favorecia o engajamento dos estudantes (secundaristas e universitários) de Ribeirão Preto. Eles se reuniam clandestinamente nos centros acadêmicos das universidades ou nas próprias casas dos estudantes para discutir formas de difusão das ideias do “Partidão”.

A insatisfação com a falta de liberdade, com a repressão, com a censura e com a perseguição de comunistas ou subversivos no governo militar levou muitos estudantes a organizarem assembleias, ajudarem na composição de “O Berro”, realizarem passeatas, e integrarem as FALN.

O apogeu do movimento estudantil foi no ano de 1968. Em 28 de março deste ano, a ditadura militar assassinava o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto numa passeata para protestar contra o alto preço da comida servida no Calabouço, restaurante do Instituto Cooperativo de Ensino, no Rio de Janeiro.

A morte do estudante repercutiu no interior paulista. Áurea estava na aula de química quando soube do ocorrido. Subiu na cadeira e falou “Gente, a fórmula química é importante, mas acabaram de matar um companheiro nosso, que está lutando contra a ditadura!”. A aula acabou.

Os alunos se dispersaram. Áurea foi atrás dos demais militantes já pensando numa nova edição de “O Berro” que denunciaria a morte de Edson Luís.

Nesta época, nenhuma gráfica queria mais financiar a impressão de “O Berro” por receio de ser reprimido. Até então, os padres estavam cedendo o porão do orfanato católico Lar Santana para a confecção do jornal, mas a suspeita da polícia fez com que os ativistas mudassem o local de produção do periódico.

Por esse motivo, entrou em cena o Diretório da Faculdade de Medicina (FMRP-USP). Os estudantes passavam a noite no diretório para colocarem “O Berro” em circulação. Áurea e Silvio Rego Rangel ficavam no porão passando exemplar



a exemplar do jornal no mimeógrafo a álcool, enquanto os outros dançavam e bebiam no diretório preparando a manifestação. Se a polícia passasse, os estudantes estavam somente confraternizando. Ninguém verificaria o porão do diretório.

Às sete horas da manhã do dia seguinte do episódio do Calabouço, já meio tonta e bêbada do álcool do mimeógrafo, Áurea saiu do porão anunciando mais uma edição do jornal “quentinho”, convocando a população para a passeata das cinco da tarde.

Vários exemplares de “O Berro” foram pregados em postes, soltos nas ruas e distribuídos em igrejas, bares e estabelecimentos comerciais.

A divulgação do conteúdo do jornal foi efetiva: cinco mil estudantes ribeirãopretanos se reuniram na Praça XV de Novembro se solidarizando com a causa do jovem morto pela polícia no Rio de Janeiro.

Foto: Tony Miyasaka



Praça XV e centro da cidade - vista aérea. Data: 1960.

Os bancos da praça se tornavam palco dos discursos dos revoltosos. Havia cartazes de protesto e gritos em coro pela democracia.

A polícia “baixava” com a cavalaria, o canil e seus cassetetes para agredir os manifestantes.

A fim de evitarem apreensões, os sublevados jogavam bolinhas de gude nas ruas para os cavalos derraparem, soltavam gatos para brigarem com os cães dos policiais, praguejavam e corriam dos militares.

O cenário era de amotinados apanhando e outros fugindo.

No meio da confusão, os revéis eram abrigados por comerciantes ou se refugiavam na Catedral, onde se misturavam com as beatas e fingiam estar rezando. As carolas batiam nos policiais com seus rosários e os padres tentavam impedir a violência na “casa de Deus”.

Foto: Tony Miyasaka



Catedral de São Sebastião do Ribeirão Preto e Praça da Bandeira. Data: 1960.

A Igreja, inicialmente defensora do Golpe, passou a apoiar os estudantes devido à repressão violenta da polícia contra os militantes. Houve vez em que o arcebispo dom Frei Felício César da Cunha Vasconcellos mandou abrir o Palácio Rio Branco (Prefeitura) e, enquanto barrava os policiais na entrada principal, os padres soltavam os estudantes pela porta dos fundos.

O auditório do Hospital das Clínicas era o lugar de encontro daqueles que conseguiam fugir dos policiais. Os que precisavam de cuidados eram atendidos pelos médicos e os demais já se organizavam em nova assembleia, verificavam se algum companheiro havia sido preso e, se sim, avisavam a família para o procurarem na delegacia.

Foto: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto



**Jordânia viola resolução da ONU**

**Diário de Notícias**

“A CRIAR O QUE É DE CRIAR E A DERRUBAR O QUE É DE DERRUBAR” — IN. 133. 13

Service Telegraphic Directo de União Press Internacional

4890 42

Publicado em Ribeirão Preto, Avenida 28 de Março de 1946

Quinta-feira, 13 de Maio de 1946

Revista 13, 407

**REPUBLICAÇÃO**

**ÍNDICE**

1.ª Edição: 1946  
2.ª Edição: 1946  
3.ª Edição: 1946  
4.ª Edição: 1946  
5.ª Edição: 1946  
6.ª Edição: 1946  
7.ª Edição: 1946  
8.ª Edição: 1946  
9.ª Edição: 1946  
10.ª Edição: 1946

**Protesto contra a violência: Greve nas Faculdades locais**

**Famoso industrial recebe hoje título de Cidadania**

**Seis a Tabela de Bretton**

**CA MPAHNA**

**CONVITE**

**Cooperativa de Brodóski apresenta relatório de 67**



Cada um ajudava da maneira que podia. Divo Marino (1998) expõe que, em uma das passeatas, o então deputado Orlando Jurca se posicionou em frente a um brucutu (carro de choque) para impedir que manifestantes fossem agredidos pela polícia. “Este ato custou-lhe caro: encurralado num desvão da entrada do prédio da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, foi barbaramente espancado por esbirros a serviço da Ditadura”.

Jurca processou a polícia de Ribeirão Preto.

Durante a audiência do caso na Câmara Municipal, os estudantes aplaudiam o vereador Pedro de Azevedo Marques, da oposição ao governo, e respondiam ao coordenador da sessão, que pedia que a Câmara fosse evacuada: “A ditadura já evacuou no Brasil!”.

Depois desse episódio, foi aprovada uma moção em que a polícia deveria permitir uma passeata pacífica. A polícia teve que abrir as ruas para os estudantes pregarem as “palavras da esquerda”.

Foto: Acervo Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto

**INDICE**

1.ª Edição: 1934

2.ª Edição: 1935

3.ª Edição: 1936

4.ª Edição: 1937

5.ª Edição: 1938

6.ª Edição: 1939

7.ª Edição: 1940

8.ª Edição: 1941

9.ª Edição: 1942

10.ª Edição: 1943

11.ª Edição: 1944

12.ª Edição: 1945

13.ª Edição: 1946

14.ª Edição: 1947

15.ª Edição: 1948

16.ª Edição: 1949

17.ª Edição: 1950

18.ª Edição: 1951

19.ª Edição: 1952

20.ª Edição: 1953

21.ª Edição: 1954

22.ª Edição: 1955

23.ª Edição: 1956

24.ª Edição: 1957

25.ª Edição: 1958

26.ª Edição: 1959

27.ª Edição: 1960

28.ª Edição: 1961

29.ª Edição: 1962

30.ª Edição: 1963

31.ª Edição: 1964

32.ª Edição: 1965

33.ª Edição: 1966

34.ª Edição: 1967

35.ª Edição: 1968

36.ª Edição: 1969

37.ª Edição: 1970

38.ª Edição: 1971

39.ª Edição: 1972

40.ª Edição: 1973

41.ª Edição: 1974

42.ª Edição: 1975

43.ª Edição: 1976

44.ª Edição: 1977

45.ª Edição: 1978

46.ª Edição: 1979

47.ª Edição: 1980

48.ª Edição: 1981

49.ª Edição: 1982

50.ª Edição: 1983

51.ª Edição: 1984

52.ª Edição: 1985

53.ª Edição: 1986

54.ª Edição: 1987

55.ª Edição: 1988

56.ª Edição: 1989

57.ª Edição: 1990

58.ª Edição: 1991

59.ª Edição: 1992

60.ª Edição: 1993

61.ª Edição: 1994

62.ª Edição: 1995

63.ª Edição: 1996

64.ª Edição: 1997

65.ª Edição: 1998

66.ª Edição: 1999

67.ª Edição: 2000

68.ª Edição: 2001

69.ª Edição: 2002

70.ª Edição: 2003

71.ª Edição: 2004

72.ª Edição: 2005

73.ª Edição: 2006

74.ª Edição: 2007

75.ª Edição: 2008

76.ª Edição: 2009

77.ª Edição: 2010

78.ª Edição: 2011

79.ª Edição: 2012

80.ª Edição: 2013

81.ª Edição: 2014

82.ª Edição: 2015

83.ª Edição: 2016

84.ª Edição: 2017

85.ª Edição: 2018

86.ª Edição: 2019

87.ª Edição: 2020

88.ª Edição: 2021

89.ª Edição: 2022

90.ª Edição: 2023

91.ª Edição: 2024

92.ª Edição: 2025

# Diário de Notícias

1.ª Edição: 1934

2.ª Edição: 1935

3.ª Edição: 1936

4.ª Edição: 1937

5.ª Edição: 1938

6.ª Edição: 1939

7.ª Edição: 1940

8.ª Edição: 1941

9.ª Edição: 1942

10.ª Edição: 1943

11.ª Edição: 1944

12.ª Edição: 1945

13.ª Edição: 1946

14.ª Edição: 1947

15.ª Edição: 1948

16.ª Edição: 1949

17.ª Edição: 1950

18.ª Edição: 1951

19.ª Edição: 1952

20.ª Edição: 1953

21.ª Edição: 1954

22.ª Edição: 1955

23.ª Edição: 1956

24.ª Edição: 1957

25.ª Edição: 1958

26.ª Edição: 1959

27.ª Edição: 1960

28.ª Edição: 1961

29.ª Edição: 1962

30.ª Edição: 1963

31.ª Edição: 1964

32.ª Edição: 1965

33.ª Edição: 1966

34.ª Edição: 1967

35.ª Edição: 1968

36.ª Edição: 1969

37.ª Edição: 1970

38.ª Edição: 1971

39.ª Edição: 1972

40.ª Edição: 1973

41.ª Edição: 1974

42.ª Edição: 1975

43.ª Edição: 1976

44.ª Edição: 1977

45.ª Edição: 1978

46.ª Edição: 1979

47.ª Edição: 1980

48.ª Edição: 1981

49.ª Edição: 1982

50.ª Edição: 1983

51.ª Edição: 1984

52.ª Edição: 1985

53.ª Edição: 1986

54.ª Edição: 1987

55.ª Edição: 1988

56.ª Edição: 1989

57.ª Edição: 1990

58.ª Edição: 1991

59.ª Edição: 1992

60.ª Edição: 1993

61.ª Edição: 1994

62.ª Edição: 1995

63.ª Edição: 1996

64.ª Edição: 1997

65.ª Edição: 1998

66.ª Edição: 1999

67.ª Edição: 2000

68.ª Edição: 2001

69.ª Edição: 2002

70.ª Edição: 2003

71.ª Edição: 2004

72.ª Edição: 2005

73.ª Edição: 2006

74.ª Edição: 2007

75.ª Edição: 2008

76.ª Edição: 2009

77.ª Edição: 2010

78.ª Edição: 2011

79.ª Edição: 2012

80.ª Edição: 2013

81.ª Edição: 2014

82.ª Edição: 2015

83.ª Edição: 2016

84.ª Edição: 2017

85.ª Edição: 2018

86.ª Edição: 2019

87.ª Edição: 2020

88.ª Edição: 2021

89.ª Edição: 2022

90.ª Edição: 2023

91.ª Edição: 2024

92.ª Edição: 2025

Novos Comentários

Estado - Economia - Política

(P. Página)

## Passeata ainda vai sair

**LEWTON MENDONÇA**  
de Teresopolis



Deixar a mão do governador e não se deixar levar pelo governador

Alguns dos líderes da passeata... (text continues)



**Dr. JOÃO GALATI JR.**  
de Teresopolis

## Omissão ou convicção? A greve do Serviço Social

**PI Vitorada**



Para Vitorada



**PI PREFEITO**



PI Vice Prefeito

**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**



**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**



**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**



**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**



**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**



**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**



**PI PREFEITO**



**PI VICE PREFEITO**





1967. A repressão aumenta.

No dia 3 de março deste ano, promulgou-se a LSN, que considerava praticamente todos os cidadãos suspeitos. Surgiu também a Lei de Imprensa, a qual tornava ilegal qualquer menção contra o presidente e suas medidas de governo.

Já não era mais permitido sentar nas praças para conversar. Mais de duas pessoas caminhando juntas eram geravam desconfiança por parte dos militares. Os policiais logo mandavam que circulassem cada uma para um lado.

O simples ato de andar pelas ruas carregando um livro significava ameaça, pois livro lembrava estudante, que era associado com comunista, que por sua vez era considerado “comedor de criancinhas”. Não só os estudantes politicamente engajados corriam risco de serem abordados pela polícia.

Os diretórios acadêmicos se enfraqueceram pelo medo. Militarem infiltrados nas faculdades se faziam passar por estudantes para delatar os insurgentes.

No final do ano seguinte foi estabelecido o Ato Institucional nº5.

Como coloca Júlio José Chiavenato (1994), o AI-5 nasceu para inibir greves, conter manifestações estudantis e anular a crescente militância dos trabalhadores.

Áurea estava dando plantão neste 13 de dezembro. Ela havia desistido da Faculdade de Filosofia e iniciado o curso de Enfermagem, já que considerava que a revolução precisava mais de enfermeiros do que de pesquisadores.

Com o decreto do AI-5, alguns membros do PCB da região, inclusive Áurea, chegaram à conclusão que a ditadura não seria derrubada pacificamente. Era preciso partir para a luta armada. No entanto, o PCB acreditava que era necessário lutar pelas vias legais.

Desse modo, os “desertores” foram expulsos do partido e criaram as FALN. Acreditava-se que o interior paulista poderia fazer diferença no combate contra a ditadura, assim como a Aliança de Libertação Nacional (ALN), a

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) – união entre a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina) –, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

## **Parte III**

# **Histórias que se cruzam**



## **Militância compartilhada: Visita de Lincoln Gordon**

Quando Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, foi a Ribeirão Preto, em 20 de abril de 1965, para receber o título de Cidadão Ribeirãopretano da Câmara Municipal, os estudantes e pecebistas resolveram preparar uma “festa de recepção” para ele.

Nesta festa, as bexigas foram substituídas por pichação com bastões de sebo recheados de tinta – na época não existiam *sprays* – no trajeto em que o embaixador percorreria e, no lugar do bolo e da vela, as atrações principais da festa foram grandes bonecos antiimperialistas jogados nos fios de energia na frente da delegacia de polícia e espalhados pelos principais pontos da cidade.

Patrocínio e o companheiro Marieto ficaram encarregados de comprar os panos para a fabricação dos bonecos. A mãe de Cidinha os costurava, e Cidinha e Anita, filha do Índio, enchiam os bonecos com capim, arrematavam-os,

escreviam a frase “Go home” (Vá para casa) em seus corpos e pintavam caras nos dois lados dos bonecos, de modo que não houvesse ‘cara’ e ‘costas’ dos bonecos e que todos vissem o que estava escrito neles, não importando de onde olhassem.

Tudo isso programado com muita cautela e sigilo. Os membros do PCB que trabalhavam na Companhia de Força e Luz fizeram sua parte apagando as luzes da cidade para que a outra equipe pudesse pichar os muros da Av. Brasil e da Av. Saudade (caminho do aeroporto Leite Lopes ao centro) e pendurar o boneco nos fios.

Vários suportes em formato de cabides foram produzidos para prender os bonecos em sua extremidade reta e um barbante dotado de bandeirolas na terminação curvada. Este barbante possuía uma pedrinha na ponta. Ele era jogado de um lado do fio, a pedra fazia peso e possibilitava que a pessoa o puxasse do outro lado. Os bonecos iam subindo até que a parte curvada do cabide se encaixasse no fio. Quando os bonecos estavam fora

de alcance de qualquer um, rompiam-se os barbantes, deixando as bandeirolas e os bonecos pendurados.


Nem mesmo os bombeiros conseguiram retirar os bonecos dos fios.

E a precaução era tanta que havia um advogado de plantão caso alguém fosse preso, mas felizmente ninguém foi pego.

Uma bomba caseira também foi elaborada para explodir no clube Sociedade Recreativa e de Esportes, onde aconteceria o jantar do embaixador. A bomba falhou, mas o objetivo do movimento foi alcançado, já que a polícia não conseguiu evitar que Lincoln Gordon visse as mensagens pichadas nos muros e os bonecos que representavam a ditadura.



act. 183-65



*Câmara Municipal de Ribeirão Preto*  
Estado de São Paulo

C. M. N. 131  
Proc. P. 303/65  
Fl. 2  
Rub. - 99

Senhor Presidente

Apresentamos à consideração do plenário, o seguinte

## Projeto de Lei N. 308

Artigo 1.º - Fica concedido, por esta lei, ao senhor Doutor LINCOLN GORDON, Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil, o título de "CIDADÃO RIBEIRÃO-OPRETANO".

Artigo 2.º - O referido título será conferido em sessão solene e pública, em data e local a ser fixado pelo Chefe do Executivo.

Artigo 3.º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta da verba própria do orçamento municipal.

Artigo 4.º - Revoga-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1965.

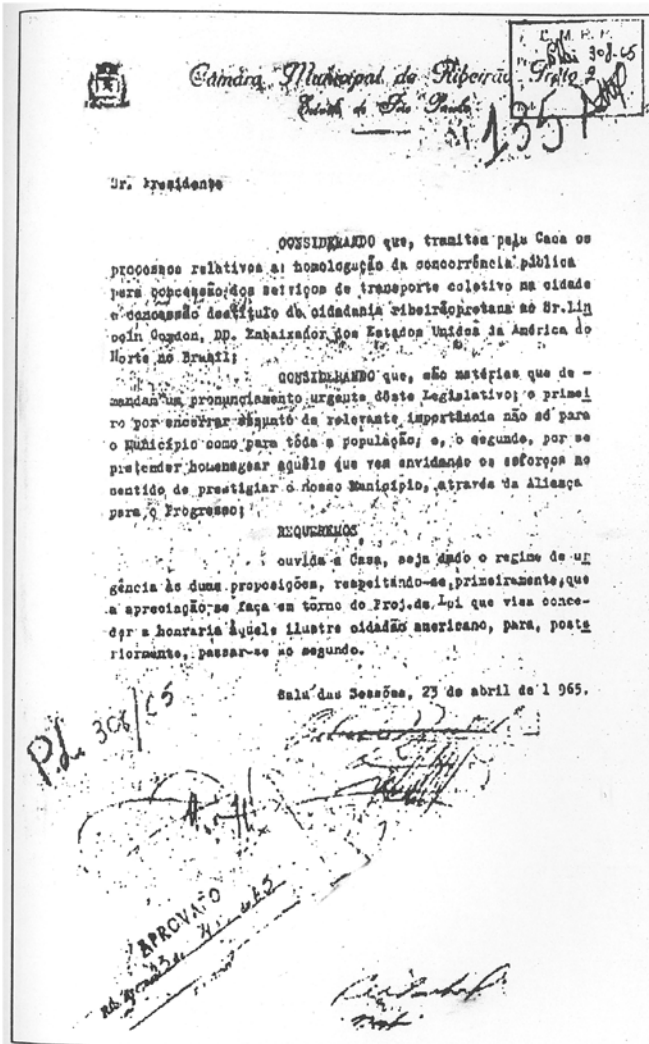
<p>Aloizio <u>[Signature]</u></p> <p>João <u>[Signature]</u></p> <p>Wagner <u>[Signature]</u></p> <p>Paulo Almeida <u>[Signature]</u></p> <p>Osório <u>[Signature]</u></p> <p>Velloni <u>[Signature]</u></p> <p>Delício <u>[Signature]</u></p> <p>Fameltino <u>[Signature]</u></p> <p>Castro <u>[Signature]</u></p> <p>Gasparini <u>[Signature]</u></p>	<p><u>[Signature]</u> well</p> <p><u>[Signature]</u> Bani</p> <p><u>[Signature]</u> Mansel</p> <p><u>[Signature]</u> profet</p> <p><u>[Signature]</u> Fouad</p> <p><u>[Signature]</u> Celso</p> <p><u>[Signature]</u> Ambrósio</p> <p><u>[Signature]</u> Muly</p> <p><u>[Signature]</u> Nuno</p> <p><u>[Signature]</u> Bonyon</p>
---	---

Viu e aprovou  
A Comissão Permanente de Assesores

Considerado como ato de deliberação

Rub. Presidente [Signature]

Projeto de lei 308 do vereador Aloízio Oláia Paschoal, que concedia o título de Cidadão Ribeirãoopretano a Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil.



Aprovação do Projeto de Lei 308.

Foto: Tony Miyasaka



Sociedade Recreativa, vista externa na Av. Nove de Julho.

Data: 1964.

## **Uma história em comum entre Áurea e Vanderley: FALN**

As ações das FALN se iniciaram com explosões de bombas na cidade.

No aniversário de um ano da morte de Che Guevara (outubro de 1968), líder da Revolução Cubana, os “revolucionários” resolveram soltar bombas simultaneamente em cinco cinemas de Ribeirão Preto: São Paulo, Centenário, Suez, Pedro II e São Jorge.

As bombas tinham como objetivo, além de afrontar a polícia, treinar os guerrilheiros: instruir como escapar da ação sem levantar suspeita e ser preso.

O ato foi articulado de maneira que Caixe não fosse culpado. Portanto, ele se dirigiu a um debate em que o prefeito Welson Gasparini estava presente e, em determinado momento, o interpelou. Caixe tinha um álibi.

Mais ou menos nesse mesmo momento, os companheiros de Caixe estavam indo ao banheiro

dos cinemas segurando uma pequena caixa que continha uma bomba. Eles abriam as caixas, acendiam o pavio das bombas, fechavam as caixas, saíam do banheiro e as colocavam em lugares ermos.

Foto: Tony Miyasaka



Cine São Paulo, vista externa na Rua São Sebastião. Data: 1960.

As bombas não poderiam machucar ninguém e, ao explodir, deveriam lançar folhetos com a seguinte inscrição “Nossa homenagem ao

mestre Che Guevara. Pátria ou Morte - Venceremos. FALN”.

O estouro das bombas causou um imenso tumulto. Era gente correndo desesperada para todos os lados. Os membros das FALN saíram no meio da multidão deixando um X na parede do cinema. Esse era o aviso de que o participante da insurreição não havia sido preso.

A guarita do quartel do 3º Batalhão de Polícia Militar, situado na Rua São Sebastião, também foi alvo de bombas caseiras do movimento. Áurea e Silvio Rangel fingiram estar namorando na esquina do quartel para não levantar suspeitas do ato que estava por vir. Enquanto isso, Flavio Poltronieri e Luiz Gonzaga da Silva colocaram uma bomba embaixo da guarita. Disfarçadamente, os quatro amigos se dispersaram e escutaram o estouro da bomba quando já não corriam mais perigo de serem descobertos.

Foi uma confusão no quartel. O policial que estava na guarita foi parar no hospital com diarreia devido ao susto da explosão.

As bombas geraram grande movimentação nos órgãos policiais da cidade. Foram enviados para Ribeirão Preto investigadores do DOPS.

As explosões das bombas foram um sucesso, mas e as armas para a luta armada?

Os membros das FALN recorreram às armas de seus pais ou conhecidos. Mas não eram todos os pais que possuíam armas. Somente algumas não eram suficientes. Assim, elaboraram um projeto de pegar fuzis em todas as delegacias da cidade, já que só ficavam escritórios nas delegacias pela noite. Rendir e roubar os fuzis seria fácil.

Também arquitetaram um plano de explodir uma ponte para realizar determinada tarefa, mas para isso era necessário assaltar uma pedreira municipal expropriar dinamites.

Era um sábado à noite. Os integrantes das FALN não estavam encapuzados. Imobilizaram o vigia da pedreira e o assalto foi realizado com êxito.

Uma carta-texto endereçada “ao povo” foi deixada no local da expropriação. Ela foi elaborada nos seguintes termos:

“(…) nós, membros das Forças Armadas de Libertação Nacional (...) infringimos uma derrota às forças da ditadura. Realizamos mais esta tarefa com o objetivo de canalizar esforços e acumulação de material para a longa luta que teremos que travar com o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. (...) A ditadura em nosso país recebeu mais uma derrota, provamos a ela que somos invencíveis porque lutamos por uma causa justa e honesta, porque lutamos pelo nosso povo, pela nossa pátria, contra os exploradores. O que realizamos hoje, qualquer grupo pode realizar, pode realizar muito mais, mas é preciso que se realize objetivando o desmascaramento dos falsos da ditadura, e pelo povo brasileiro. PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL”. (BAGATIM, 2006)



O intuito nunca fora machucar ninguém, então, ao amarrar a vítima, os participantes da tarefa perguntavam se o nó da corda estava apertado, se ela estava bem.

No depoimento, o homem afirmou não reconhecer nenhum “marginal” que participara da empreitada em gratidão por não terem usado a força contra ele.

Para completar as atividades do grupo, camponeses foram recrutados e o treinamento guerrilheiro começou.

Os acampamentos rurais se encontravam numa mata localizada no distrito de Guatapar e na chácara Vista Alegre, de Nlson Agenor Tonetto, situada na Avenida Patriarca, na Vila Virgínia, próxima à estrada que liga Ribeirão Preto a Sertãozinho.

O treinamento consistia em atirar e aprender a sobreviver na mata.

urea era a “logística” das FALN. Sua missão dentro da organizao era a de dirigir o “Departamento de Finanças”, difundir “O Berro” e

arregimentar e orientar os elementos de interligação do movimento, mantendo contatos diretos com os líderes dos núcleos regionais.

Nesse trabalho ela estava encarregada de abastecer o acampamento com mantimentos, roupas e remédios, além de resolver os problemas que fossem necessários.

Em 1969 “caíram” (expressão usada para dizer que os rebeldes haviam sido presos) os seguidores de Lamarca. Em seguida, se passou o mesmo com os companheiros da ALN.

Nessa mesma época (18 de outubro de 1969), a identidade das pessoas que faziam parte das FALN também foi revelada.

César Marcelino da Silva e Djalma Quirino de Carvalho pretendiam sequestrar, sob a liderança de Mário Bugliani, o usineiro Marchezi, um dos donos da Usina Albertina.

Áurea deveria costurar um hábito de freira para que um dos companheiros se vestisse como madre e pedisse carona na estrada em que o usineiro costumava passar.

A chácara Vista Alegre serviria como cativoiro do sequestrado. Ele seria posto num buraco até que concordasse em dobrar o salário de seus empregados.

No entanto, um homem que procurava um gado perdido observou movimento irregular na área e avisou a polícia. Os três foram presos.

Não bastasse a tentativa frustrada de sequestro, Djalma Quirino escrevia um diário de campo, inspirado no de Che Guevara, que foi encontrado pelos policiais. Nele havia, entre outras informações, nomes falsos e verdadeiros dos integrantes das FALN.

Foto: Acervo Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto



Foto: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto





**QUE FUI O MEU VOTO NA PARADA**  
**CONFEREM VOTO ELE NACIONAL O MILITARE**

**UNICAO PLANOS DE**  
**ABRIR NA NOVA AV**  
**FRANCIS JARDIM**

**diário**  
**da**  
**manhã**

Publicado todos os dias  
 (EXCETO DOMINGOS E FÉRIAS)  
 Preço mensal R\$ 1,00  
 Preço anual R\$ 10,00

**OLVINA VAI**  
**ABRIR NA**  
**FRANCIS JARDIM**

OLVINA VAI ABRIR NA FRANCIS JARDIM, uma loja de roupas e acessórios, localizada na Avenida Paulista, número 123. A loja será inaugurada em breve e promete oferecer produtos de qualidade e preços acessíveis.

Os proprietários do estabelecimento, Sr. e Sra. FRANCIS JARDIM, estão muito satisfeitos com o sucesso da loja e agradecem a todos os clientes que já os auxiliaram.

**POLICIA MOSTRA ARMAS DO TERROR**

**UMA MANOBRAS DOJE**  
**COMUNICA DA PETROBRAS**

Uma das manobras doje comunicada pela Petrobras, mostrando equipamentos industriais utilizados em operações de manutenção e segurança.

**Francis Jardim**  
**de Ribeirão Preto**

**COVITE**

Comissão Organizadora do Voto, promovendo a participação cidadã e a transparência no processo eleitoral.

Uma das manobras doje comunicada pela Petrobras, mostrando equipamentos industriais utilizados em operações de manutenção e segurança.

**NAVO DA MARINHA E A**  
**CAUSA CONSERVADORA**  
**UNIAO DEU OVO OUBRO**  
**NAO A APAZ-QUIBADO**

**ASSISTA NOMEIA E ABERTA**  
**E PARTICIPE DO CONCLUSO**

**Francis Jardim**  
**de Ribeirão Preto**

**COVITE**

Comissão Organizadora do Voto, promovendo a participação cidadã e a transparência no processo eleitoral.

Uma das manobras doje comunicada pela Petrobras, mostrando equipamentos industriais utilizados em operações de manutenção e segurança.

**"APROX 12" CONTINUA SUA**  
**VIAGEM PARA A SUA**  
**MAI NOMEIA IMPREVISTO**

Uma das manobras doje comunicada pela Petrobras, mostrando equipamentos industriais utilizados em operações de manutenção e segurança.

**FRANCIS JARDIM**  
**de Ribeirão Preto**

**COVITE**

Comissão Organizadora do Voto, promovendo a participação cidadã e a transparência no processo eleitoral.



**Parte IV**  
**Bastidores da tortura**





# Um outro Vanderley Caixe

Acervo Pessoal Vanderley Caixe



Vanderley Caixe na primeira página do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 14 de novembro de 1969 após as FALN serem descobertas.

Caixe, cujo pseudônimo era Pedro, foi identificado.

Eram 18h do dia 13 de outubro de 1969 quando Vanderley escutou um barulho na porta de sua casa e foi ver o que estava acontecendo. Havia vários policiais à sua espera. A "inteligência" das

FALN estava sendo presa. Caixe apresentava uma arma perigosa ao sistema: ideais.

Como a delegacia ficava perto de sua casa, não foi preciso o uso de viatura para levá-lo preso. Chegando à repartição policial da Rua Duque de Caxias, Vanderley se deparou com Mário Bugliani extenuado de tanto apanhar.

Na ditadura não existia a presunção de inocência, que diz que ninguém pode ser considerado culpado até ser julgado e condenado. O julgamento era a tortura e todos eram culpados até que se provasse o contrário.

Os policiais não conseguiam acreditar que um estudante de 25 anos havia organizado todas aquelas investidas contra o regime ditatorial. Perguntavam quem era o chefe por trás das armações. Pensava-se que era um “peixe grande”, como o Marighella ou o Lamarca. Mas resposta era sempre a mesma: “Eu.”.

Caixe foi isolado dos demais companheiros e começou a ser torturado.

O interrogatório consistia em pau de arara<sup>7</sup>, choque elétrico, socos, chutes, afogamento e tortura psicológica.

Dor. Pancada. Dor. Sova. Quase não mais dor de tanta dor: corpo já anestesiado pelos murros, pontapés e “telefones” (tapas dados simultaneamente nas duas orelhas).

O trajeto da agonia foi traçado de Ribeirão para a Operação Bandeirantes (Oban), de lá para o DOPS e deste para Ribeirão de novo. O castigo por desafiar o governo não parava nunca. O espancamento era constante, não importava o lugar.

Num batalhão da Força Pública em São Paulo, Vanderley foi algemado no travessão de um gol de futsal. Era preciso ficar nas pontas dos pés para alcançar o chão. Tentar mudar de posição era sinônimo de mais sofrimento, porque as algemas iam se fechando nos pulsos à medida que se esticavam os braços. Para piorar, havia uma voz

---

<sup>7</sup> Prática que consiste em amarrar os pulsos aos tornozelos da vítima e suspendê-la de uma vara ou cano de ferro que passa sob as articulações do joelho e cujas extremidades se apoiam nas bordas de duas mesas ou no espaldar de duas cadeiras.

que vinha detrás dele que falava “Van-der-ley” durante toda a noite. Aquilo o perturbava. Era uma mistura de dor física com o incômodo da voz misteriosa.

Depois, ele foi posto no chamado “isolamento” e foi amarrado como um frango. Pulsos e tornozelos atados por uma corda. Novamente escutou vozes, só que dessa vez eram as vozes de sua mãe suplicando para os soldados pararem de machucar seu filho e de sua cunhada, que também pedia misericórdia.

Seria aquilo delírio ou obra dos militares?

Fosse um ou outro, Caixe não parava de pensar em sua mãe e seu pai, em como seria bom se eles estivessem ali para ajudá-lo. Saudades da compreensão e do carinho da família. Eles deveriam estar preocupados.

Banho havia se tornado um capricho do passado. A pele antes empoeirada agora estava encardida, com uma crosta de suor e sujeira.

A esclerótica (parte branca) dos olhos não existia mais. Era tudo preto. Olhos negros, corpo

imundo, ambiente escuro e alma já sombria pela falta de compaixão.

Nessa ocasião, Caixe não parava em pé devido às surras e choques que levava. Foi mandado à enfermaria.

A brancura da enfermaria encantava Caixe. Fazia tempo que ele não se sentia tão bem. Mas era um bem passageiro e Caixe tinha consciência disso. Queria se agarrar àquela felicidade momentânea, aproveitar enquanto durasse, mas o pensamento de que quando se recuperasse voltaria a apanhar era inevitável.

Amarrado no leito, Caixe tomou soro por quatro dias. Bem-estar naquelas condições equivalia a descanso, alívio e cicatrização.

Enquanto isso, sua família contratara um advogado, que tentava resolver a situação pelas vias legais. No entanto, as tentativas foram em vão, pois os militares negavam que Caixe estivesse no DOPS ou na Oban. Seu paradeiro era desconhecido.

Por ventura de sua família, Caixe tinha um tio-avô que era comandante da Polícia Militar. Ele foi afastado do comando por sua relação de parentesco com um réu, mas repassava aos pais de Caixe as informações que obtinha sobre o sobrinho-neto.

Contemporaneamente às prisões dos integrantes das FALN, a madre franciscana Maurina Borges da Silveira também foi presa em virtude de ela, diretora do orfanato Lar Santana, em Ribeirão Preto, ter permitido que um membro das FALN, Mário Lorenzato, fizesse reuniões de estudantes em sua instituição religiosa.

Em decorrência de a madre estar sendo torturada, o arcebispo dom Frei Felício César da Cunha Vasconcellos e o cardeal dom Agnelo Rossi viajaram a Brasília para expor a situação lamentável dos presos políticos.

A pressão dos padres para acabar com as violências contra os presos políticos surtiu efeito: Caixe foi levado ao Presídio de Tiradentes.

A realidade ali era de grades, aperto, água de esgoto saindo dos ralos, privada entupida, detritos boiando nela, cheiro de fezes e urina.

O simples fato de ser trancado numa cela coletiva podia ser constrangedor para muitos, mas para Caixe, estar ali podia ser visto como um luxo, comparado ao que ele havia passado. E às vezes se perguntava o que havia feito de tão mal para ter passado por tudo aquilo. “Seria crime querer defender o seu país?”

Na prisão, as práticas de Caixe eram continuamente reportadas aos militares, mas, pelo menos, ele não estava mais sob os cuidados diretos da polícia.

O ócio carcerário era extenuante. De acordo com Divo Marino (1998), tomar banho diário de chuveiro e de sol, matar o tempo com leituras e conversas jogadas fora, ler e pensar formavam a rotina do preso.

Mas também havia questões que interrompiam o marasmo do cotidiano.



Os militares começaram a “sumir” com os líderes da oposição do regime. Sérgio Fleury, delegado do DOPS de São Paulo, era o expoente dos massacres. Os subversivos eram “suicidados”, ou seja, eram assassinados, mas se dizia que haviam se matado.

Em protesto, os presos políticos fizeram greve de fome. Dezoito, dentre eles Caixe, foram enviados à Penitenciária do Estado, o Carandiru.

Continuaram com a greve de fome.

A negociação foi proposta nos seguintes termos: fim da greve de fome em troca da volta para o Presídio de Tiradentes.

Acordo aceito. Retorno ao Presídio de Tiradentes. Contudo, a permanência neste não durou muito.

A suspeita de que Caixe era um dos seis presos (Frei Betto, Frei Ivo, Frei Fernando, Maurici Politi e Manoel Porfírio) que influenciavam os demais a se rebelarem contra o sistema fez com que as autoridades carcerárias quisessem mandá-lo à Penitenciária de Segurança Máxima de Presidente

Venceslau, onde ficou dois anos e meio dos seus cinco anos de cadeia.

Para afugentar seus temores, acalmar seus ânimos, descontar sua raiva e passar o tempo, Caixe escrevia poemas:

**“Impotente na noite quente  
Lutando uma batalha feroz,  
Com pulsos fantasmas e a febre ardente,  
Só com a mente  
/ enfrentando o algoz”**

Era preciso se distrair com algo que não fossem as preocupações da cadeia. Pensar, por exemplo, que os militares planejavam desaparecer com os presos políticos que não fossem padres, como o Caixe, o Politi e o Maneco, era inquietante. Os policiais só teriam que dizer que os haviam levado a uma diligência, mas que eles haviam fugido. Leia-se: matá-los-iam e inventariam uma desculpa para justificar a ausência dos presos.

Caixe e os outros presos políticos foram afortunados com a visita dos bispos dom José Maria Pires, dom Tomás Balduino e dom Adriano Hipólito, que estavam em São Paulo para a Conferência dos Bispos.

O resultado da visita foi um trato feito entre os bispos e os presos políticos que não eram padres: cada bispo seria padrinho de um preso não-religioso e eles corresponder-se-iam uma ou duas vezes por mês através de cartas. Caso os bispos não recebessem as cartas de algum dos presos, eles deveriam se informar do que havia acontecido e tomar providências.

O padrinho de Caixe foi dom José Maria Pires. A comunicação com o bispo era uma ligação com o mundo externo e uma garantia. Se alguma coisa acontecesse com ele, o eclesiástico intercederia a seu favor.

Punido pelo AI-2 e indiciado em inquérito policial por infração da LSN, Caixe cumpriu sua pena e, em maio de 1974, saiu da cadeia.

Foto: Divulgação



Voltou a Ribeirão Preto. Faltava apenas um mês para se formar em Direito. Electro Bonini, fundador da Unaerp, o dispensou das aulas e lhe concedeu o diploma. Algum tempo depois, Caixe ficou sabendo que Electro Bonini mandava cigarros para ele na cadeia.

Estar na companhia da família e de Ayala de Almeida Rocha, com quem iniciou um namoro ainda na cadeia, era reconfortante, mantinha seus

pensamentos em outro lugar que não as salas de tortura e os presídios.

Caixe foi morar junto com Ayala em São Paulo. Depois, se mudaram para o Rio de Janeiro.

O jornal “A Tribuna da Imprensa” foi o primeiro destino profissional de Caixe após sua libertação. Trabalhou lá como jornalista durante um ano. Também passou pelo “Jornal Opinião”.

Ainda foi coordenador jurídico da Pastoral Penal do Rio de Janeiro – e isso lhe dava a chance de visitar os presos políticos do Rio – e assessor jurídico no escritório do Professor Sobral Pinto.

Encontrando-se com dom José Maria Pires em 1976, foi convidado a participar do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil, na Paraíba. Aceitou. Para conseguir o direito de advogar, teve que recorrer ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados. O fantasma da ditadura ainda o perseguia.

Depois de um ano de espera por sua licença, lutou durante vinte anos em defesa dos camponeses paraibanos.

No norte, escreveu para os jornais “O Norte”, “O Nordeste”, “Jornal Unitário”, “Correio da Paraíba”, “Diário de Pernambuco”, “Jornal Camocim”, “Gazeta do Sertão” e “Amazonas em Tempo”.

Já no sul, atuou nos jornais “O Momento”, “O Correio”, “União” e “Diário da Borborema”.

Em Ribeirão Preto, foi jornalista de “Diário de Notícias”, “A Cidade”, “Verdade”, “Revista Expressão”, “O Diário” e “O III Berro”.

“A melhor coisa para você se recuperar é continuar fazendo”. Esse foi o “lema” de Caixe após o cárcere.

Assim, se tornou secretário-geral da Associação Nacional de Advogados de Trabalhadores Rurais, *expert* em América Latina pelo Instituto Interamericano dos Direitos, advogado de presos políticos da América Latina – com atuação junto à Corte Interamericana e à Comissão de Direitos Humanos da ONU – e assessor do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas questões jurídicas.

No ano de 1996, recebeu o título de Cidadania Emérita pela Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

Em 1999, publicou o livro “19 Poemas da Prisão e Um Canto da Terra”.

No ano seguinte, a Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba lhe outorgou o título de Cidadão Paraibano e lhe concedeu a Medalha Epitácio Pessoa pelos serviços prestados no estado.

Em 9 de dezembro de 2005, foi homenageado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo durante a entrega do Prêmio Santo Dias por suas ações em defesa dos Direitos Humanos.

Caixe tem seus poemas publicados em “Antologia Poética Internacional”, “Roda Mundo Roda-Gigante”, “Antologia Internacional V.M.D.”, “uniVersos”, “O Conto Brasileiro Hoje” e “Primeira Antologia da Ordem dos Velhos Jornalistas”.

Ele também é membro da Ordem dos Velhos Jornalistas, participa da diretoria da

Sociedade Legião Brasileira de Civismo e Cultura de Ribeirão Preto, é conselheiro da Biblioteca Padre Euclides e pertence à Academia Ribeirãopretana de Letras.

Foi contemplado pela Lei de Anistia<sup>8</sup> em 25 de março de 2010. Doou 80% de sua indenização (em torno de 700 mil reais) para os Sem Terra da Paraíba.

---

<sup>8</sup> Lei que extinguiu as condenações de todos que cometeram crimes políticos e crimes eleitorais, e aos que tiveram seus direitos políticos suspensos entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.





## Uma outra Áurea Moretti Pires

Foto: Matheus Urenha



Áurea, cujo pseudônimo era Maria, foi identificada.

Surpreendida por policiais em sua casa no dia 13 de outubro de 1969, já começou a apanhar ali mesmo. Foi levada para a delegacia de polícia da Rua Duque de Caxias, onde começou a ser espancada. A tortura servia para fazer com que as pessoas confessassem o que haviam feito e o que

não haviam feito também. Era necessário colocar a culpa em alguém e mostrar serviço para a ditadura.

O método dos policiais era bater antes de perguntar.

Havia um militar que fazia papel de bonzinho que dizia “Não bate na moça! Ela vai contar tudo!”, e outro que açoitava sem piedade.

O próximo destino foi o quartel. Lá Áurea foi colocada numa cela vazia, do lado do rádio, que era para ela saber que seus companheiros também estavam sendo presos.

No dia seguinte, um policial levou um colchão e o café para ela. Os soldados se debruçavam na grade e gritavam “Vamos pegar ela!”, “Vamos ver quem é o primeiro da fila!”.

O pavor tomou conta de Áurea.

De volta à delegacia, Áurea foi posta somente de calcinha no pau de arara.

De ponta cabeça, o sangue descia para a cabeça e os braços pareciam que iam quebrar por estarem sustentando todo o corpo.

Áurea negava a participação no movimento guerrilheiro, mas assim mesmo era brutalmente surrada e insultada de “puta”.

Sangue, hematomas e desmaios. Golpe em cima do machucado. Medo de ser estuprada. Cassetete, pau, alicate. Instrumentos da maldade. A única coisa que mantinha Áurea ali era sua determinação em não delatar seus companheiros.

Áurea dormia em seu colchão ralo quando foi acordada pelos chutes dos militares. Os homens do DOPS haviam chegado.

Os policiais a agarraram pelos cabelos e foram empurrando-a escada acima para a sala de tortura. Aquele monte de homem passando as mãos em seu corpo de 24 anos. Um dos homens grita “Nada disso! Ela é minha noiva. Eu vou casar com ela!”. Desespero.

O martírio repetir-se-ia. Só que dessa vez havia uma surpresa: a cadeira do dragão (cadeira elétrica), posteriormente substituída pela “pimentinha”, máquina de eletrochoque.

As roupas foram rasgadas e o corpo molhado para intensificar o choque. Descarga elétrica na boca, no ouvido e nas partes íntimas. Além da agonia, o sentimento era de humilhação.

Pau de arara agora nua. A hemorragia veio como consequência da menstruação. Sangue da menstruação misturado com sangue dos ferimentos.

Depois afogamento no vaso sanitário.

O único consolo foi que um dos soldados era de Ribeirão e conhecia a família de Áurea. Por consideração, ele lavava seu rosto, a colocava virada para a parede na cela e dizia que ela estava desmaiada para que a tortura não continuasse.

Dez dias de amargura. Quase nada comparado ao que se sucederia: Oban.

O transporte para São Paulo foi feito numa perua C14 da Folha de São Paulo, que inicialmente apoiou o Golpe de 64.

Rua Tutóia, bairro Paraíso. O inferno no Paraíso.

Mais interrogatório e truculência. Fome. Celas pequenas para muita gente.

Áurea estava com mais sete mulheres na mesma cela. Elas faziam revezamento para descansar. Enquanto algumas sentavam, outras ficavam em pé.

Urinar e defecar somente quando um dos plantonistas menos desumanos permitia que elas fossem ao banheiro.

Os opositores da ditadura deveriam confessar seus crimes de qualquer maneira. Eles serviriam de exemplo aos demais revolucionários. Quem fugisse da linha era tratado a base de pancada. A tortura estava institucionalizada.

E às vezes ser torturada não era tão cruel quanto ouvir os companheiros serem torturados e não poder ajudar.

Noite e dia de tormento. Já não era possível distinguir as horas.

Pensamento constante de que a morte viria.

Transferência para Ribeirão. Parada no quartel de Pirassununga. Áurea pediu para ir ao banheiro e foi atendida, mas um policial foi junto

carregando consigo sua baioneta. Era a hora do estupro.

Desesperada, Áurea começou a gritar, chamando a atenção dos outros companheiros, que protestaram a seu favor. Por sorte, o policial saiu de perto.

De volta a Ribeirão, nada da tortura ceder.

O quartel estava tão cheio que havia presos no açougue deste. Alguns ainda ficavam algemados dentro dos carros dos militares. Chegara uma hora em que qualquer professor que defendesse a democracia em sala de aula era preso por um militar fingindo ser aluno. Inclusive freiras eram aprisionadas. Não havia escrúpulos.

Áurea foi instalada na companhia de outras mulheres na “sala da banda”, localizada em frente à sala de tortura do quartel. Ela estava tão machucada que não podia se sentar nem se deitar de costas. A única posição suportável era ficar de bruços.

A tortura psicológica também reinava. Um policial chegou a ir à casa dos pais de Áurea para

avisar que ela havia morrido e que seu corpo seria entregue à família.

Mentira que ocasionou um desespero incalculável. Os familiares de Áurea iam a todas as delegacias de Ribeirão Preto e região para saber de seu paradeiro, mas eram informados que ali ela não estava. Ficar sem notícias causava uma aflição colossal.

Nova transferência: “cadeião” de Cravinhos. Áurea ficou lá até meados de 23 de novembro.

O calvário já somava 35 dias.

E a peregrinação não parou por aí. O Presídio de Tiradentes, em São Paulo, esperava por Áurea. Presos políticos junto com presos “comuns”.

Como estava quase morrendo em decorrência do mês de surras, Áurea foi enviada à penitenciária feminina do Carandiru graças à intervenção de uma tia freira e do arcebispo de São Paulo defensor dos Direitos Humanos, dom



Evaristo Arns. Ali ficou dois anos esperando julgamento.

Condenação: seis anos de reclusão.

Embora tenha feito boas amizades com as presas do Carandiru, quis estar ao lado de seus companheiros. Armou uma confusão e conseguiu voltar para o Presídio de Tiradentes. Chegando lá, se depara com a atual presidente Dilma Rousseff, militante do Colina e do VAR-Palmares. Ficou seis meses em sua companhia.

Mas a punição não parou por aí. A solitária foi sua nova companheira.

Ausência de pessoas, pouca luz. O guarda era proibido de falar “bom dia” para Áurea. Era como se ela não existisse. O contato máximo com o mundo exterior era o momento em que ela recebia a comida e a água pela vigia da porta ou quando o lixo era recolhido por essa mesma abertura.

Sua pena foi reduzida para quatro anos e meio. Como já havia cumprido quase três anos e meio, lhe foi concedida a liberdade condicional. Então, retornou a Ribeirão.

Era necessário estudar ou arrumar um emprego e não se relacionar com subversivos para não violar a condicional. Áurea retomou a Faculdade de Enfermagem e passou a “andar na linha”, até porque era constantemente seguida por militares que queriam arrumar motivos para prendê-la novamente.

De casa para faculdade. Era esse o trajeto de todos os dias. A lembrança dos métodos de tortura lhe desencadeava receio até de namorar. O medo de um possível namorado ser informante da polícia falava mais alto que a vontade de “tocar a vida”.

A Guerrilha do Araguaia<sup>9</sup> veio para complicar sua vida ainda mais. Os militares invadiram sua casa para ver se Áurea não fazia parte da trama.

Ela também se tornava suspeita de qualquer furto ou ação ilícita em ambientes que frequentava.

---

<sup>9</sup> Dissidência armada do PC do B que tinha como o objetivo fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa.

Em 1975, Áurea acabou a faculdade, mas a perseguição psicológica continuou. Onde ela fosse buscar emprego, os militares alertavam os contratantes que ela tinha processos judiciais.

Áurea foi conseguir um emprego na Universidade Federal do Acre (UFAC), já que ela não possuía processos criminais, somente cíveis. Mesmo assim, ela não revelou que havia sido presa política para não ser demitida por justa causa.

Tempos depois, Áurea voltou para Ribeirão Preto, mas como não arranhou trabalho, foi para Campinas, onde foi contratada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Sempre vivendo na corda bamba até 1979, quando saiu a Lei da Anistia. Depois da sanção da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que concedeu reparação econômica aos anistiados políticos, Áurea recebeu indenização de 39 mil reais do governo de São Paulo e 100 mil reais do governo de Brasília. Valor estipulado para sofrimento sem preço.

Além dos danos psicológicos, o corpo de Áurea também guarda marcas. Nádegas deformadas e cicatrizes de queimadura são algumas delas.

A superação foi alcançada através do apoio da família e da crença num “plano maior”. Na teoria, comunismo e espiritualismo não combinam, mas na prática, a fé é a única saída para seguir em frente.

Em 15 de julho de 2008, Áurea foi nomeada membro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Hoje, ela é enfermeira e trabalha na Secretaria da Saúde de Ribeirão Preto como coordenadora do Programa de Fitoterapia e Homeopatia.

Foto: Francisco De Laurentiis

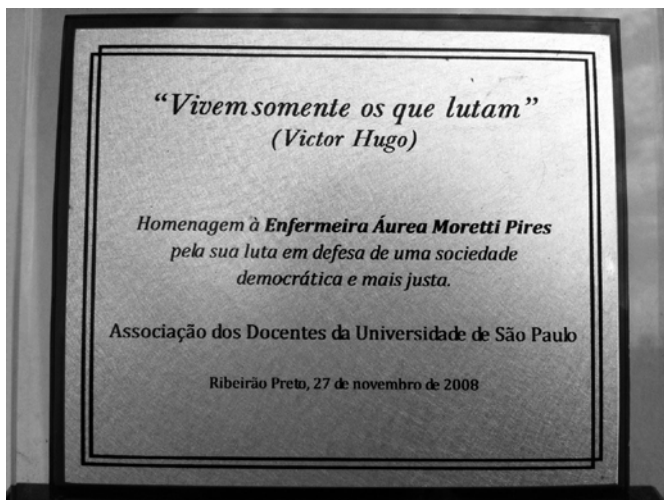


Foto: Acervo Pessoal Áurea Moretti



Áurea foi a criadora do Comitê de Solidariedade aos Sem-Terra de Ribeirão Preto.

## Uma outra Maria Aparecida dos Santos

Foto: Matheus Urenha



Em 29 de setembro de 1969, Cidinha chegou a casa onde estava hospedada e se deparou com policiais. Algum companheiro, ao ser preso, não aguentou a tortura e deixou escapar o local de seu “esconderijo”.

Cidinha foi logo levada à Oban e recepcionada com surras. Algemada, ela recebeu tapas no rosto, socos no estômago, chutes e o célebre “telefone”.

Vomitando e caindo no chão, ela era levantada e voltava a apanhar. Um murro que levou na boca deslocou um dente seu de lugar.

Os militares não se conformavam que uma menina de 22 anos e 41 kg, desarmada, fosse uma “terrorista perigosa”. Mas, nem o tamanho e a fragilidade da vítima intimidavam os policiais. Eles queriam informações que os levassem a capturar mais insurgentes.

Neste dia, Cidinha vestia uma blusa estampada feita por sua mãe e uma saia. A estratégia dos militares para que ela falasse o que eles queriam ouvir foi quebrar sua resistência e abalar o seu moral. A forma que encontraram para concretizar isso foi deixá-la nua. O constrangimento, a vergonha e a humilhação fariam com que ela cedesse à pressão policial.

Assim, arrebentaram os botões de sua camisa, arrancaram seu sutiã e sua saia, a puseram de costas para eles, colocaram uma metralhadora na direção de suas costelas e apontaram um revólver calibre 38 em sua cabeça. Cidinha não tinha medo

de morrer. Aliás, ela desejava que houvesse balas nos armamentos para não correr o risco de delatar seus companheiros. Mas ela sabia que as armas não estavam carregadas. Aquilo era uma encenação para ela entrar em pânico e denunciar os esquemas da ALN. Não valia a pena matá-la naquele momento. Ela ainda era útil para eles.

Começou o interrogatório. As perguntas a levavam a acreditar que os policiais já tinham conhecimento de sua atuação. Ou seja, realmente algum companheiro havia falado, sem querer, o que não devia.

Cidinha dava respostas vagas, tentando se esquivar da verdade, de falar o que eles queriam saber. Ela gostava quando vários militares faziam perguntas ao mesmo tempo, porque ela escolhia a pergunta menos comprometedora para responder e, assim, ia os enrolando.

Recorreram à palmatória para ver se ela rompia o silêncio. Não funcionou. Então, bateram mais e puxaram seu cabelo até que saíssem lágrimas de seus olhos. A alma já estava dolorida.



O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Confúcio Danton de Paula Avelino de Souza, foi chamado para inquiri-la. Cidinha recebeu suas roupas. Cheia de hematomas, sangrando e segurando sua blusa que não tinha mais botões, ela respondia as perguntas encobrendo os fatos, às vezes inclusive mentindo.

Chegou a vez das acareações<sup>10</sup>. Cidinha foi posta de frente com três companheiros para eles dizerem se a conheciam e vice-versa. As réplicas eram negativas.

Novamente despiram Cidinha e a levaram para uma pequena sala lotada de pessoas. Ali estava a cadeira do dragão e ali essas pessoas esperavam para serem torturadas. Os amigos de Cidinha eram obrigados a vê-la sendo eletrocutada e o oposto também ocorria. Aquele “voyeurismo” era torturante.

---

<sup>10</sup> Procedimento em que acusados, testemunhas ou ofendidos, já ouvidos, são colocados face a face para esclarecer divergências encontradas em suas declarações.

Durante o choque, gritar de dor era inevitável. O corpo ia se curvando rapidamente. Não se tinha controle sobre os próprios movimentos. Foi nesse contexto que Cidinha sucumbiu à motilidade de sua bexiga e urinou.

“Olha a ‘mijada’ que ela deu”, disse um dos militares. Para Cidinha, essa foi a maior ofensa. Era como se ela fosse um animal, como se a existência dela não significasse nada, como se ela não tivesse dignidade.

Cidinha começou a insultar os policiais. Naqueles impropérios havia raiva, ódio, mágoa, rancor. O extravasamento tinha o intuito de fazer com que os agentes aumentassem a potência dos choques para que estes dilacerassem seu coração. Agora ela tinha vontade de morrer.

Mas em vez de intensificarem os choques, os militares desligaram a máquina e a sovaram. O fato dela não chorar aumentava a ira dos policiais. Eles queriam que ela parasse de resistir.

Portanto, levaram o pau-de-arara ao encontro de Cidinha. Enquanto ela estava

pendurada, os militares davam choques e jogavam água nela, além de continuar golpeando-a.

No dia seguinte, tudo se repetiu. Mas havia elementos novos. Dessa vez, puseram uma máscara em Cidinha na cadeira do dragão. Era possível ver por baixo da máscara. Desse modo, Cidinha viu quando um dos agentes se aproximou dela e, aproveitando que seus pés ainda não estavam amarrados, lhe deu um pontapé. O golpe obviamente foi revidado. Ela levou um chute na canela, que trincou sua tibia. Posteriormente, ela teve que passar por uma cirurgia para reparar esse dano.

A dor foi absurda, mas, na verdade, Cidinha não se importava. Sua preocupação naquela hora era que, estando vendada, ela não teria como ver o momento que o militar ia puxar a alavanca para lhe dar os choques. Isso a impossibilitava de se preparar física e psicologicamente para receber o impulso.

Em seguida, Cidinha foi para a sala do pau-de-arara. Lá viu o sangue de seu companheiro

Virgílio Gomes da Silva, que havia sido morto durante a tortura. Os militares apontavam para o sangue e falavam que aquele seria seu destino. Eles tinham a intenção de mostrar que dar uma de valente era burrice. Para eles, matar mais um não era nada difícil.

No pau-de-arara, Cidinha desmaiou. Mas desmaio não era desculpa para acabar com as torturas. Dessa maneira, Cidinha passou pela cadeira do dragão de novo. Foi assim durante uma semana.

Contudo, seu frágil corpo não resistia mais. Suas pernas pararam de obedecê-la. Por esse motivo, a enviaram ao DOPS, onde ficou por um mês sendo questionada e torturada. Em 4 de novembro de 1969, data do assassinato de Carlos Marighella, Cidinha foi transferida para o Presídio de Tiradentes.

Enquanto esteve na prisão, era mandada para o DOPS e para a Oban para ser interrogada. Nessas idas aos órgãos de investigação, Cidinha ficava sabendo das prisões de outros companheiros,

como Vanderley e Áurea, pois era perguntada se os conhecia. O medo de alguém falar o que ela havia escondido por todo aquele tempo era contínuo. Se aquilo acontecesse, seu esforço teria sido em vão.

Dentro do DOPS, antes de ser chegar à sala de acareação, os presos ficavam em celas e podiam combinar o que iam falar através de sussurros, mímicas e recados remetidos por médicos que passavam para cuidar de seus ferimentos. Mas quando não se sabia com quem iriam se encontrar, a paúra se alastrava.

Cidinha já se acostumava com aquela rotina de sofrimento, sem a família. Somente no dia 31 de janeiro de 1970, ela pode receber uma visita. Seu irmão foi a uma auditoria (revisão de processo) e conseguiu autorização do juiz para visitá-la juntamente com sua mãe e um amigo.

Fevereiro de 1970: depois de três anos e três meses em cárcere, Cidinha obteve seu alvará de soltura. Ela voltou para casa 5 kg mais magra e cheia de recordações indesejáveis.



Primeira foto de Cidinha após sair da cadeia.

Tornou-se professora e pesquisadora de História. Desenvolveu o projeto “A história de Ribeirão na prática de resistência da classe trabalhadora e demais segmentos progressistas da cidade”.

Atualmente, é secretária da Associação Amigos do Memorial da Classe Operária - UGT, entidade sem fins lucrativos que mantém e coordena as atividades da Biblioteca e do Memorial da Classe Operária e ainda promove o uso do

prédio histórico da União Geral dos Trabalhadores como um ambiente para a realização encontros, formações, discussões e intercâmbio de ideias e ações, entre outros eventos de interesse público.

Folha.com

02/12/2002 - 06h19

## "Você pode pensar, mas não pode agir"

da Folha de S.Paulo, em Ribeirão

"Você pode até pensar, mas não pode agir". A frase teria sido dita pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, em 1972, e não sai da cabeça da ex-guerrilheira e hoje autônoma em informática Maria Aparecida dos Santos, 55.

Integrante da ALN, de Carlos Marighella (1911-1969) \_considerado muitas vezes o "inimigo número 1" do regime militar\_, Maria Aparecida começou na organização em Ribeirão Preto (SP).

Ulstra foi o pivô de uma breve crise entre o Exército e o então presidente José Sarney, em 1985. Segundo Thomas Skidmore, no livro "Brasil: de Castelo a Tancredo", a deputada Bete Mendes reconheceu em Ulstra, à época adido militar no Uruguai, o homem que a torturou em 1970. Indignada, pediu a Sarney que o removesse do cargo. O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército à época, não só o manteve no posto como também avisou que não demitiria nenhum outro militar acusado de tortura.

### Folha - Quando você foi presa?

**Maria Aparecida dos Santos** - Eu era estudante secundária em Ribeirão e já atuava na ALN. Quando soube das prisões aqui, fui para São Paulo. Acabei presa em 29 de setembro de 1969, aos 22 anos.

### Folha - O que significa a indenização para você?

**Maria Aparecida** - Tem importância política. No primeiro artigo dessa lei, o Estado assume legal, pública e moralmente o papel de terrorista. Na época, uma única desconfinança sobre um cidadão era motivo para prendê-lo e torturá-lo. Esse foi o crime que o Estado cometeu.

### Folha - O que você sofreu?

**Maria Aparecida** - Esse Estado desrespeitava todos os tipos de liberdades e os direitos humanos. Cnicamente, o pessoal da Oban [Operação Bandeirantes, braço com presença civil da repressão] nos dizia: "você podem pensar, mas não podem agir". É muito cruel. Quando fui solta, em 1972, o Ulstra me disse: "você será certamente procurada por seus colegas [da ALN]. Não caia na deles, você não terá segunda chance." Aí repetiu: "Você pode até pensar, mas não pode agir." Jamais esqueci.

Matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* no dia 12 de dezembro de 2002.

## **Parte V**

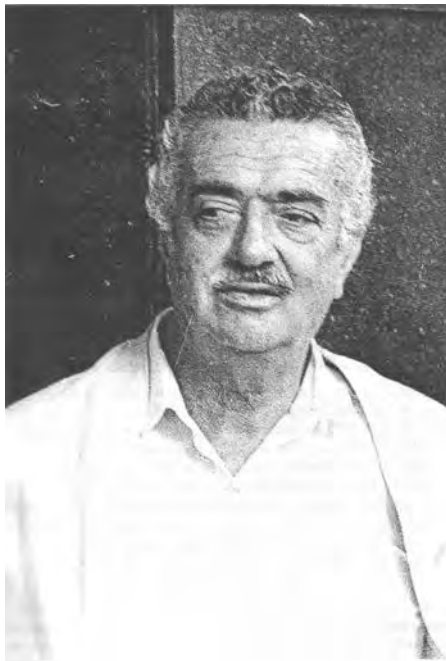
**Quem não foi torturado  
também sofreu**





## Francisco Luciano Lepera

Foto: Fernando Calzzani



“Voz dos excluídos”, “perigo para os privilegiados do sistema”, “lutador do povo”, “defensor dos fracos, humildes e explorados”, “comunista, generoso, simples, humanista, íntegro e desapegado aos bens materiais”. Essas eram

algumas das definições atribuídas a Francisco Luciano Lepera.

Na véspera do Natal do ano de 1923 nascia este personagem ribeirãopretano.

Começou a trabalhar aos 14 anos como mensageiro nos Correios e Telégrafos, onde aprendeu o Código Morse<sup>11</sup>, que iria utilizar posteriormente na condição de radiotelegrafista.

Com 16 anos, iniciou suas atividades profissionais na imprensa como revisor no jornal “Diário de Notícias”.

Mudou-se para São Paulo. Lá trabalhou em diversas empresas como auxiliar de escritório e esteve na redação do “Correio Paulistano”.

Durante a Segunda Guerra Mundial, foi radiotelegrafista nos Correios e Telégrafos de São Paulo. Também atuou na Rádio-Escuta do Governo.

---

<sup>11</sup> Sistema binário de representação à distância de números, letras e sinais gráficos, utilizando-se de sons curtos e longos, além de pontos e traços para transmitir mensagens.

Na década de 40, tornou-se militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em que ocupou cargos no Comitê Municipal e no Comitê Zonal. Defendia o monopólio estatal do petróleo e, portanto, a Petrobrás, e combatia o sectarismo.

Virou mascate, trabalhando para um atacadista. Improvisou uma banca quase em frente à Santa Casa, próximo ao Largo do Arouche.

Voltou para Ribeirão Preto e, em 1945, estreou como redator em “A Cidade”. Depois, foi para o “Diário da manhã” e retornou ao “A Cidade”.

Em seguida, foi para o “Diário de Notícias”, de onde foi despedido após a publicação de uma entrevista concedida por trabalhador rural julgada inapropriada pelos religiosos, os quais alegavam que o jornal era comunista.

Regressou novamente ao “Diário da Manhã” e, em 1948, mudou sua residência para São Paulo, onde escreveu para os jornais “A Noite”, “Diário Associados” e “Folha da Manhã”.

No ano de 1952, tornou a Ribeirão Preto e se candidatou a vereador pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) – não se candidatou pelo PCB em razão do partido ser ilegal na ocasião –, mas teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), uma vez que se sabia que ele era comunista e desde essa época o comunismo já era “proibido”.

Após recurso ao TRE, foi deferido seu registro às vésperas da eleição, o que lhe impossibilitou de disputá-la por falta de tempo hábil para fazer a campanha eleitoral.

Em 1955, foi jornalista de “O Diário”, cujo proprietário era o prefeito Costábile Romano.

Nas eleições municipais de 1956, Lepera foi eleito vereador pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e passou a fazer oposição ao chefe. Demitido, voltou ao “Diário da Manhã”.

Como membro da Câmara Municipal, foi autor de mais de 700 projetos em defesa dos trabalhadores e dos interesses nacionais.

Em 1958, licenciou-se do mandato de vereador para disputar eleições para deputado estadual. Candidatou-se pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Seus comícios eram memoráveis. Posicionava-se em cima de um caminhão velho com um microfone na mão e fazia seus discursos didáticos, apontando os grupos que exploravam o Brasil e conscientizando os cidadãos sobre a manipulação da classe dominada.

Lepera também liderava discussões no chamado “senadinho”, em frente à cafeteria “A Única”, onde todos os cidadãos de Ribeirão palpitavam sobre política.

Levantando a bandeira da luta pela sindicalização rural, Luciano foi eleito deputado estadual com 8.865 votos no dia 3 de outubro de 1958.

Tomou posse em março do ano seguinte. Como era um homem de rua, e não de gabinete, era militante comunista, e não um legislador comum, ora estava na Assembléia Legislativa apresentando

projetos de lei de interesse do proletariado, ora participava de passeatas, piquetes e atos públicos apoiando os movimentos do funcionalismo e das classes operárias e estudantil. Acompanhou fisicamente diversas greves, participando da comissão de frente, que segurava a polícia.

Em uma paralisação de trabalhadores do campo em Santa Fé do Sul, no início dos anos 60, perdeu vários dentes após ser violentado pela Força Pública (hoje Polícia Militar) e por jagunços de fazendeiros.

Seu envolvimento em causas trabalhistas também lhe resultou em agressões sofridas na Usina Campestre, em Penápolis.

Exemplo de que jornalista não só representava o povo, mas agia como tal era sua recusa em recorrer aos carros de “chapa branca” (veículo oficial disponibilizado aos parlamentares). De acordo com suas convicções, ele deveria se locomover da mesma maneira que os seus representados, ou seja, de ônibus.



Após a Revolução Cubana, que ocorreu em 1959, Lepera foi a Cuba para conhecer melhor o país que havia posto em prática aquilo que ele acreditava, como a nacionalização de empresas estrangeiras. Conheceu o líder Fidel Castro e voltou



ao Brasil pregando os ideais revolucionários cubanos.

Em 1962, os TREs começaram a negar a candidatura de políticos vinculados aos PCB.

A presidente da seção paulista do PTB, Ivete Vargas, que morava no mesmo prédio de Luciano, alegou não saber da existência de comunistas em sua legenda.

Relutante, Lepera recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e se recandidatou deputado, mesmo estando impugnado pela Justiça.

Embora ele não pudesse tomar posse, recebeu votos (na época, a votação não era eletrônica). Ele assumiria em 63, mas o Golpe Militar veio antes de a Justiça aprovar sua candidatura.

Taxado de marxista-leninista, os jornais começaram a fechar as portas para o jornalista. Se não fosse pela empregada doméstica de Ivete Vargas, que pressionou a patroa para que ela conseguisse um emprego para Neuza, mulher de

Luciano, na Caixa Econômica Federal, Luciano e sua família teriam passado necessidade.

Em 1964, Lepera era radialista em São Paulo. Na noite de 31 de março deste ano, ele estava no estúdio conclamando os sindicatos e o povo para se organizarem contra o Golpe.

Ouvindo a rádio, Luiz Carlos Prestes mandou um recado para ele com os dizeres “Chega de paranóia de golpe”.

Nesta mesma noite, o radialista pediu um telefonema para Brasília. Estranhou que a voz que atendeu não parecia ser de um telefonista. A mensagem que recebeu foi “Brasília não está fazendo comunicação”.

Já desconfiado de alguma conspiração em andamento, Lepera voltou para casa a pé prestando atenção a qualquer movimentação suspeita.

Perto de seu prédio, viu pessoas estranhas rondando a vizinhança. Disfarçou, mudou o caminho e não se dirigiu a sua casa. Ali se iniciava o período de dez anos em que esteve no ostracismo.

## Um outro Francisco Luciano Lepera

Foto: Fernando Calzzani



Lepera fugiu para não ser preso. Abrigou-se na casa de um companheiro. Logo soube que havia sido atingido pelo AI-1, recebendo a sanção de suspensão de seus direitos políticos, conforme

publicação no Diário Oficial da União em 13 de junho de 1964.

No dia 21 de agosto do mesmo ano, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) por infração à LSN, o que motivou a decretação de sua prisão preventiva<sup>12</sup> em 13 de outubro pelo Juiz Auditor da 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição da Justiça Militar (CJM), gerando o processo 274/64.

Foragido, ele adotou Joaquim como “nome de guerra” e mandou um recado para Neuza dizendo que ela não o veria tão cedo.

O jornalista não podia sair de onde estava escondido nem para comprar cigarro. Sua vida se resumia em ler os jornais para se informar da situação política do país.

Um dia, o dono do apartamento saiu de casa e foi pego pela polícia.

Luciano não tinha a chave da porta, então ficou preso. Ao passar dos dias, os cigarros foram

---

<sup>12</sup> Prisão cautelar que tem o objetivo de prevenir que o réu cometa novos crimes ou ainda que, em liberdade, prejudique a colheita de provas ou fuja.

acabando e a comida ficando escassa. O desespero era imensurável, pois se ele gritasse, os vizinhos poderiam chamar a polícia e ele seria enquadrado, mas se ele ficasse quieto, poderia morrer ali dentro.

Dias depois, o camarada foi solto e voltou. Luciano resolveu mudar de esconderijo. O companheiro era “peixe pequeno”, mas não era aconselhável ficar num lugar em que o proprietário já havia sido preso e poderia ser procurado novamente.

Então, Lepera foi para a casa de Carlos e Cida Morgado, familiares de sua esposa, no Jardim Paulistano. Eles o acolheram e o puseram no quarto dos fundos, dizendo aos empregados que Luciano era um parente pobre que estava doente e precisava de ajuda.

O jornalista ficou lá por alguns meses. A “prisão domiciliar” era terrível. Lepera se sentia um inútil por não trabalhar e dar gastos para os amigos. Ser privado de suas noites boêmias, de seus cafés na rua, de seus papos com os colegas não era o que

ele havia sonhado para si. Ainda mais estando longe da família.

E a chance de algum funcionário da casa delatá-lo caso algum policial os sondasse era grande. Assim, Luciano deixou os Morgado e rumou para um novo refúgio.

Esteve na casa de outro companheiro e de lá foi para a casa de sua tia Anunciata, que morava em um bairro operário, distante do centro.

Enquanto isso, a polícia ia sempre à casa de Neuza e fazia perguntas a seu filho Patrice de apenas três anos. Patrice adorava a visita dos “homens de terno”, porque era presenteado com chocolates quando respondia onde seu pai estava.

Para ele, o papai estava no Rio de Janeiro se tratando de uma doença interna na perna.

Ao levá-lo para visitar o pai, Neuza dava muitas voltas de carro pela cidade para despistar os policiais e enganar Patrice. Era como se eles tivessem percorrido uma grande distância e chegado ao Rio. Somada a essa longa viagem, os enjoos estomacais de Patrice acentuavam essa

impressão de que eles haviam andado muito a ponto de estar em outro estado.

Com a grande movimentação policial em São Paulo, Lepera foi morar em Uberlândia (MG), na casa de Ari, primo de Neuza.

Aquela caça aos comunistas fazia dele um nômade receoso. Em lugar nenhum do Brasil ele parecia estar a salvo. Nem em Uberlândia. Sua segurança podia ser comprometida com qualquer comentário inocente. A expressão “as paredes têm ouvidos” funcionava como um aviso para se tomar cuidado com a vizinhança.

Por zelo, a cada dois ou três meses, Lepera mudava de asilo. Ironicamente, ele passou os últimos meses de clandestinidade no quarto do fundo da casa de seus pais, em Ribeirão Preto, a 30 metros do quartel da Polícia Militar, onde estavam enclausurados os presos políticos da cidade.

Isso só foi possível, porque os pais de Luciano moravam “em família”: os vizinhos eram a tia Assunta, os avós de Lepera, Hosana Trombeta,

sua amiga de infância, e Jaida e Ilka, tias da Hosana.

A casa de seus pais havia sido revistada quando sua prisão fora decretada, porém, não passava pela cabeça dos militares que o jornalista estaria escondido “embaixo de seus narizes”.

Solidariedade dos amigos, preocupação dos familiares. Agora não só o Lepera estava envolvido, como seus pais e avós.

Era bom tê-lo por perto, mas a proximidade implicava em constante estado de alerta.

As consequências da militância de Luciano atingiam a todos a sua volta. Neuza era perseguida dentro da Caixa Econômica Federal por ser vista pela sociedade como esposa do ex-deputado comunista. Ela sempre era transferida para setores em que ela pudesse cometer algum erro e ser mandada embora. Por exemplo, a agência que comandava a distribuição de bilhetes de Loteria Federal e o cofre do penhor. A corrupção era tentadora, mas se Neuza entrasse no esquema de



suborno e fosse demitida, não haveria quem sustentasse sua família.

No dia 23 de abril de 1965, Lepera teve suas acusações revogadas.

Liberdade cerceada: embora não estivesse mais foragido, ele não era aceito nos jornais. Assim, virou representante de vendas das Enciclopédias Delta Larousse e Barsa. Sem o menor tino comercial, só vendia as enciclopédias para os amigos. Os colegas de trabalho tiveram que ajudá-lo a atingir a cota de vendas para que ele pudesse ser transferido para Ribeirão. Foi vendedor por oito anos.

Em 3 de março de 1970, o jornalista foi preso por policiais da Delegacia de Polícia de Ribeirão Preto, novamente sob acusação de transgressão à LSN.

No dia 28 de agosto do mesmo ano, foi incriminado por estar envolvido no artigo 36 do Decreto-lei 314/67<sup>13</sup>, fazendo-o responder ao

---

<sup>13</sup> Definia como crime fundar ou manter, sem permissão legal, organizações de tipo militar, fosse qual fosse o motivo ou

processo 49/70 perante a 2ª Auditoria da 2ª CJM em regime de menagem (concessão que se faz a um prisioneiro, de ter como cárcere a própria habitação, uma fortaleza determinada, ou até mesmo o recinto de uma vila ou cidade, dentro da qual pode livremente transitar).

Somente em 3 de fevereiro de 1976, foi absolvido do processo 198/69 (na Coleção Brasil Nunca Mais decodificado como processo 65) movido contra os integrantes das FALN, sendo que o ex-deputado não havia se envolvido com a organização.

Ainda cassado, retornou à imprensa em 1976, em “O Diário”, indo posteriormente para o “Diário da Manhã” em 1979 e para o “Diário de Notícias” em 1980.

Convidado pelo ex-deputado Wilson Toni e pelo jornalista José Fernando Chiavenato, Luciano e sua máquina de escrever rumaram para o jornal

---

pretexto, assim como tentar reorganizar partido político cujo registro tivesse sido cassado ou fazer funcionar partido sem o respectivo registro ou ainda associação dissolvida legalmente ou cujo funcionamento tivesse sido suspenso.

“Verdade”, onde ele manteve uma coluna até ser acometido pelo Mal de Alzheimer.

De 16 a 19 de outubro de 2002, durante a I Semana da Imprensa e Cidadania de Ribeirão Preto, Lepera foi homenageado com o lançamento do Prêmio “Luciano Lepera” de Jornalismo.

Em novembro do mesmo ano, foi anistiado e indenizado com R\$379.895,38.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 10 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002 e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 118ª Sessão realizada no dia 17 de novembro de 2009, no Requerimento de Anistia nº 2003.01.37109, resolve:

Nº 659 - Declarar FRANCISCO LUCIANO LEPERA portador do CPF nº 074.198.058-49, anistiado político, conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R\$ 2.671,87 (dois mil, seiscentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos), com efeitos retroativos da data do julgamento em 17.11.2009 a 09.12.1998, perfazendo um total retroativo de R\$ 379.895,38 (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e trinta e oito centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 10.559, de 2002.

Diário Oficial da União de 2 de maio de 2011.

Divorciado de Neuza, Lepera se casou com Silvia Helena Bispo, sua empregada doméstica, para deixar sua aposentadoria para ela.

No final de sua vida, perambulava pelas ruas de Ribeirão sem reconhecer ninguém.



## **Para não esquecer jamais**

Hoje parece utópico o apelo à luta armada dos grupos de esquerda nos anos 60. Seria difícil imaginar o triunfo de uma guerrilha rural no interior de São Paulo com escassos recursos financeiros, materiais e pessoais sobre a ditadura militar, composta pelo Exército Nacional sob a missão de “defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”<sup>14</sup>, e dotada de órgãos de repressão, artilharia e homens treinados para o combate.

Mas, na ocasião, sindicalistas, intelectuais, estudantes, camponeses, militares expulsos de suas corporações e políticos cassados ou marginalizados viram na luta armada um espaço de atuação, já que a ditadura militar os impediu de se manifestarem em seus ambientes de trabalho, estudo e

---

<sup>14</sup> EXÉRCITO BRASILEIRO. **Missão e Visão de Futuro**. Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em: 17 out. 2011, 11:32.

convivência e, em alguns casos, os privou de seus ofícios.

Assim, estimulados pelas Revoluções Russa e Cubana e pela Guerra do Vietnã, e conscientes de que o Golpe de 64 veio com o intuito de impedir o processo de emergência dos trabalhadores, que começaram a se organizar e a exigir direitos de cidadania na década de 60, os grupos de esquerda tinham como projeto, além da resistência à ditadura, acabar com a exploração de classe.

Segundo o sociólogo Marcelo Ridenti (1993), o pressuposto teórico geral compartilhado pelas esquerdas para derrubar a ditadura militar era que o governo dos militares, aliado aos imperialistas, estava impedindo o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil.

Diante da ruptura com o PCB, as novas correntes de esquerda buscaram aprimorar as propostas do Partidão, corrigindo suas deficiências para dar conta das rápidas transformações sociais do momento.

Nesse contexto, o movimento armado surgiu como uma alternativa à luta através da participação dos nacional-reformistas nas fileiras do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para os dissidentes, a guerrilha rural seria o embrião do exército popular.

Como a ditadura aniquilou a democracia, viu-se necessário agir de maneira inconstitucional.

Áurea, Vanderley, Lepera e Cidinha foram pessoas que resolveram lutar por um regime político que se fundasse na soberania popular, na liberdade eleitoral, na divisão de poderes e no controle da autoridade.

Eles não devem mais temer, porque atualmente, o cumprimento dos direitos humanos vem sendo cada vez mais exigido pelas instituições, a internet promove a livre difusão de conteúdos e impede que os cidadãos se mantenham calados, e as autoridades brasileiras estão começando a ter consciência da importância da exposição de documentos da época da ditadura.

Exemplos disso são a criação da Comissão da Verdade, que irá apurar crimes cometidos durante a ditadura militar, a lei de acesso à informação, que porá fim ao sigilo eterno de documentos oficiais, a disponibilização no site do Ministério Público Federal de mais de 700 documentos e processos abertos contra presos políticos no período de 1964 a 1985, e a inclusão dos arquivos da ditadura brasileira no Registro Memória Mundo 2011.

Mas é preciso seguir batalhando por justiça e transparência para não se esquecer jamais das vozes que a ditadura quis calar.





## Referências bibliográficas

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 2004.

LIMA, Eduardo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Unicamp, 1995.

MARINO, Divo. **Orquídeas para Lincoln Gordon, depoimento sobre o golpe de 1964**. Ribeirão Preto: Legis Summa Ltda, 1998.

PINHEIRO, Ana Paula Araújo; TOMICIOLI, Anna Regina Bula. **O preço da luta: A Igreja Católica como ponto de partida**. Bauru: [s.n.], 1999.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 1993.

## Fontes consultadas

Acervo Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto

Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Arquivos pessoais dos entrevistados

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. **Memórias da luta: a participação feminina nas organizações armadas de esquerda no pós-64**. Unesp – FCLAs – CEDAP, 2008. Disponível em:

<[http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio\\_e\\_memoria/patrimonio\\_e\\_memoria\\_v4.n1/Artigos/memorias\\_luta.pdf](http://www.assis.unesp.br/cedap/patrimonio_e_memoria/patrimonio_e_memoria_v4.n1/Artigos/memorias_luta.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2011, 16:22.

BAGATIM, Alessandra. **Personagens, trajetórias e histórias das Forças Armadas de Libertação Nacional**. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

BOTOSSO, Marcelo. **A guerrilha ribeirão-pretana: História de uma organização armada revolucionária**. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e

Serviço Social, Universidade Estadual Paulista,  
Franca, 2001.

**CINE CLUBE CAUIM. Luciano Lepera.**

Disponível em

<<http://www.cineclubecaum.org/REVISTA%20BERRRO/Anteriores/12/Html/Entrevista.html>>.

Acesso em: 29 set. 2011, 10:05.

**DO VERBO. Os meus amigos - Vanderley Caixe.**

Disponível em <<http://do-verbo.blogspot.com/2009/11/10-os-meus-amigos-vanderley-caixe.html>>.

Acesso em: 22 ago. 2011, 21:12.

**ELIEZER GOMES. Entrevista Vanderley Caixe - por Vânia Moreira Diniz.** Disponível em

<[http://www.eliezergomes.com/noticia/135/entrevista\\_vanderley\\_caixe\\_\\_por\\_vania\\_moreira\\_diniz/](http://www.eliezergomes.com/noticia/135/entrevista_vanderley_caixe__por_vania_moreira_diniz/)>.

**Acesso em:** 20 ago. 2011, 17:13.

**EXÉRCITO BRASILEIRO. Missão e Visão de Futuro.** Disponível em

<<http://www.exercito.gov.br/web/guest/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em: 17 out. 2011, 11:32.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desbaratado grupo terrorista que planejava um levante armado.** Folha de São Paulo. São Paulo, 14-11-1969, p.6.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2008.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 8 set. 2011, 15:25.

MEMÓRIA SOCIAL. **Maria Aparecida dos Santos (Cidinha).** Disponível em <<http://www.memoriasocial.pro.br/linhas/arouca/depoimentos/depoimentomariaaparecidadossantos.htm>>. Acesso em: 17 set. 2011, 15:37.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Breve histórico do PCB.** Disponível em <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2011, 16:45.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Transcrição de entrevista.** Disponível em <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/mis/area/i14transcricao.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2011, 23:05.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2011, 09:23.

**RECANTO DAS LETRAS. Saudação de Rosa Maria de Britto Cosenza para receber um novo membro, Vanderley Caixe, poeta insigne.**

Disponível em

<<http://www.recantodasletras.com.br/homenagens/306810>>. Acesso em: 12 set. 2011, 20:52.

**ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. Comunistas em Ribeirão Preto (1922-1947).** 1997. 174 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.

**VIVO E DESNUDO. Jornal de Parede -**

**Francisco Luciano Lepera.** Disponível em

<<http://vivoedesnudo.blogspot.com/2010/07/10-jornal-de-parede-francisco-luciano.html>>. Acesso em: 29 set. 2011, 14:10.

Fontes orais: Entrevistas realizadas pela autora

Áurea Moretti Pires – ex-militante das FALN

Maria Aparecida dos Santos – ex-militante da ALN

Luciano Patrice Garcia Lepera – filho do comunista  
Francisco Luciano Lepera

Vanderley Caixe – ex-líder das FALN

## Anexos

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL 182  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
São Paulo  
— PESSOAL-RESERVADO

### SETOR DE ARQUIVO E FICHÁRIOS DO "S.I."

#### FRANCISCO LUCIANO LEPERA

Filho de José Lepera e Adalina Baldassare Lepera; natural de Ribeirão Preto - SP; solteiro; nascido em 24-12-1923; jornalista; residente na Rua São Sebastião n° 1406.

Segundo informação prestada pela autoridade policial de Ribeirão Preto em 17-11-48, a pedido deste DOPS, o esgrimado era componente do comitê do "Centro de Estudos do Petróleo" daquela cidade, pertencendo ao "Departamento de Imprensa" desse comitê.

Consoante relatório do Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto, datado de 28-9-49, Lepera é apontado dentre outros comunistas como responsável pela distribuição de um jornalzinho para implantar a greve e a desordem nas principais fábricas da cidade. Dito jornalzinho acusa o sr. presidente da República de "traidor e vendido ao imperialismo norte-americano".

Em relatório de investigações procedidas na zona de Ribeirão Preto, de 3-5-50, sobre atividades comunistas, notadamente no meio rural, onde existem inúmeros agentes comunistas que correm as fazendas, distribuindo jornais subversivos, figura o nome de Francisco Luciano Lepera como "agente vermelho".

Radiograma de 18-8-50, procedente de Ribeirão Preto, enviado pelo Delegado de Ordem Social, informa que o jornal "A Cidade", de propriedade de Orestes Lopes de Camargo, candidato a deputado estadual, pelo PR, vinha sendo dirigido pelo jornalista Francisco Luciano Lepera, de há muito conhecido por suas atividades comunistas, tendo transformado aquela órgão em veículo de velada propaganda "vermelha", sendo acusado, por isso, o proprietário do jornal referido, de estar interessado em captar as simpatias do eleitorado comunista.

Segundo radiograma de 1951, da Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto, o Juízo Eleitoral da 100ª. Zona negou o registro da candidatura do mencionado, a vereador naquela cidade, por se tratar de elemento reconhecido como comunista.



~~CONFIDENCIAL~~  
PESSOAL-RESERVADO

Candidato a vereador em Ribeirão Preto pelo PSB, conforme radiotelegrama da Delegacia Regional de Polícia daquela cidade, datado de 23-9-51.

Em 6-10-51, a autoridade policial de Ribeirão Preto comunicou que, em virtude de ter aquela Delegacia Regional representado ao M. Juiz Eleitoral da 108a. Zona, provando a atividade comunista de Francisco Luciano Lepera e outros, a quem magistrado, após deferir, reconsiderou seu despacho, negando o registro da chapa completa do PSB, em número de 13 candidatos a vereador à Câmara Municipal do município em questão, na qual figurava o epígrafado.

Em 7-1-53, Lepera, juntamente com outros comunistas de Ribeirão Preto, organizaram uma comissão para levar àquela cidade o conhecido intelectual comunista, prof. Omar Cândia, para uma conferência, na Rádio Clube local.

Em relatório de 12-1-53, dirigido ao Delegado Regional de Polícia de Ribeirão Preto, consta que numa encomenda endereçada a Lepera havia impressos de caráter subversivo, remetidos pelo dr. José Ortiz Monteiro.

Pelo relatório de 1-3-56, referente à investigações procedidas na cidade de Ribeirão Preto, consta, com referência ao marginado, o seguinte: "O sr. Luciano Lepera, contra quem já se promoveu, por ocasião das eleições, ação no sentido de se anular o seu registro de candidato, em virtude de se tratar, conforme ficou suficientemente comprovado, de comunista confesso, foi um dos mais violentos, tendo dirigido essas críticas exclusivamente contra o sr. governador.

Conforme comunicado reservado de 2-4-56, da Del. Reg. de Pol. de Ribeirão Preto, elementos comunistas, levados pelo vereador Francisco Luciano Lepera, do PTM, realizaram, no dia 24 de março último, nos salões do "C.A. Paulista", uma reunião de apoio à Campanha Nacional Pró-Anistia aos Presos e Processados Políticos". Saliente o comunicado que o convite para aquela sessão foi distribuído em "volantes", com assinaturas do prefeito municipal, sr. Costabile Romano, presidente do "MUNPT", do vereador

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SÃO PAULO

132

SOAL-RESERVADO

- 3 -

dor Lepera e outros. Dos que subscreveram o referido convite, apenas o informado compareceu àquela reunião, que contou com a presença de 100 pessoas.

Relatório sobre o "VIII Congresso Estudantil", realizado durante os dias de 6 a 12-5-56, na cidade de Ribeirão Preto, informa que, à mesa que presidiu os trabalhos da sessão solene de abertura, a chava-se, entre outros, o vereador e jornalista comunista Francisco Luciano Lepera.

Diz um relatório reservado de 30-6-56, que em Ribeirão Preto acha-se instalado e funcionando o "Sindicato dos Trabalhadores, Assalariados Agrícolas e Volantes de Ribeirão Preto", do qual é presidente o comunista Nazareno Ciavatta, que já foi preso algumas vezes. Mais adiante, o citado relatório acrescenta que, "apesar de ser Nazareno Ciavatta elemento comunista confesso, em suas atividades não passava e não passa de um "testa-de-ferro" e por trás dele estão outros comunistas, dentre os quais pode-se citar Francisco Luciano Lepera, vereador e jornalista, que é a "cabeça pensante" e move os cordões que movimentam o "instrumento Ciavatta".

Veiculou o jornal "Notícias de Hoje" que no dia 3-11-57, realizou-se na sede da UGT de Ribeirão Preto, a primeira reunião do "Núcleo Nacionalista" daquela cidade que, como as demais congêneres do país, se propõe a "defender as riquezas nacionais, preservando-as da conquista estrangeira". Nessa oportunidade, procedeu-se à eleição da comissão provisória, e na sua constituição, consta o nome do vereador e jornalista Lepera.

Segundo o jornal "Notícias de Hoje", de 20-1-58, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou requerimento do vereador Lepera, para que seja oficiado ao exmo. sr. Marçal Barroso, ministro do Trabalho, comunicando-lhe o pesar da edificação ribeirpretana, pela remoção do sr. Celsus Pimenta Requejo do cargo de chefe da Divisão Regional do Trabalho, manifestando-lhe, ao mesmo tempo, a esperança de que o ato seja anulado, uma vez que questões de cunho pessoal ou político-partidário, não podem e não devem se sobrepor aos direitos e in-

PESSOAL-RESERVADO

teresses dos trabalhadores.

Publicou o matutino "Noticias de Hoje", em 22-2-58, que o vereador ribeirãopretano, pelo PSB, e redator do "Diário da Manhã", de Ribeirão Preto, sr. Francisco Luciano Lepera, aproveitando os folguedos carnavalescos, esteve em visita aos colegas do "Noticias de Hoje", na 2a feira do "tríduo de Komor".

Segundo radiotelegrama de Ribeirão Preto, datado de 6 de março de 1958, houve no dia anterior, naquela cidade, uma passeata promovida pelos aposentados da Cia. Mogiana, como protesto pela demora da Prefeitura em pagar 7 milhões de cruzeiros que deve à Caixa de Aposentadoria daquela Estrada. Dirigindo-se à Câmara Municipal, os manifestantes foram recebidos pelos edis, tendo o vereador Lepera criticado, de modo geral, os responsáveis pela administração pública que assim agem contra os aposentados.

Conforme nota do jornal "Noticias de Hoje", em sua edição de 1-5-58, o vereador Francisco Luciano Lepera está sofrendo, no momento, três processos, sendo dois por crime de imprensa e outro por acusações feitas ao chefe do Executivo Municipal de Ribeirão Preto, da tribuna da Câmara Municipal local. Esses processos, acrescenta a notícia, estão sendo movidos pelo delegado e promotor, os quais se sentiram atingidos pelos artigos escritos no jornal "Diário da Manhã", órgão do qual Lepera é redator e o terceiro pelo prefeito municipal.

O jornal "Noticias de Hoje" de 20-9-58, estampou uma fotografia onde aparece o marginado e Afonso Schmidt lado a lado com Luiz Carlos Prestes, durante o almoço oferecido ao ex-senador da República, pelos jornalistas do referido matutino. Sob o "clichê", um texto nos seguintes termos: "Luciano Lepera, combativo jornalista e vereador de Ribeirão Preto é um dos candidatos indicados por Prestes à futura Assembleia Legislativa do Estado. Dono de uma folha de serviços e de realizações em prol do povo e da cidade de Ribeirão Preto, pena causticante em defesa das liberdades, das reivindicações populares, Lepera deverá ser consagrado esmagadoramente nas urnas de seus municípios e das cidades e bairros em que está sendo apoiado".

## DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SÃO PAULO

PESSOAL-RESERVADO

- 5 -

Relatório sobre comício promovido pela chamada "Frente Nacionalista", levado a efeito no dia 20-9-58, no Largo de Pinheiros, informa que Luciano Lepera foi um dos oradores, achando-se no palanque armado para aquele "meeting", onde também discursou Luiz Carlos Prestes.

O jornal "Notícias de Hoje" de 23-9-58, em longo artigo dedicado a Francisco Luciano Lepera, diz: "Luciano Lepera: exemplo de dedicação e combatividade. O candidato a deputado apresentou 700 trabalhos na Câmara de Ribeirão Preto".

Segundo o jornal "Notícias de Hoje" de 1-10-58, em sessão especial do Tribunal do Juri de Ribeirão Preto, foi absolvido por maioria o jornalista e vereador daquela cidade, sr. Luciano Lepera. Recorda aquele matutino que o processo teve origem quando, no julgamento do sr. José Morelli, o jornalista em apreço servia como testemunha, sendo então rudemente atacado pelo promotor público. No dia imediato, o jornalista retrucou aos ataques, pelas páginas de um jornal local, surgindo então o processo. Acrescenta a notícia que a sessão foi presidida pelo juiz de Direito de Santa Rosa do Viterbo, em exercício na 1ª. Vara de Ribeirão Preto.

Relacionado como um dos candidatos à Assembleia Legislativa do Estado, nas eleições de 3-10-58, pelo PTB, com a seguinte qualificação: "FRANCISCO LUCIANO LEPERA - brasileiro, natural de Ribeirão Preto - S. Paulo, solteiro, nascido em 21-12-23, filho de José Lepera e de Adalina Baldassara Lepera, jornalista, residente à Rua São Sebastião, 1.041, em Ribeirão Preto.

Sob um epíteto, onde aparece discursando, o jornal "Notícias de Hoje" de 25-10-58 diz, entre outras coisas, que "Luciano Lepera, vereador em Ribeirão Preto, candidato a deputado estadual, exerceu o mandato de maneira brilhante, apresentando mais de 700 proposições, indicações e projetos, sobre os mais variados problemas de interesse da população, porém, não se preocupou, exclusivamente, com os problemas administrativos daquela comuna; ele é um combatente nacionalista e democrata e, por esta razão, manteve-se sempre vigilante na defesa de

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

137

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SÃO PAULO

— PESSOAL-RESERVADO

Petrobrás e de Constituição, denunciando os entreguistas e golpistas a serviço dos trustes americanos".

Foi eleito deputado estadual nas eleições de outubro de 1958, pela legenda do PTB, com 8.823 sufrágios, conforme publicação do Diário Oficial aqui arquivada em 22-10-58.

Comunicado de 6-11-58, sobre observações políticas no PTB, informa que o secretário geral do Diretório Regional, deputado Prota Moreira, que está estreitamente ligado aos comunistas, entregou os diretórios da "Mogiânia", região de Ribeirão Preto, ao comunista Francisco Luciano Lepera, recentemente eleito deputado estadual, para que os reestruture com gente de sua inteira confiança.

Relatório de 11-11-58, sobre a situação do PCB, referindo-se aos elementos que conseguiram eleger, diz que, observando-se os últimos resultados eleitorais em São Paulo, o PCB conseguiu apenas a reeleição de José de Rocha Mendes Filho, elegendo Antonio Moreira e Francisco Luciano Lepera, respectivamente, vereadores de Santos e Ribeirão Preto, e mais Jethero de Faria Cardoso, que é membro do "Comitê Municipal" do PCB de São Paulo, sendo Lepera membro do "Comitê Regional" do mesmo partido, também de São Paulo.

Notícia procedente de Mangaratú, inserida no jornal "Notícias de Hoje" de 17-12-58, diz que a "Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Mangaratú (ALAM)", distrito de Nova Granada, realizou, dia 14 último, uma assembleia extraordinária, na qual foram debatidos vários problemas de interesses daqueles trabalhadores. Diz a referida notícia que entre as personalidades presentes, esteve o deputado estadual Luciano Lepera.

O jornal "Notícias de Hoje" de 24-12-58, publicou os termos de uma carta de Luciano Lepera dirigida ao povo de Tupã, agradecendo a expressiva votação que obteve naquela cidade e colocando-se à disposição da coletividade de Tupã na assembleia legislativa, eleito que foi deputado estadual.

## DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SAO PAULO

PESSOAL-RESERVADO

Foi um dos signatários do "Convite" lançado ao povo sorocabano, para participar das homenagens que seriam prestadas na conferência que o ex-senador Luiz Carlos Prestes proferiria no dia 24-5-59, no Estádio do B.C. São Bento, de Sorocaba. Os signatários do citado "Convite" integravam a Comissão Organizadora das referidas homenagens.

Relatório de 16-6-59, referente a observações procedidas na cidade de Santa Fé do Sul, informamos que o marginado participou na assembleia da Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas da Comarca de Santa Fé do Sul e, fazendo uso da palavra, falou sobre os sacrifícios dos lavradores dizendo ser um batalhador e defensor dos humildes na Assembleia Legislativa. Concluiu os presentes a se unirem, a fim de vencer os reacionários; que os lavradores devam possuir carteira profissional; que camponeses de ambos os sexos deve se unir, promover reuniões e fundar sociedades. Atacou a Polícia, afirmando que se quisesse naquele momento ele e os presentes atacariam a Delegacia e a incendiariam; que a vida do delegado estava em suas mãos, pois se quisesse os lavradores o linchariam naquele momento. Acrescentou que tanto o delegado como seus auxiliares não passam de empregados do povo. Em conversa com o relatante, Luciano Lepera procurou esconder a finalidade puramente comunista da Associação, dizendo que a orientação seguida pela mesma é a do comunismo, porém, tanto ele como o "capitão Joffre" (presidente da Associação), não as palavras "comunismo" e "marxismo", em virtude dos lavradores, em sua ignorância, não sabem o significado das mesmas e, tão pouco, ouviram falar na Rússia, mas que iriam prepará-los para compreenderem o significado e as vantagens do comunismo e poderam, assim, melhor propagar essas idéias e defendê-las.

Informamos o comunicado de 17-6-59, ter sido inaugurada, solenemente, no último dia 11, a sede da Associação Rural de Santa Fé do Sul. Que o Pacto de Unidade Inter-sindical de São Paulo, convidado, enviou uma delegação, figurando entre os seus integrantes o dep. est. Luciano Lepera. Acrescenta o comunicado que a autoridade policial local tentou impedir que a cerimônia se realizasse, porém abandonou esta idéia em face

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

138

SAO PAULO

PESSOAL-RESERVADO

- 3 -

da interferência do apigamento, decorrendo o ato normalmente.

Informe reservado, adiante-nos que no dia 12-7-59, no salão "Elite-Festana", em Vila Caldas, em Carapicuíba, o dep. estadual Luciano Lepera pronunciou uma conferência subordinada ao tema: "A questão do nacionalismo e a reforma agrária". Na conferência, segundo o mesmo informe, foi organizada por um grupo de líderes comunistas daquela localidade.

Tópico de relatório alusivo à reunião da "Seção do Campo", do CC de S. Paulo do PCB, levada a efeito no dia 6-8-59, para tratar de assuntos relacionados com o atentado sofrido por Joffre Correia Neto (capitão Joffre), tráz ao nosso conhecimento que na Assembléia Legislativa formou-se (extra-oficialmente) uma comissão integrada pelos deputados Paratuliní Junior, Eduardo Barnabé, Luciano Lepera e Miguel Jorge Nicolau, a fim de visitar a vítima que se encontrava internada no Hospital das Clínicas e solicitar energicas providências aos senhores secretários da Segurança e da Justiça. Aduz o relatório que os deputados Luciano Lepera e Miguel Jorge Nicolau, aliados do PCB, foram instruídos pela direção comunista de como proceder durante o andamento do inquerito policial instaurado sobre o caso.

Consoante relatório da Del. R. G. de Polícia de Parília, realizou-se ali, no dia 6-9-59, uma reunião de lavradores, cujo assunto versou em torno da sindicalização dos mesmos, reforma agrária, etc. Entretanto, lavradores propriamente ditos constituiram a minoria dos presentes, sendo grande o número de elementos bastante conhecidos por suas idéias comunistas. Por parte dos oradores houve uma constante preocupação em atacar o latifúndio e imperialismo norte-americano, usando os costumes métodos comunistas. O deputado Luciano Lepera fazendo uso da palavra seguiu a mesma linha de conduta dos oradores que o precederam, destacando, sobretudo, o caso de Santa Fé do Sul onde, segundo ele, os lavradores cansados de serem explorados, destruíram as pastagens dos fazendeiros, que os impediam de plantar cereais, etc. Finalmente, acrescentou que "poucos

## DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SAO PAULO

PESSOAL-RESERVADO

- 2 -

dias antes, o senhor presidente da República havia reunido o seu ministério, não para tratar de medidas contra a carestia, não para tratar da reforma agrária, mas tão somente a fim de traçar planos no sentido de se enfrentar agitações comunistas.

Fôz um dos oradores do comício realizado na praça da Sé, na noite de 11-8-59, "contra a carestia da vida" e que, segundo palavras de Luiz Telles Leão, membro do "presidium" e secretário da seção sindical do "CG" do PCB, teve a cobertura do partido.

Participou da reunião plenária da "Comissão Realista de Combate à Carestia de Vida" efetuada no dia 24-11-59, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Fôz uso da palavra na reunião que a "Comissão de Combate à Carestia de Vida", realizou no dia 10-11-59, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Referindo-se a aprovação pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei Orçamentária, criticou o "desvio da verba destinada ao ensino primário, secundário e à agricultura, para ser aplicada no DOPS, tendo por objetivo, unicamente, massacrar os trabalhadores, os quais defendem os seus legítimos interesses.

De acordo com relatório reservado datado de 2-12-59, a greve deflagrada oficialmente pouco antes da zero hora desse mesmo dia, denominada "a greve anti-carestia", contava com o irrestrito apoio de diversos deputados, entre os quais, Luciano Lepera.

Em 29-12-59, a Del. Reg. de Pol. do Ribirão Preto, respondendo radiotelegrama deste S.I., cita-o entre seis comunistas daquela cidade, fornecendo-lhes sua qualificação e sua qualidade atual de deputado estadual.

Seu nome é citado em relatório de 16-1-60, entre os que mais assediaram Luiz Carlos Prestes, no Aeroporto de Congonhas, naquele mesmo dia, ocasião em que o líder vermelho, agradecendo o convite aos líderes sindicais presentes para que se deixasse conduzir por eles até o Centro, inclinou no mesmo



DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL 141

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SÃO PAULO

PESSOAL-RESERVADO

- 10 -

e saiu com dois cidadãos não identificados e mais o epígrafa-do, tomando o carro de propriedade de Glen Claud Harris, residente em Santo Amaro, rumando para o centro da cidade (o local não foi dito).

Diz relatório de 21-1-60 que, dentre as inúmeras pessoas que receberam o líder comunista Luiz Carlos Prestes, no dia 16 no Aeroporto de Congonhas, destacaram-se, pelo seu entusiasmo, o deputado Luciano Lepera, Mathilde da Carvalho, Elisa Branco Batista, Adoração Vilar, Caio Prado Júnior, Ramiro Luchesi e muitos outros, cujos nomes são mencionados pelo relatório supra referido.

Na reunião que os ferroviários da U.F.Santos a Jundiá realizaram no dia 25-2-60, para tratar da posição a ser tomada em face da decisão do TRT, que julgou procedente a alegação da ferrovia, que não podia conceder o reajustamento salarial formulado pelos empregados, na base de 45%, em vista de se encontrar em difícil situação financeira, os deputados Luciano Lepera e José da Rocha Mendes Filho, estiveram presentes, os quais, acima de tudo, fizeram intensa propaganda sobre a "Frente Nacionalista". Ao se despedirem, ambos afirmaram que, em seguida, assistiriam um ato público em solidariedade à Cuba.

Informou o comunista Luiz Cristofaletti, que no dia 7-2-60, na Av. Angélica nº 672, Casa de Festas "Gersal", realizou-se um almoço, com o qual militantes e aliados do PCB homenagearam Luiz Carlos Prestes por motivo de sua recente viagem à URSS, China Popular e outros países do campo socialista. Entre os que fizeram uso da palavra saudando o homenageado, é citado o nome do deputado comunista Francisco Luciano Lepera.

Por parte da mesa diretora dos trabalhos, no ato público de solidariedade à Cuba, levado a efeito sob o patrocínio da União Paulista dos Estudantes Secundários, no dia 25-2-60, na Biblioteca Municipal.

Segundo declaração do ex-deputado comunista Lourival da Costa Vilar, feita ao autor do relatório datado de 5-3-60, os deputados comunistas Luciano Lepera, Miguel Jorge Nicolau

## DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL 142

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SAO PAULO

PESSOAL-RESERVADO

- 11 -

e José da Rocha Mendes Filho, incluíam, na Lei de auxílio para o corrente ano, parte de suas verbas, em favor da ULTAB, respectivamente nas seguintes importâncias: 400 mil cruzeiros, 45 mil cruzeiros e 30 mil cruzeiros. Acrescentou Vilar que esse auxílio é preciosíssimo, pois aquela entidade, há dois anos aproximadamente não tem recebido auxílio da P.S.M.

Radiotelegrama da Del. de Polícia de Marília, informa-nos que no dia 20-3-60, realizou-se naquela cidade, um comício da "Aravana nacionalista presidida por dr. Edna Lott, figurando na comitiva, dentre outros, o deputado Luciano Lepera, que atacou o senhor governador do Estado, tachando-o de falso cristão. Relatório sobre o comício, confirma os dizeres supra.

Comunicado reservado traz ao nosso conhecimento que o deputado Luciano Lepera era integrante da Comissão Organizadora de uma conferência que o jornalista e membro do "presidium" do P.C.B., Jacob Gorander, pronunciará no ex-Centro do Professorado Paulista, sob o título: "Lenin, fundador do 1º Estado Socialista". Referida conferência tinha o patrocínio dos comunistas de São Paulo e seria efetuada no dia 26-4-60.

Informa-nos relatório reservado, ter-se realizado no dia 3-5-60, no ex-Centro do Professorado Paulista, a programação da conferência do jornalista e líder comunista Jacob Gorander, cujo tema foi: "Lenin, fundador do 1º Estado Socialista". Ao ato compareceram cerca de 800 pessoas e foi presidido pelo deputado Luciano Lepera.

Informe de 2-5-60, adianta-nos que no dia 1º, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, realizou-se uma reunião de líderes sindicais, com o objetivo de convocar o "Dia do Trabalho". Entre os que tomaram assento à mesa, encontra-se o deputado Luciano Lepera.

Transcrevendo rádio da Del. de Polícia de Santa Fé do Sul, a Del. Reg. de Polícia de São José do Rio Preto, por intermédio de radiotelegrama de 17-5-60, comunica-nos que no dia anterior a Associação dos "Aradores de Santa Fé do Sul" reuniu-se, com a presença do deputado Luciano Lepera, além de outros

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SÃO PAULO

143

- 12 -

tes sindicais de São Paulo e de Rio Preto. Nessa reunião foi levado ao conhecimento dos trabalhadores rurais a reforma agrária. O marginado e a Associação informaram os lavradores que não deviam arrancar qualquer capim.

Informa-nos comunicado de 14-5-60, que o deputado Luciano Lepera seguiria, naquele mesmo dia, para o município de Santa Fé do Sul, a fim de participar de uma concentração de lavradores que teria lugar naquela localidade, no dia seguinte. Que tal concentração tinha por finalidade solucionar o caso das 850 famílias daquele município, arrendatários da fazenda do sr. Carvalho Diniz, que estavam proibidas de continuar plantando cereais e outros produtos.

Foi um dos oradores no local onde teve início a "passeata pela paz universal", ou seja na Praça da Sé, na noite de 20-5-60 e programada pelos operários e estudantes de São Paulo. Os oradores estribaram-se no recente acontecimento verificado na reunião de cúpula dos "4 grandes" e acusando os "imperialistas norte-americanos" de darem prosseguimento à "guerra fria", passaram a atacar os EE.UU. e seus governantes, condenando também o acordo militar Brasil-EE.UU., etc.

Membro da Comissão Promotora que subscreveu "Convite" para a Conferência do jornalista Jacob Gorender, que discorreria sobre o tema: "Lenin, fundador do 1º Estado Socialista", em comemoração ao 90º aniversário do nascimento do mesmo, dia 3-5-60.

Foi um dos oradores no comício realizado em 12-5-60, em São Miguel Paulista, por Luiz Carlos Prestes, em prol das candidaturas Lott-Jango, fazendo uma explanação de sua atuação na Assembléia Legislativa e dizendo que o "superavit" tão apregoado pelo candidato Jânio Quadros, não existiu, existindo, inversamente, um "deficit" de Cr.\$600.000.000,00.

Um dos 3 deputados estaduais de S. Paulo que estiveram presentes à concentração operária efetuada na Pça. da Sé na noite de 21-5-60, de protesto contra a fome e a carestia de gêneros alimentícios e pela aprovação urgente da Lei Orgânica de Pre-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SAO PAULO

144

PESSOAL-RESERVADO

- 13 -

vidência Social e ainda pela regulamentação do direito de greve, tendo sido um dos oradores.

Foi um dos oradores no comício em favor de Fidel Castro, levado a efeito no dia 15-7-60, na Pça. da Sé, patrocinado pela "Comissão Paulista de Solidariedade ao Povo Cubano", conforme relatório a respeito.

De acordo com relatório de 16-7-60, mandatário da Comissão Paulista de Solidariedade à Cuba, apregoavam na Pça. da Sé, no dia anterior, a realização de um comício favorável àquele País, anunciando os nomes dos oradores entre os quais o deputado Luciano Lepera.

Fez uso da palavra no comício realizado na Pça. da Sé em 11/8/60, contra a carestia da vida.

Sob o título "Verbas para o Movimento comunista no Campo", informe reservado de 11-8-60 diz que os deputados estaduais Luciano Lepera, Miguel Jorge Nicolau e José da Rocha Mendes, incluíram na Lei de Auxílio para aquele ano, parte de suas verbas em benefício da U.L.T.A.B., sendo que o informado contribuiu com a maior parcela ou seja, 400 mil cruzeiros e os dois outros com 45 e 30 mil, respectivamente.

Informa-nos relatório de 9/9/60 que o Prof. Kalil Dib, membro diretor do Comitê Estadual de S. Paulo, do P.C.B. e que foi secretário político do extinto Comitê Regional de Sorocaba do mesmo P.C.B., em palestra com o relatante, entre outras tantas coisas disse que Luciano Lepera e outros (citados nominalmente) "são comunistas ativistas e até dirigentes de quadros do P.C.B., porém, militam e dirigem outros partidos políticos, especialmente o P.T.B. e são considerados "quadros empresariais".

Falando no comício de Luiz Carlos Prestes pro-candidaturas Lott-Jango realizado no Largo do Rosário, em Campinas, no dia 15/9/60, o dep. Luciano Lepera criticou rigidamente o Governo Estadual, atacando principalmente o "Plano de Ação" e a reforma agrária da Secretaria da Agricultura, tachando-a de "revisão tributária" e inaplicável em nosso Estado. O líder "vermelho" Luiz Carlos Prestes fez-se presente e em sua oração

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SÃO PAULO

141

- 14 -

atacou violentamente o candidato Jânio Quadros, criticando acerbamente o Governo do Estado, o Presidente da Republica e o Ministro Horacio Lafer.

No ultimo comicio em prol das candidaturas Lott-Jango, levado a efeito em Santos, no local denominado "Bacia do Macuco", no dia 30/9/60, o deputado Francisco Luciano Lepera foi um dos que fizeram uso da palavra e, como de praxe, destacou-se nos ataques a oposiçao e ao "Plano de Ação" do Governador Carvalho Pinto.

Consoante relatorio, realizou-se em 1/11/60 à rua do Carmo nº 171, uma reunião da Assembléia Permanente dos Trabalhadores Metalurgicos, para um "balanço" a respeito do movimento grevista encetado pela categoria. Sendo um dos que tomaram assento à mesa, Luciano Lepera e seu colega da Assembléia Legislativa de S.Paulo, deputado Parabulini Junior, teceram severas criticas aos Governos federal e estadual no que diz respeito à crescentes alta do custo de vida.

Adianta-nos relatorio reservado que o deputado Luciano Lepera, um dos participantes da mesa dos trabalhos da reunião que a Assembléia Permanente do Sindicato dos Metalurgicos levou a efeito no dia 2/11/60, prometeu, juntamente com outros, cobertura pessoal aos "piquetes" que sairiam a partir das 4,00 horas em diante para impedir a entrada de operários nas principais fabricas.

Membro do Conselho Consultivo da "Comissão Paulista de Solidariedade à Cuba", conforme copia da Ata da reunião realizada em 4/11/60, para constituição e aprovação dos seus Estatutos, estruturando-a como sociedade civil na forma prevista no Decreto Federal nº 4.657, de 5 de novembro de 1955.

Comunicado reservado tras ao nosso conhecimento que na noite de 5-11-60, na sede da U.E.E. realizou-se uma reunião entre líderes estudantis, dirigentes sindicais, deputados e representantes de partidos politicos, para estruturação e aprovação dos estatutos da "Comissão Paulista de solidariedade à Cuba" e, entre outras providências, elegeu um "Conselho Diretor

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL 146  
SAO PAULO  
— PESSOAL-RESERVADO

- 15 -

para a novel entidade. Da constituição desse "Conselho", entre outros, consta o nome do marginado.

Informa-nos comunicado de 7-11-60 que em reunião plena que o grupo operario estudantil denominado "Comissão de Solidariedade à Cuba" levou a efeito para tratar de vários pormenores referentes a campanha em favor do regime de Fidel Castro, etc., resolveu-se escolher entre as entidades estudantis, sindicais, partidos e parlamentares, elementos para compor um "Conselho Diretor", figurando entre seus 25 integrantes o deputado Luciano Lepera.

Conforme relatório de 8/11/60, promovida pelas "forças de esquerda", realizou-se no dia anterior, na Pça. da Sé, uma concentração que teve a finalidade de demonstrar ao governo que o povo brasileiro empresta pleno apoio à revolução cubana e ao seu líder Fidel Castro. Seus promotores foram o P.S.B., o P.T.B., a "Comissão Paulista de Defesa de Cuba", a U.B.E., a U.P.E.S., o P.C.B. e outras correntes esquerdistas. Vários foram os oradores e, dentre eles o deputado Luciano Lepera.

Informa-nos relatório de Santos ter-se realizado no dia 9-11-60, na Sociedade Humanitária, uma conferência promovida pela "Frente Nacionalista de Santos" que para ali levou o deputado estadual Luciano Lepera, para que falasse sobre os motivos que o levam (segundo o criterio dos nacionalistas), os E.E.U.U. a pretenderem invadir a Republica de Cuba.

Topico de relatório de 23/11/60, de Santos, referente às atividades dos comunistas daquela cidade, diz que no dia 8 daquele mesmo mês, realizou-se um ato publico de solidariedade ao povo cubano, tendo como local o salão da Sociedade Humanitaria dos Empregados no Comércio e contou com a presença do deputado Luciano Lepera.

Consoante informação reservada de 20-12-60 o ex-deputado comunista João Taibo Cadorniga tem livre acesso a quaisquer dependências da Assembleia Legislativa do Estado e goza de grandes regalias, sendo assíduo frequentador daquela Casa. Que seus contatos ali são mantidos, em sua maioria, com os comunistas Ariel Tomszini (constantemente visto ali); deputados Para-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

147

SÃO PAULO

— PESSOAL-RESERVADO

- 16 -

bulini Junior, Luciano Lepera e Jose da Rocha Mendes Filho, os  
quais passam quase sempre juntos e numa especie de perene con-  
ferência, dentre eles tambem o deputado Jetero de Faria Cardo-  
so.

-Relatório de 28-12-60 transcrevendo palestra do sr.  
Frota Moreira mantida com o relatante confirma que o deputado  
Luciano Lepera faz parte da direção da "Comissão Paulista de  
Solidariedade à Cuba", organizada em reunião havida na sede da  
U.E.E., com a participação desta, do P.C.B., P.T.B., P.S.B.,  
U.P.E.S., parlamentares e dirigentes sindicais.

Sendo um dos que fizeram uso da palavra no comício pre-  
cedido de passeata, realizado no dia 11/1/61, na Pça. da Sé, or-  
ganizado pela "Comissão Paulista de Solidariedade à Cuba", o  
epigrafado discorreu sobre a origem da revolução cubana, dicen-  
do ter sido a miséria e a fome do funcionalismo público, cujo  
patrão é o próprio governo. Para exemplificar citou o caso da  
Força Publica do Estado.

Em discurso que pronunciou na Assembléia Legislativa no  
dia 13-1-61, Luciano Lepera disse ter sido convidado por um  
Sub-Comandante de uma Unidade da Força Publica, quando estava  
falando aos elementos da mesma. Que dirigiu-se então ao gabi-  
nete do referido sub-Comandante e este lhe perguntou qual era  
sua intenção de ali estar usando da palavra. Que respondeu-lhe  
com a franquesa de sempre, que sua intenção era aquela ou seja,  
de solidariedade ao movimento e que conclamava mesmo os elemen-  
tos da Força Publica, juntamente com a classe operária, com os  
estudantes, com o povo em geral, respeitando a propria Carta  
Magna, a Constituição que garante que todos são iguais perante  
a lei, lutasse em favor de seus direitos.

Citado entre vários elementos que no periodo de 14 a  
16-1-61, participavam de comícios, "grupinhos" e da passeata do  
dia 16, na "grave branca dos bombeiros", no Q.C. da Corporação,  
contra o projeto de aumento aos funcionários publicos, aprovado  
na madrugada de 14-1-61.

Em 18-1-61, subscrito pelo sr. Prefeito Municipal de

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SÃO PAULO

— PESSOAL-RESERVADO

- 17 -

Vera Cruz e pelo presidente da Câmara Municipal da mesma cidade, foi dirigido um ofício ao deputado Luciano Lepera, cujos termos iniciais são os seguintes: "Causou espécie nesta cidade as injúrias, descabidas e dementes palavras proferidas por V. Excia. no discurso da 56a. Sessão Extraordinária levada a efeito pela Assembléia Legislativa do Estado, no corrente mês, conforme publicação feita através do D.O. de 12 do corrente mês. É lamentável a atitude de V. Excia. ao proferir tamanhas e pejorativas considerações à Vera Cruz". Mais adiante, diz o referido ofício: "A inocência caracterizada por V. Excia. ao funcionário que se coloca na posição de martir e de uma inocente ovelha, não é senão a de um elemento que sob a égide de falso nacionalista, esconde-se um elemento insuflador e subversivo ao regime constitucional do país, procurando criar um ambiente de tensão entre patrão e empregado". Entre outros pormenores, termina o ofício por convidar aquele parlamentar a ver "in loco", o cangaço, o pistoleiro que o mesmo disse existir naquela cidade e conhecer um povo altamente nobre, justo, obreiro, em completo contraste com suas insinuações.

Relatório de 22-1-61, alusivo à eclosão na Força Pública do Estado, logo após a votação do projeto de aumento do funcionalismo estadual, cita-o como um dos participantes da passeata do dia 20 sendo um dos oradores ao término da mesma no Largo São Francisco. O mesmo relatório menciona o acidente ocorrido com os dois sargentos do Corpo de Bombeiros que morreram no desastre quando se dirigiam numa viatura daquela corporação para Sto. Andre, a fim de atender um chamado de incêndio, e salienta que tão logo foi a notícia divulgada, agitadores contumazes procuraram sofrer o máximo proveito da tragédia que acabava de enlutar a Corporação. Assim, os deputados federais Ivete Vargas e Prota Moreira e o deputado estadual Luciano Lepera, de "tendências esquerdistas", tentaram junto ao Comandante do C.B., autorização para trasladar os corpos para a Catedral Metropolitana, onde seriam expostos à visitação pública, com evidentes intuítos demagógicos. Não conseguiram seus intentos, porém, o epígrafado falou no momento que os corpos baixaram à sepultura, explorando politicamente a situação, como sempre, com alusões menos lisonjeiras ao Governo do Estado.

Falou longamente no comício realizado na Pça. Floriano



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SAO PAULO - PESSOAL-RESERVADO

- 18 -

Peixoto, em Santo Amaro, no dia 22/1/61, em solidariedade a Fidel Castro e à Revolução Cubana, conforme relatório a respeito, que salienta ser o deputado Luciano Lepera filiado ao P.T.B., porém, reconhecidamente comunista.

Informa-nos relatório de 23-1-61 que o dep. Luciano Lepera em palestra com o presidente do Centro Social dos Sargentos da F.P.E.S.P., com o presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da mesma milícia bem como com o presidente da Ass. dos Funcionários da Polícia Civil do Est. de S.Paulo, disse que a questão da paridade não seria, de forma alguma, resolvida satisfatoriamente dentro da Assembléia Legislativa. Portanto - frizou - torna-se necessário ativar a luta de rua, ou seja: piqueteamento, comícios, passeatas, etc. "Tal movimento é necessário pois vocês não contam com outros meios de divulgação, como: rádio, imprensa e televisão".

Segundo radiotelegrama da Del. Reg. de Marília, datado de 9-3-61, historiando acontecimentos e instauração de sindicância em consequência de representação formulada pela Câmara Municipal de Vera Cruz, referente às atividades subversivas que naquele município vinha praticando Manoel Renato De Moraes Ratis, "naturalmente informado por este, o deputado Luciano Lepera, conhecido como simpatizante do credo comunista, através a tribuna da Assembléia Legislativa (D.O., de 12/1/61) formulou acusações malevolas contra a Câmara Municipal e Delegacia de Polícia de Vera Cruz".

Relatório reservado informa-nos que no dia 18/3/61, realizou-se no salão do Clube Atletico Juventus, a grande festa de "Esperança", em comemoração ao aniversário de fundação do P.C.B. O ato foi presidido por Ramiro Luchesi (que acabava de regressar da U.R.3.U. onde esteve em missão do P.C.B.) e, entre os que tomaram assento à mesa achavam-se Luciano Lepera e Luiz Carlos Prestes, que falou longamente sobre as diversas etapas do Partido e da odisséia do mesmo, bem como sobre outros aspectos nacionais e internacionais.

Consoante comunicado de 24-3-61, em reunião havida no dia anterior no P.S.P., pró-candidatura Cantídio Nogueira Sam-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SÃO PAULO, 15/8

- 19 -

paço, o P.C.B. mudou três dos seus representantes, que foram: José da Rocha Mendes Filho, Luciano Lepera e Luiz Tenório de Lima, os dois últimos, impedidos de fazerem uso da palavra, por um grupo de elementos da citada candidatura.

Um dos oradores que se destacaram no comício realizado na Pça da Sé, no dia 13-4-61, programado pelo P.C.B.-P.T.B.-P.S.B.-U.E.E.-C.A.XI de Agosto e Comissão Paulista de Defesa de Cuba (dirigida por Porta Moreira), comício êsse de apoio a Fidel Castro e contra as operações bélicas que estavam se processando em Cuba.

Sob o título: "Fixado o Consulado Americano: DOPS, agrediu e prendeu treze estudantes", o jornal "Última Hora", de 19/4/61, diz à certa altura de sua narrativa que os estudantes foram buscar em sua residência o deputado Luciano Lepera que os acompanhava, protestando veementemente contra a conduta dos elementos do DOPS, tendo mais tarde, acompanhado até este Departamento o juiz Dacio de Arruda Campos, pai do estudante Martin Arrudão, que veio soltar seu filho, após conferenciar com a autoridade de plantão.

Foi um dos oradores do comício levado a efeito em Sorocaba, no dia 20/4/61, francamente comunista, pro-"Cuba Livre" com o "slogan": "Tirem a mão de Cuba, Viva Cuba Revolucionária", segundo relatório da Regional de Polícia daquela cidade.

Foi um dos oradores no ato público levado a efeito no dia 25-4-61, no Sindicato dos Metalúrgicos, contra o colonialismo e contra os ditadores Franco e Salazar.

Fez uso da palavra durante a realização do comício do dia 26-4-61, na Praça da Sé, em prosseguimento às manifestações de apoio à "revolução cubana", comício que foi precedido por uma passeata de regozijo pela vitória de Fidel Castro sobre os invasores de Cuba.

Radiotelegrama da Del. Regional de Polícia de Miraflores, informa-nos que no dia 1-5-61, na sede do Sindicato dos Ferroviários da C.F., lá sediado, teve lugar uma reunião, sendo o

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SÃO PAULO

157

— PESSOAL-RESERVADO

- 20 -

deputado Luciano Lepera um dos que participaram da mesa dos trabalhos. Preendeu-se a reunião à comemoração da data dos trabalhadores em geral, tendo na ocasião sido aprovado um voto de solidariedade e propaganda à greve que seria deflagrada no dia 16 daquele mês, pelos ferroviários da Cia. Paulista de Est. de Ferro.

Topico final de comunicado reservado, datado de 5-5-61, referente à encampação e a ameaça de greve na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, diz ser "quasi certo que a greve será mesmo deflagrada no proximo dia 16 e de cujo movimento não se encontra alheio o P.C.B., prova que nas reuniões levadas a efeito pelos ferroviários da Paulista, tem sido constatada a presença dos líderes comunistas: deputado Luciano Lepera e do médico comunista de Marília, Reynaldo Machado Neto e outros".

Participou da reunião que a "Comissão Paulista de Solidariedade à Cuba" realizou no dia 16/5/61, na sede do P.S.B., à Pça. Carlos Gomes nº 109, tendo sido um dos oradores que, como os demais, falou sobre a auto-determinação dos povos.

O jornal "Folha da Tarde", de 22-5-61- publicou uma fotografia do almoço em homenagem a Luiz Carlos Prestes, oferecido por seus amigos e adm radores, e, segundo o respectivo texto, o deputado Luciano Lepera dirigiu, na oportunidade, uma saudação ao homenageado.

Segundo radiotelegrama de 6-6-61, da Del. Reg. de Polícia de São José do Rio Preto, na localidade de Ingas, distrito de Nova Granada, estavam sendo distribuidos boletins convidando o povo para o comicio do dia 11 daquele mês, durante o qual falaria ao trabalhador rural o deputado Luciano Lepera, sobre a reforma agrária e o rumo a seguir pelos trabalhadores.

Segundo relatório de 15-6-61, o informado esteve presente à assembléia dos Professores Secundarios (APESNOCESP) realizada à rua do Carmo nº 171.

Falando em sua conhecida linguagem "vermelha", na reunião dos professores secundarios filiados a "APESNOCESP", leva-

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SÃO PAULO

122

- 21 -

da a efeito no dia 15-6-61, no salão de festas do Sindicato dos Metalúrgicos, lembrou o orador, seus tempos de campanha em Ribeirão Preto, atacando o Governo do Prof. Carvalho Pinto e o Secretario da Educação, instigando os professores a entrarem em greve, conforme topico do relatório a respeito.

Radiotelegrama da Del. Reg. de Pol. de Marília, cita-o como um dos elementos comunistas que participaram da assembléia geral dos trabalhadores da Usina Açucareira Paredão, de Oriente, realizada nos salões do Sindicato dos Ferroviários da Cia. Paulista, por iniciativa da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação, no dia 18-6-61.

Relatório referente à investigações procedidas em Penapólis, especialmente sobre a situação na Usina Açucareira local, entre outros fatos relatados cita que no dia 19-6-61, na sede do Clube Penapolense foi realizada uma assembléia geral dos trabalhadores da Usina, tendo feito uso da palavra, dentre outros, o deputado Luciano Lepera, que, além de atacar a autoridade policial local, conitou os trabalhadores a greve e dizendo que deviam manter ligações com os companheiros de outras Usinas, para que sintam o peso da força dos trabalhadores unidos.

Fêz parte da mesa dos trabalhos do ato publico preparatório da "Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas", levado a efeito na noite de 30-6-61, patrocinado pela U.L.T.A.B., na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. A cita da conferência seria realizada nos dias 2 e 3 de setembro do mesmo ano que por sua vez seria um ato preparatório do 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também sob o patrocínio da U.L.T.A.B. e realizar-se-ia em Belo Horizonte, nos dias 1º, 2 e 3 de outubro, ainda de 61.

Consoante relatório referente ao comício promovido pela "Frente da Juventude da Esquerda de São Paulo", levado a efeito na Pça. da Sé, no dia 6-7-61, e que foi denominado de "um trator para as Ligas Camponêsas, o dep. Luciano Lepera fêz uso da palavra elogiando o dep. Francisco Julião e lamentando a situação em que se encontra o homem rural de São Paulo, cita

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SÃO PAULO

103

PESSOAL-RESERVADO

- 22 -

do como exemplo a zona de Ribeirão Preto. Combateu o latifúndio e fez elogios a Jofre Correa Neto. Criticou o Governo do Estado, referindo-se a questão dos lavradores de Sta. Fé do Sul; teceu considerações sobre o caso de um inquerito iniciado em flagrante por um delegado deste DOPS, que teria sumido. Mais adiante condenou o Governo Federal e os srs. Carlos Lacerda e Cordeiro de Faria, dizendo que eles desejam um golpe fascista, acrescentando que o "Governo é favorável a esse golpe porque está com medo que o povo siga o exemplo de Cuba e de Lumumba".

Conscante relatório reservado de 10/7/61, o PTB, PSB, e PCB, resolveram reunir numa frente única para fins políticos ideológicos em S. Paulo, todos os elementos de esquerda estudantis em nosso Estado, os quais, ocupam postos de liderança por excelência nos movimentos de estudantes, denominados "Juventude Socialista", "Mocidade Trabalhista", "Católicos de Esquerda", "Juventude Trotskista", "Juventude Marxista" e "Juventude Comunista". Esse movimento coordenador de "esquerda" assim idealizado, tomou o nome de "Frente da Juventude de Esquerda". Entre outros pormenores, aduz o mesmo relatório que "entretentes, o mais interessado, politicamente, na ação da "F.J.E.", é o próprio P.T.B. que, inclusive, vem quase que liderando citado "movimento", através de Bartholomeu Santos, assim como o P.S.B., com o deputado Luciano Lepera e Virginia Terezinha Maestri e Camal Schaim".

Com ofício datado de 21-8-61, o sr. Dr. Delegado de Polícia de Nova Granada levou ao conhecimento da Del. Reg. de São José do Rio Preto que o deputado Luciano Lepera, tendo ido àquela cidade no dia 18 daquele mesmo mês, no recinto do Cartório do 1º Ofício, teceu violentas críticas ao Governo do sr. Carvalho Pinto; depois no edifício em construção do Esporte Clube Granadense, presente a sua diretoria, bem como de associados e outras pessoas da cidade, prometeu o referido parlamentar um auxílio de 50 mil cruzeiros e aproveitou a oportunidade para criticar a autoridade policial, acusando-a de perseguir trabalhadores rurais e de impedir que os mesmos se organizem, isto, além de dizer que aquela autoridade havia obrigado sob coação a fazer com que diversas pessoas prestassem testemunhos diferentes da realidade. Que em Mangarata, ante diversas pessoas, o

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL  
SAO PAULO

1174

- 23 -

parlamentar em aprégo, comentando o inquerito instaurado contra o comunista Francisco Sanches Nunes (que o acompanhou à Nova Granada) e para apuração de infração à Lei de Seg. Nacional, disse que isso não tinha importância e que bastaria, em Juízo, as testemunhas dizerem que haviam sido forçadas pela autoridade policial, sob coação, a dizerem que Francisco Sanches Nunes desempenhava atividades comunistas.

Participou do ato publico em homenagem ao 7º aniversário da morte do ex-presidente Getúlio Vargas, levado a efeito no dia 24-8-61, na sede social da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação do Est. de S. Paulo.

Informe reservado de 30-8-61, adianta-nos que naquele momento (16,00 hs.), achavam-se reunidos com o sr. Reitor da Faculdade Mackenzie os senhores: deputados estaduais Jetero de Faria Cardoso, Luciano Lepera, Cid Franco, Parabalini Junior e membros do Centro Acadêmico Mackenzie, para solucionar o impasse surgido entre o mesmo Reitor e estudantes do referido estabelecimento.

Comunicado de 1-9-61- informa-nos que naquele momento (19,25 hs), no Lgo. de São Francisco, os estudantes de direito estavam realizando um comício incitando a população a se levantar a favor da legalidade e fazia uso da palavra o deputado Luciano Lepera.

Adianta-nos comunicado reservado de 29-9-61 que Luiz Carlos Prestes, secretario-geral do P.C.B. já se achava em S. Paulo e, à noite, daquele mesmo dia, pronunciaria uma palestra no salão nobre das "Classes Laboriosas", referente ao novo planejamento estrutural do P.C.B. para coloca-lo dentro dos requisitos legais exigidos aos registros de partidos políticos. Acrescenta o comunicado que, entre outros oradores que falaria sobre o mesmo assunto, estariam os deputados estaduais Luciano Lepera e Miguel Jorge Nicolau.

Um dos membros da "Comissão Paulista Patrocinadora da Coleta de Assinaturas Para o Registro do Partido Comunista Brasileiro", que subscreveu um manifesto datado de setembro de 61, dirigido "ao povo de S. Paulo", em forma de "volante".

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SÃO PAULO

- PESSOAL-RESERVADO

- 24 -

Em 8-10-61, este DOPS transmitiu mensagem à S.S.P. sobre comunicado do sr. Delegado de Polícia de Barretos, de que os operários do Frigorífico Anglo haviam entrado em greve total, reivindicando aumento salarial na base de 50%. Afirma a mensagem que, naquela cidade, encontravam-se o deputado Luciano Lepera e presidente do Sindicato Luiz Tenório de Lima. A autoridade local solicitava fosse enviado reforço policial.

Informa-nos relatório referente à greve no Frigorífico Anglo, em Barretos, terminada no dia 4/10/61, após o julgamento na Justiça do Trabalho, que optou em 40% o aumento a ser dado aos grevistas, que, terminada a greve, os participantes da mesma saíram em passeata pela cidade rumo a sede, onde alguns oradores fizeram-se ouvir, inclusive o deputado Luciano Lepera, que congratulou-se com os operários pela brilhante vitória conseguida.

Diz relatório de 2/5/61, da Delegacia Regional de Polícia de Campinas, que o trabalho tem sido no sentido de localizar e identificar todos os indivíduos que frequentam o escritório rotulado de "Escritório Parlamentar Deputado Luciano Lepera", o qual nada mais é que o P.C. Comunista de Campinas, bem como, e principalmente, com o fim de localizar armas de guerra mencionadas em relatório anterior.

Foi um dos oradores do comício que o extinto PCB fez realizar no dia 26/10/61 na Praça da Sé, com a legenda do Partido Socialista Brasileiro. Diz o relatório à respeito, do sr. dr. Delegado Adjunto de Ordem Política, terem participado do mesmo vários setores esquerdistas como "Frente de Ação da Esquerda" e "Partido Operário Revolucionário" além de uma "comissão angolosa" e de estudantes da U.E.B. Um comitê que serviu de palanque achava-se enfeitado com bandeiras russas, cubanas e angolosas, notando-se a ausência do pavilhão nacional.

Relatório na reunião realizada à Praça 15 de Maio, em São Caetano do Sul, no dia 27/10/61, o deputado Luciano Lepera pregou a implantação do regime comunista no Brasil, criticando a atuação do Governo Federal e Estadual. Que este, com seu plano de Ação vem sacrificando o funcionalismo com salários de fome; que a polícia que espanta operários, e não se que reconhecer o seu erro e passar a apoia-los, os governantes propõem pelo crime que estão cometendo. Destacou a figura de Fidel Castro e perguntou por que o governo não arme o povo, como fez Fidel Castro, e completou: "porque tem medo desse povo que vive angustiado e este medo é bem sistemático, pois prova que o capitalismo não poderá durar muito e que o dia da liberdade está próximo bem mais próximo do que esperamos." Fez críticas também aos senadores e deputados, dizendo entre outras coisas que 50% dos mesmos são banqueiros, latifundiários e grandes magnatas de indústria.

SÃO PAULO

- 25 -

PESSOAL-RESERVADO

Reservado de 18/12/61, trás ao nosso conhecimento que o P.C.B. do P.C.B. baixou ao C.E. de São Paulo a seguinte resolução: "Se o P.C.B. for registrado, concorrerá às eleições municipais (para deputado estadual) com uma chapa completa. Cascaes Antufrio, em São Paulo participará daquele pleito apresentando cinco candidatos". Em seguida são mencionados os nomes já escolhidos figurando em primeiro lugar o nome de Francisco Luciano Lepera (para reeleição).

Um dos nomes destacados pelo relatante, entre os presentes a longa conferência pronunciada em 29/1/62, pelo sr. Joaquim Fernandes, Embaixador de Cuba no Brasil no Sindicato dos Metalurgicos, sobre a "Revolução do povo cubano contra o Imperialismo Inglês.

Cópia de informação reservada de 1/1/62, adianta nos que, em reunião recente o P.C.B. de São Paulo resolveu recolher três elementos para serem futuros candidatos ao Partido da Libertação Nacional, sendo um deles Francisco Lepera (Aristides).

Conferência realizada, realizada na noite de 13/2/62, na sala de Billinto dos Ferravilenses, na cidade de Curitiba, na qual se proferiu pelo deputado Luciano Lepera, que vi sua obra na visita que teria feito a Cuba.

Discursou na Câmara Municipal de Tupã em 19/2/62, visando sua oração sobre a elevação de taxas a fornecimento de energia elétrica e para a emcampeção pelo governo do Estado da Empresa Elétrica do Vale Paranaquense, fornecedora de energia. Nessa ocasião, já havia sido dado início ao movimento respectivo e, ao que parece, a iniciativa partira do proprio Prefeito Municipal de Tupã com a unanimidade da Câmara.

Dia 25/2/62 segundo relatório da Delegacia de Polícia de Santo Anastácio, o epígráfico e mais Jofre Corrêa Netto, unidos com outros na residência de Manoel Moreira no Distrito de Ribeirão dos Índios, discutiram a organização da Associação dos Lavradores, tendo sido eleita uma diretoria.

Segundo relatório da Delegacia Regional de Polícia de Barretos, Luciano Lepera participou da mesa dos trabalhos da Assembleia da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Barretos, realizada no dia 11/2/62.

Discursou no comício realizado por líderes sindicais do C.T.C. Castano de São, no dia 10/2/62, na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. Entre outras coisas, elogiou ao sr. Leonel Delfino. Criticou o sr. João Goulart pela sua proxima visita aos Estados Unidos. Como sempre enalteceu Cuba e Fidel Castro, falando sobre sua viagem que realizou aquela nação, classificando de maravilhosa a vida do povo cubano. Ao final, pediu desculpas aos presentes por não poder se estender mais em sua exploração, pois no dia seguinte "teria que ir à MATERSA" que estava em greve, pois os seus operários querem a emcampeção da empresa pelo Governo Federal.



## DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SÃO PAULO

- 25 -

Fêz da mesa no ato de fundação de "Liga Camponeza de São Paulo" realizada dia 31/1/62, no Sindicato dos Metalúrgicos sob o patrocínio da Juventude socialista de elementos trabalhistas e dissidentes do PCB.

Membro de uma Comissão que assinou em boletim alusivo ao comício de apoio aos atos nacionalistas, do governador Leonel Brizola, e que seria efetuado no dia 13/4/62 na Praça da Sé.

No convéscoete em homenagem a Luiz Carlos Prestes levado a efeito na Chacara Rancho Alegre, em Carapicuíba, conforme relatório de 30/4/62, o homenagiado, após sua oração passou a responder as perguntas e, perguntando se no caso de um membro do Partido (PCB) precisar de uma consulta onde poderia ser encontrada, respondeu Prestes: Prédio Martinelli 147 andar escritório do deputado Luciano Lepera. Lá encontrarei que os conhece, ou à mim pessoalmente; estou no rancho em São Paulo.

Consoante informação confidencial datada de 3/5/62, o Comitê Estadual de São Paulo, do PCB (ala de Luiz Carlos Prestes) realizou no dia anterior uma reunião quando foram definitivamente indicados os candidatos comunistas aos cargos de deputados federal e estadual nas eleições de outubro proximo. Para deputado estadual o PCB apoiará Mario Schemberg e Luciano Lepera, aduz a informação supra referida.

Informa-nos relatório reservado que, patrocinado pelo PCB realizou no dia 22/5/62, na Praça da Sé, um comício de protesto contra o atentado terrorista à Exposição Soviética na Guanabara Luciano Lepera é citado como um dos que se fizeram ouvir.

Falando no comício do PCB realizado na Praça da Sé em 10/7/62, comentou em princípio a pretensão do Prof. Carvalho Pinto que induzido por um "Zeleguinho de marca Italo Ferrigno do DCPS a seus agentes de segurança de saubarem com os comícios naquela praça, etc. depois aconselhou o povo de adquirir os livros "Revolução e Contra Revolução" no Brasil, para melhor entender as palavras de ordem, após essa lição e seu conteúdo e "Tratados e Vinte e Uma Perguntas aos Brasileiros", este de Herculano Netto e aquele de Franklin de Oliveira. Após outras palavras de incentivo a greve etc. etc. disse: Nem Parlamentarismo, nem Presidencialismo, queramos um regime Socialista Democrata.

Segundo vinculou o jornal "Correio Paulistano", em sua edição de 26/7/62 a Comissão de Solidariedade aos Povos da Espanha e Portugal, dirigida ao sr. secretário da Segurança Pública, um protesto contra as declarações atentatórias, às liberdades democraticas, do sr. dr. delegado titular da Delegacia de Ordem Política, deste Departamento. Um dos signatários do referido partido, foi o deputado Luciano Lepera.

São Paulo, 7 de agosto de 1962

*Alcides Bontor*  
Delegado Titular



A ditadura militar no Brasil conseguiu calar muitas vozes, mas não as de Áurea Moretti, Maria Aparecida dos Santos, Luciano Lepera e Vanderley Caixe.

Estes personagens reais lutaram contra o abuso de poder dos militares com as armas que dispunham: movimento estudantil, passeatas, jornais e guerrilhas.

Agindo localmente, eles buscavam um resultado nacional: acabar com o regime que silenciava o povo brasileiro.